

MAIARA LAÍS PINTO

**DA USINA TERMOÉLETRICA SENADOR FILINTO MULLER À
USINA VELHA: CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA DE UM
PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DOURADENSE**

DOURADOS – 2015

MAIARA LAÍS PINTO

**DA USINA TERMOÉLETRICA SENADOR FILINTO MULLER À
USINA VELHA: CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA DE UM
PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DOURADENSE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: *História, Região e Identidades*.

Orientador: Prof. Dr. **Paulo Roberto Cimó Queiroz**.

DOURADOS – 2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

P659d Pinto, Maiara Laís

Da usina termoeétrica senador Filinto Muller à usina velha: contribuição à história de um patrimônio histórico-cultural douradense. / Maiara Laís Pinto – Dourados: UFGD, 2015.

180f. il.

Orientador(a): Prof. Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz.

Dissertação (Mestrado em História) FCH, Faculdade de Ciências Humanas – Universidade Federal da Grande Dourados.

1. Energia elétrica. 2. Movimentos culturais. 3. Usina velha – Dourados (MS). I. Título.

CDD – 981.71

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte

MAIARA LAÍS PINTO

**DA USINA TERMOÉLETRICA SENADOR FILINTO MULLER À
USINA VELHA: CONTRIBUIÇÃO À HISTÓRIA DE UM
PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DOURADENSE**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientador:

Paulo Roberto Cimó Queiroz (Dr., UFGD) _____

2º Examinador:

Dores Cristina Grechi (Dr^a, UEMS) _____

3º Examinador:

Losandro Antonio Tedeschi (Dr., UFGD) _____

Dourados, 14 de agosto de 2015.

DADOS CURRICULARES

Nome: Maiara Laís Pinto

Data de nascimento: 27 de agosto de 1986.

Cidade: Toledo/PR

Filiação: Antônio Juarez Pinto e Janete Verônica Pedrollo

Ensino Fundamental: Escola Municipal Joaquim Monteiro Martins Franco; Colégio Estadual Barão do Rio Branco.

Ensino Médio: Colégio Gabriela Mistral.

Graduação: História pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (FCH-UFGD) – 2004 a 2008.

Turismo com ênfase em ambientes naturais, pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) – 2005-2009.

Especialização: Metodologia do Ensino Superior, pelo Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN) – 2010 a 2012.

Mestrado: História pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (FCH-UFGD) – 2013 a 2015.

Aos meus maiores incentivadores,
Janete, Juarez, Letícia e Theodoro, minha
família.

A minha amada prima Amanda Luiza
Pedrollo e aos meus avós (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Ao término desta pesquisa começo a relembrar de todos os momentos vividos nestes últimos dois anos e meio...Quando iniciei as atividades do mestrado tinha um projeto de pesquisa para desenvolver, sabia que a partir de então a caminhada seria um pouco longa, com muitas metas, planos e objetivos que deveriam ser cumpridos, mas minhas expectativas eram positivas.

Confesso que poder agradecer a todas as pessoas que me ajudaram ao longo desta pesquisa, muitas com palavras de incentivo e de carinho, outras me disponibilizando novas fontes, informações e experiências, é algo muito bom, mas ao mesmo tempo difícil, pois me faltam palavras e me sobram sentimentos. Obrigada a todos que participaram diretamente ou indiretamente deste processo de escrita!

Agradeço à CAPES pela bolsa de estudo.

Desenvolver uma pesquisa é fascinante e durante este período, tive o privilégio de ser orientada por um verdadeiro mestre, o prof. Dr. Paulo Cimó Queiroz, que com sua humildade e paciência me acompanhou desde o início do projeto. Professor, obrigada pelas sugestões, pelas correções, pelas conversas, por analisar e discutir as informações e principalmente, por compartilhar todo seu conhecimento; tudo isto enriqueceu não somente este trabalho, mas também minha formação profissional.

Aos professores doutores do curso de pós-graduação em História (PPGH-UFGD), pelas aulas ministradas e que, mesmo nas conversas nos corredores da UFGD, não se eximiram de ensinar e demonstrar seu apoio. Agradeço especialmente aos professores Drs. Losandro Tedeschi e Fernando Perli, pelas sugestões e críticas construtivas realizadas na qualificação.

Aos colegas de mestrado e aos da turma de doutorado, que durante o período das aulas contribuíram com discussões teóricas e sugestões para a pesquisa. Nas conversas na hora do almoço, nos intervalos, nas mesas de bar e nas festas, tivemos a oportunidade de nos conhecer melhor e compartilhar angústias, medos e muitas alegrias. Somente ao ficarmos sozinhos com a pesquisa é que descobrimos o quanto foi gratificante este ano de estudo. Queridos amigos Almir Bauler, Cristiane Pereira Peres e Miksileide Pereira, apesar da distância, conseguimos manter nossa amizade “graças” às

tecnologias da vida moderna, lhes agradeço pelas risadas e por me ajudarem a manter o foco, uma amizade que começou no mestrado em história e continuará para sempre.

Aos funcionários do Centro de Documentação da UFGD (CDR/FCH/UFGD), Ivanir Souza e Carlos Barros Gonçalves, que estavam sempre atentos e dispostos a me ajudar a encontrar as fontes necessárias e também aos estagiários do CDR que ajudam a manter este valioso centro de pesquisa. Muitíssimo obrigada!

Aos funcionários da Câmara Municipal de Dourados que sempre gentilmente me atenderam todas as vezes que estive lá à procura de documentos.

Logo no início da pesquisa, o Sr. Rozemar Mattos Souza me forneceu o contato do Sinjão Capilé, uma importante referência na história de Dourados, e por diversas vezes precisei contatá-lo para tirar dúvidas e obter informações sobre o período de construção e funcionamento da *usina velha*. Sinjão e sua família, mesmo morando em Cuiabá-MT, prontamente me atenderam respondendo as questões por email, a estas pessoas o meu muito obrigada!

À Sr.^a Renata Bianchi, outro contato repassado pelo Sr. Rozemar Mattos Souza, por ter aceitado o pedido de visitar a *usina velha* e lá me contar alguns fatos marcantes da época que seu pai trabalhava na antiga usina.

À prof^a Suzana Arakaki, que mesmo terminando sua tese, encontrou tempo para me ajudar com informações e digitalizar fotografias da *usina velha*, também agradeço ao seu esposo Manoel Capillé por abrir seu acervo fotográfico.

Agradeço à prof^a Lori Gressler, que contribuiu muito para esta pesquisa ao disponibilizar uma manhã de domingo para uma conversa informal e abrir seu arquivo pessoal me fornecendo pastas com documentos imprescindíveis para o desenvolvimento da pesquisa.

À poetisa Heleninha - “guardiã da usina velha” – por me receber diversas vezes em sua casa e me conceder documentos, imagens, textos, vídeos, enfim diferentes materiais que foram guardados por ela ao longo da sua caminhada em defesa da *usina velha*. Muito obrigada pela confiança e atenção.

Aos entrevistados, Antônio Braz Genelhu Melo, Adilvo Mazzini, Carlos Roberto Cristino de Oliveira, Edil da Silva, Francisco Marcos Rosseti Chamorro, Jamil de Campus Aum, Luis Carlos Luciano, Luiz Carlos Ribeiro e Wilson Valentin Biasotto, por terem atendido ao meu pedido de contar um pouco das suas vivências, histórias e me permitindo transcrevê-las.

Aos meus amigos que entenderam meus motivos de ausência, pelas palavras de incentivo e por diversas vezes suportar minhas conversas, que eram somente sobre a tal da *usina velha*. Agradeço a vocês também pelos bons momentos de distração.

Aos meus familiares de Dourados por me ajudarem em tantos momentos difíceis e por comemorar tantas conquistas importantes. Muito obrigada por colaborarem na minha formação pessoal e profissional.

Aos meus familiares espalhados pelo Brasil...meus primos, primas, tios e tias que acompanham, mesmo distante, minha vida. Obrigada pelo carinho de sempre. Amo vocês.

Ao meu “amigo” de estudo, Zeus, um cachorro muito mimado e bagunceiro.

À minha amada irmã Letícia. Obrigada por ouvir tantas reclamações, saiba que é muito bom ter alguém tão próximo para poder escutar tantas coisas e ainda depois, ter a sabedoria de dizer lindas palavras de carinho e apoio. Te amo maninha!

A princípio as atividades de um pesquisador são mais solitárias, um diálogo com fontes, livros e uma folha em branco na tela do computador, no meu caso me deparei várias vezes assim, mas nunca me senti só, pois ao longo dessa caminhada tinha em casa alguém para compartilhar minhas angústias e principalmente minhas ideias...meu amado marido Theodoro Huber. Muito obrigada pela paciência, pelas conversas, pelos comentários, por me ajudar a obter informações; seu apoio e incentivo foram fatores preponderantes para concluir esta pesquisa.

Aos meus pais, Janete e Juarez que durante todo este tempo tiveram a paciência de aguentar minha ansiedade e sempre que percebiam me diziam sábias palavras de conforto. Pai, obrigada por receber e ajudar a dona Janete a abrir os arquivos dos meus textos no computador. Agradeço a vocês por tudo que sempre fizeram, mesmo morando distante vocês estão sempre ao meu lado, me “socorrendo” quando preciso e acompanhando meus passos. Sou muito grata por ter vocês comigo e privilegiada por ter crescido nesta família, vocês são pais maravilhosos, amo vocês e obrigada por tudo.

Minha família não me forneceu somente as bases materiais e afetivas, mas também me ensinou a ter fé, a acreditar em algo superior. Agradeço a Deus por todas as bênçãos a mim concedidas durante este processo de escrita e por muitas vezes iluminar tantos caminhos difíceis.

Como Uma Onda

Lulu Santos

Nada do que foi será
De novo do jeito que já foi um dia
Tudo passa
Tudo sempre passará

A vida vem em ondas
Como um mar
Num indo e vindo infinito

Tudo que se vê não é
Igual ao que a gente
Viu há um segundo
Tudo muda o tempo todo
No mundo

Não adianta fugir
Nem mentir
Pra si mesmo agora
Há tanta vida lá fora
Aqui dentro sempre
Como uma onda no mar
Como uma onda no mar
Como uma onda no mar

Nada do que foi será
De novo do jeito
Que já foi um dia
Tudo passa
Tudo sempre passará

A vida vem em ondas
Como um mar
Num indo e vindo infinito
Tudo que se vê não é
Igual ao que a gente
Viu há um segundo
Tudo muda o tempo todo
No mundo

Não adianta fugir
Nem mentir pra si mesmo agora
Há tanta vida lá fora
Aqui dentro sempre

Como uma onda no mar
Como uma onda no mar
Como uma onda no mar

USINA VELHA



Fonte: Arquivo pessoal de Wilson Garcete

RESUMO

O objetivo central deste trabalho foi analisar o processo de transformação da usina termelétrica Senador Filinto Muller, atualmente conhecida como *usina velha*, em um patrimônio histórico-cultural douradense. Para tanto, efetuou-se inicialmente uma discussão sobre a história de Dourados, bem como sobre as transformações nas noções e práticas relacionadas ao patrimônio histórico-cultural. Em seguida, a pesquisa buscou entender como foi o processo de implantação, construção e desativação dessa usina, desde os primeiros projetos, ainda na época do Território Federal de Ponta Porã (1943-1946), até a chegada da energia proveniente da hidrelétrica de Urubupungá. O trabalho mostra também que a *usina velha* foi tombada como patrimônio pela lei municipal nº 1694, de 15 de julho de 1991, porém já na década de 1980 haviam sido realizadas atividades, por segmentos “oficiais” e “não-oficiais”, com o objetivo de chamar a atenção sobre a importância de preservar a antiga usina. Estes movimentos tinham como objetivo valorizar a história local, num processo de fortalecimento da identidade douradense, bem como utilizar o espaço da usina para a prática de atividades culturais. Nesse sentido, a lei de tombamento constitui um importante marco. De fato, essa lei determinou a transformação da antiga usina num museu, e a partir dela iniciou-se uma outra luta dos grupos (formados principalmente por artistas, professores, intelectuais) que lutavam pela preservação da história e do patrimônio de Dourados e que passaram então a cobrar o cumprimento da lei, ou seja, a revitalização da *usina velha*. A prefeitura municipal chegou a elaborar projetos com o intuito de transformar o espaço num centro cultural, mas nenhum deles foi concretizado. As principais fontes utilizadas foram os documentos do Território Federal de Ponta Porã, os jornais *O Douradense* e *O Progresso*, o processo que resultou na lei de tombamento e as fontes orais.

Palavras-chave: energia elétrica; Dourados; movimentos culturais.

ABSTRACT

The central objective of this study was to analyze the transformation process of the power plant Senator Filinto Muller, currently known as the *Old Mill* in a historical and cultural heritage site in the city of Dourados. Therefore, initially a discussion about the history of Dourados was performed as well as about the changes in notions and practices related to the historical and cultural heritage site. Next, the research sought to understand how the deployment, construction and decommissioning process of this plant happened since the first projects at the time the Federal Territory of Ponta Pora (1943-1946) until the arrival of energy from the hydroelectric plant Urubupungá. This work also shows that the *Old Mill* was declared a municipal heritage by Law No. 1694 of July 15, 1991, but there have already been activities since the 1980s carried out by segments "official" and "unofficial", with an aim to draw attention to the importance of preserving the *Old Mill*. These moves were aimed at enhancing local history in a process of strengthening the identity of Dourados and using the plant space to perform cultural activities. In this sense, the tipping law is an important milestone. In fact, this law led to the transformation of the *Old Mill* into a museum, and from there another struggle of groups began - mainly made up of artists, teachers, intellectuals - who fought for the preservation of the history and heritage of Dourados and then started to charge the rule of law, i.e. for the revitalization of the *Old Mill*. The municipal government has come to develop projects in order to transform the space into a cultural center, but none have been implemented. The main sources used were the documents of the Federal Territory of Ponta Porã, newspapers *O Douradense* and *O Progresso*, the process that resulted in the law of tipping and oral sources.

Key words: hydroelectric plant; Dourados; cultural movements.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1: Caldeira da usina.....	75
Foto 2: Serraria.....	76
Foto 3: A obra - Pavilhão da serraria e carpintaria.....	77
Foto 4: Usina Velha em construção (1946).....	81
Foto 5: Prédios da serraria e da usina.....	82
Foto 6: Inauguração do motor a vapor da usina em 1949	83
Foto 7: Limpeza da <i>usina velha</i> (1999).....	158

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Recibo de pagamento de energia – usina termoelétrica (1953).....	88
Figura 2: Recibo de depósito usina termoelétrica (1954).....	91
Figura 3: Recibo de pagamento da conta de luz e energia elétrica.....	98
Figura 4: Depósito para garantia do consumo de energia elétrica – S.M.F.E.E (1956).....	98
Figura 5: Convite da 1ª Sociarte e capa do Regulamento do 1º Salão de Artes de Dourados.....	123
Figura 6: Capa do livro <i>Poemas e Poesias “Memórias”</i>	141
Figura 7: Projeto do arquiteto Ernani Borges de revitalização da <i>usina velha</i>	151
Figura 8: Encontro de corais realizado na <i>usina velha</i> em 1994.....	155
Figura 9: Futuro bosque e casa da cultura de Dourados - Desenho de Itamar Gonçalves.....	157
Figura 10: Charge.....	162
Figura 11: Logo – Fórum Cultural de Dourados.....	164
Figura 12: Material de divulgação do Fórum.....	165

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Governadores e obras do Território Federal de Ponta Porã.....	72
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACD - Associação Comercial de Dourados

CDR/FCH-UFGD – Centro de Documentação Regional da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados

CEMAT - Centrais Elétricas Mato-Grossenses

Ceud - Centro Universitário de Dourados, da Univ. Federal de Mato Grosso do Sul

CAND - Colônia Agrícola Nacional de Dourados

FCMS - Fundação de Cultura do Mato Grosso do Sul

Funced - Fundação Cultural e de Esportes de Dourados

Iphan - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LOM - Lei Orgânica Municipal

MCD - Movimento Cultural de Dourados

NOB - Estrada de Ferro Noroeste do Brasil

PSD - Partido Social Democrata

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

S.M.F.E.E - Serviço Municipal de Fornecimento de Energia Elétrica

TUD – Teatro Universitário de Dourados

UDN – União Democrática Nacional

SUMÁRIO

Lista de ilustrações.....	12
Lista de tabelas.....	13
Lista de abreviaturas e siglas	14
Introdução	17
Capítulo 1 PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL E A HISTÓRIA DE DOURADOS..	30
1.1. A construção do conceito de patrimônio cultural e as políticas de preservação.....	30
1.1.1 - O patrimônio cultural e histórico-cultural: questões teóricas	30
1.1.2 - A construção da política de preservação do patrimônio no Brasil.....	35
1.1.3 - Políticas patrimoniais no Mato Grosso do Sul e a criação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico em Dourados.....	42
1.2. Formação de Dourados: sua história ao longo do século XX.....	48
1.2.1 - O início do povoamento dos não-índios no extremo sul do antigo Mato Grosso.....	48
1.2.2 - Dourados: seus primeiros anos (1900-1930).....	50
1.2.3 - O Brasil de Vargas: Marcha para o Oeste e a formação dos Territórios Federais.....	51
1.2.4 - As mudanças em Dourados com a implantação da CAND.....	56
1.2.5 - As transformações na área urbana nos anos de 1960 e 1970.....	59
1.2.6 - Os movimentos de valorização da cultura e da história douradense (décadas de 1980 e 1990)....	63
Capítulo 2 AS ETAPAS DA LUZ ELÉTRICA EM DOURADOS: DA USINA TERMOELÉTRICA SENADOR FILINTO MULLER À HIDRELÉTRICA DE URUBUPUNGÁ.....	70
2.1 - A administração do Território Federal de Ponta Porã.....	70
2.2 - Uma construção em Dourados: a usina termoeletrica a vapor e seu conjunto de obras.....	73
2.3 - A Usina Termoeletrica (a vapor) Senador Filinto Muller: em funcionamento.....	82
2.4 - Da desativação da Usina Termoeletrica Filinto Muller à inauguração da Usina Elétrica Municipal (movida a óleo combustível).....	89
2.5 - Dos novos conjuntos geradores de energia elétrica à chegada da energia produzida pela Hidrelétrica de Urubupungá.....	103
Capítulo 3 A TRANSFORMAÇÃO DA USINA VELHA EM PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DOURADENSE: UMA HISTÓRIA DE ILUSÃO E ABANDONO.....	120
3.1 - As atividades culturais e a valorização da história douradense ao longo da década de 1980.....	120
3.2 - O primeiro movimento em defesa do patrimônio douradense: o caso do Clube Social.....	127
3.3 - Usina Velha: as primeiras ações em defesa da sua preservação.....	135

3.4 - O tombamento da usina velha: patrimônio histórico-cultural.....	144
3.5 - As promessas de revitalização da usina ao longo da década de 1990.....	149
3.6 - Novos projetos, esperança renovada e nenhuma revitalização da usina velha.....	156
Considerações finais	171
Bibliografia e fontes	175

INTRODUÇÃO

As pesquisas na História são diversas e o “campo da história é, pois, inteiramente indeterminado, com uma única exceção: é preciso que tudo o que nele se inclua tenha, realmente, acontecido” (VEYNE, 1982, p. 25). Não é possível determinar que um fato seja mais importante do que outro, os critérios são definidos pelo historiador, sendo assim, o interesse por um tema, por fatos, por fontes que serão estudados e analisados é subjetivo.

Esta pesquisa, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da UFGD, insere-se na linha de estudos de Fronteiras, Identidades e Representações. O interesse pela temática deste estudo está relacionado às pesquisas realizadas por mim durante a graduação de licenciatura em História/UFGD e o bacharelado em Turismo/UEMS sobre a história de Dourados e as questões voltadas para o patrimônio cultural material e imaterial.

O estudo sobre a história de Dourados e seu patrimônio teve início no ano de 2005 ao desenvolver, no curso de História, a pesquisa de iniciação científica: “Praças de Dourados, espaços públicos e visibilidade na imprensa”, sob a orientação do prof. Dr. João Carlos de Souza. Para o desenvolvimento da referida pesquisa foram realizadas leituras de dissertações e obras memorialistas sobre a história de Dourados, também como fonte foi utilizado o jornal *O Progresso*.

O curso de Turismo possibilitou aprofundar os conhecimentos na área de patrimônio material e imaterial e em Turismo Cultural, sendo realizado no ano de 2009 um estágio no Instituto Cultural Casa Gasa, em Marechal Cândido Rondon/PR. Estas experiências foram registradas no trabalho de conclusão de curso “Casa Gasa: perspectivas para o Turismo Cultural”, sendo que a orientação foi da prof. Msc. Patrícia Cristina Statella Martins.

As pesquisas desenvolvidas no curso de História e no de Turismo contribuíram para aprofundar os conhecimentos sobre estes temas e na identificação de novas possibilidades de pesquisas, sendo assim, durante a especialização em Metodologia do Ensino Superior no Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN, ano de 2010, optei por estudar especificamente um patrimônio cultural tombado de Dourados, a

Usina Senador Filinto Muller. Trata-se, no caso, da primeira instalação destinada a produzir energia elétrica para o abastecimento da cidade, inicialmente movida a vapor e inaugurada em fins da década de 1940, e hoje mais conhecida como *usina velha*. Neste primeiro estudo sobre a usina foi possível conhecer um pouco de sua história e escrever o artigo “Usina Senador Filinto Muller: do ápice ao esquecimento”.

Após a elaboração deste artigo verifiquei a relevância da usina para a história do município e na vida dos douradenses, também identifiquei que durante as décadas de 1980 e 1990 foram realizados, por parte da população douradense, movimentos em defesa de preservação do prédio da *usina velha* e assim iniciei um processo de busca de novas fontes para pesquisar a história da antiga usina.

Com este objetivo conversei com alguns professores da universidade e dentre as orientações destaco a que gentilmente foi passada pelo prof. Paulo Roberto Cimó Queiroz, que propôs uma análise dos movimentos de preservação da *usina velha* durante as décadas de 1980 e 1990. Este mesmo professor foi além da sugestão, fez indicações de obras, fontes e pessoas que poderiam ser entrevistadas para esclarecer este tema. A partir destas informações elaborei o anteprojeto “*História, memória e patrimônio: os movimentos de preservação da usina velha (1980/1990)*”, tendo como objetivo principal compreender estes movimentos, organizados por parte da sociedade douradense durante as décadas de 1980 e 1990 em defesa da usina.

Ressalta-se que as obras até agora produzidas, sobre a história dessa usina, baseiam-se quase exclusivamente em versões memorialistas, de modo que esta pesquisa busca também trazer, com base em documentação escrita e nas fontes orais, uma contribuição ao conhecimento dessa história.

Uma das etapas mais instigantes e digo até encantadoras do trabalho desenvolvido foi o da pesquisa, pois a análise das fontes possibilitou visualizar e entender histórias que até então estavam “escondidas” nos papéis e/ou nos relatos das pessoas. Identificar histórias, contextos, encontrar diferentes fontes proporcionou perceber novas possibilidades neste estudo.

Até o início do século XX, as pesquisas históricas estavam voltadas para os aspectos econômicos e políticos, mas com as mudanças advindas neste século, principalmente com a corrente dos *Annales*, foi possível ampliar os campos de pesquisa. Com a Nova História foram incluídos estudos voltados para o social, o cotidiano, as mulheres, as mentalidades, o imaginário, o cultural, entre outros.

A História Cultural surgiu com uma nova proposta de construções de significados para o estudo da História, tendo como prioridade para os historiadores culturais os estudos relacionados ao simbólico e suas interpretações. Peter Burke (2005, p. 7), na obra *O que é história cultural*, apresenta que este campo não é recente, mas que foi redescoberto em 1970.

Conforme Pesavento (2004, p. 42), o campo da História Cultural surgiu com a nova proposta de construções de significados para o estudo da história, contrapondo-se à história marxista:

Não se trata de fazer uma História do Pensamento ou uma História Intelectual, ou ainda mesmo de pensar uma História da Cultura nos velhos moldes, a estudar as grandes correntes de ideias e seus nomes mais expressivos. Trata-se, antes de tudo, de pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo (PESAVENTO, 2004, p. 15).

Além do diálogo com diferentes autores a pesquisa histórica requer o uso e o diálogo com as fontes, sendo que estas possuem suas especificidades, sendo necessário interpretá-las e analisá-las de forma crítica. Utilizam-se como fontes nas pesquisas históricas: os documentos oficiais, as iconográficas, os periódicos, as audiovisuais, as orais, entre outras, sendo que cabe ao historiador “eleger” com qual e/ou quais irá trabalhar. Esta “escolha” depende da temática, do objetivo da pesquisa, da disponibilidade de encontrá-las e também do estado de conservação.

Consideram-se novas fontes para o estudo do patrimônio: as iconográficas, a imprensa periódica (almanaques, anuários, jornais e revistas de época), as literárias, as epistolares e as audiovisuais. As novas fontes ampliam as possibilidades de estudo, porém, não é possível excluir da pesquisa as fontes que até esta renovação eram utilizadas, ou seja, as oficiais: os arquivos do poder executivo, do poder legislativo, do judiciário, os arquivos cartoriais, os acervos institucionais, os arquivos eclesiásticos, os arquivos privados e os museus (MARTINS, 2011, p. 296).

Para o desenvolvimento deste trabalho foram utilizadas diferentes fontes, como os documentos oficiais, os periódicos e as fontes orais.

As fontes documentais foram selecionadas de acordo com a problemática da pesquisa e conforme a qualidade das informações que elas podem nos fornecer. Durante a análise destas fontes é importante que o historiador tenha um olhar crítico, contextualize o documento, entenda o texto no contexto de sua época e o significado das

palavras e expressões, lembrando sempre que documento algum é neutro. Ao fazer a análise do documento é importante sempre questionar sob quais condições aquele documento foi redigido; com que propósito e por quem? (BACELLAR, 2008, p. 23-79).

Com relação aos documentos que estão em arquivos é importante pensar que não estão nestes espaços somente pelo seu valor histórico, mas “é preciso dizer que outros critérios são usados para *filtrar* a enorme massa documental hoje produzida e acumulada” (BACELLAR, 2008, p. 46; grifo do original).

Dentre os documentos utilizados nesta pesquisa estão os oficiais do Território Federal de Ponta Porã, estes estão em microfimes e disponíveis no Centro de Documentação Regional/CDR da UFGD, na Coleção “Território Federal de Ponta Porã”. A análise destes possibilitou trazer informações relevantes sobre a história da *usina velha*, especificamente sobre o seu projeto, sendo este o primeiro trabalho a analisar tais documentos. Considerando os dados encontrados nestes documentos, em alguns momentos do primeiro capítulo foi pertinente reproduzir informações detalhadas e até mesmo técnicas sobre as obras da usina, serraria, carpintaria e oficina mecânica. Apesar de não ter nenhuma outra fonte para confrontar com as informações dos relatórios, entendo que esta é uma forma de contribuir para um melhor conhecimento da história da atual *usina velha*.

Outra fonte documental consistiu na legislação do Estado de Mato Grosso do Sul e do município de Dourados, a qual foi relevante para identificar qual o conceito utilizado para definir o patrimônio cultural e também as leis de preservação adotadas por estes.

Ainda sobre as leis municipais, após algumas visitas realizadas à câmara municipal de Dourados me foram concedidos os documentos referentes à elaboração da lei de tombamento da usina Filinto Muller, ou seja, o processo burocrático referente ao projeto apresentado em 1991 pelo vereador Carlos Roberto (Projeto de lei nº 40/91).

Importantes fontes me foram fornecidas pela prof^a Lori Gressler, docente aposentada do antigo CEUD/UFMS e ex-vereadora em Dourados. Trata-se, no caso, de documentos de seu arquivo pessoal, incluindo documentos e reportagens sobre o processo de criação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados, bem como documentos elaborados, na década de 1980, pela Fundação Cultural e de Esportes de Dourados (Funced).

O artista plástico Francisco Chamorro (Kinho) também disponibilizou material do seu arquivo pessoal, como: cópias de comprovantes de pagamentos de energia

elétrica da época da usina Filinto Muller e da Usina Municipal; cópia do vídeo da Exposição Arte Memória (1987) realizado na antiga usina e documentos do Movimento Cultural de Dourados-MCD e do 1º Fórum Cultural de Dourados (1999), como: atas, fotografias, ofícios, entre outros.

Foram verificados também os documentos constantes no processo da ação civil pública elaborada pelo Ministério Público contra a Prefeitura Municipal por abandono do bem tombado “Usina Filinto Muller”, sendo este fornecido pela poetisa Heleninha de Oliveira (Maria Helena Izidório de Oliveira), assim como fotografias da usina, vídeos e reportagens do seu arquivo pessoal. Esta poetisa também forneceu informações sobre a sua história e a sua relação com a usina via mensagem eletrônica (e-mail); além disso, as informações (reportagens e documentos) que constam no seu livro *Usina Velha: raios na chaminé* foram utilizados como “referência” para identificar alguns assuntos pertinentes nesta pesquisa.

A pesquisa nos jornais nos proporciona conhecer a história e analisar o cotidiano de uma determinada população, e atualmente é considerada uma importante forma de memória, de registro dos eventos e de manifestações sociais. Ressalta-se que ao se trabalhar com esta fonte é fundamental analisá-la e interpretá-la com um senso crítico, considerando assim as influências que esta sofre na sua produção e divulgação.

Ao utilizar esta fonte nas pesquisas sobre patrimônio destaca-se que:

A fonte impressa periódica, composta de almanaques, anuários, jornais e revistas de época constituíram-se em fonte impressa fundamental para a pesquisa histórica do patrimônio, resultando, inclusive, em fonte e objeto de estudos patrimoniais. Sua importância para recuperação de imagens do passado, cotidianos e mentalidades revelou-se de tal ordem que ela própria se torna patrimônio cultural a ser preservado, objeto de estudo específico (MARTINS, 2011, p. 296).

A imprensa foi incorporada como fonte a partir das ideias propostas pela corrente dos *Annales*, e esta fonte nos proporciona identificar a história e analisar o cotidiano de uma determinada população. No livro *História da imprensa e história do Brasil*, Capelato (1988, p. 21) destaca que:

O jornal, como afirma Wilhelm Bauer, é uma verdadeira mina de conhecimento: fonte de sua própria história e das situações mais diversas: meio de expressão de ideias e depósito de cultura. Nele encontramos dados sobre a sociedade, seus usos e costumes, informações sobre questões econômicas e políticas.

No Brasil, somente a partir de 1970 os historiadores passaram a utilizar mais sistematicamente este meio como fonte de conhecimento e pesquisa. Também foram assumindo as novas temáticas propostas pela citada escola francesa, entre elas os aspectos da vida cotidiana:

parece-me interessante registrar que o pequeno uso da imprensa como fonte, apontado no início dos anos 1970 [...], inverteu-se completamente; nota-se hoje nos resumos [das teses e dissertações consultadas] um frequente uso da imprensa, seja como meio fundamental de análise das ideias e projetos políticos, da questão social, da influência do Estado e da censura etc., seja como fonte complementar para a História do ensino, dos comportamentos, do cotidiano (BORGES, *apud* LUCA, 2008, p. 130).

Este meio de comunicação de massa trabalha com o cotidiano da população, pois relata diariamente os principais acontecimentos do mundo, propiciando conhecimento à sociedade. O historiador deve compreender que

a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público. O historiador, de sua parte, dispõe de ferramentas provenientes da análise do discurso que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento, questão, aliás, que está longe de ser exclusiva do texto da imprensa (LUCA, 2008, p. 139).

Acrescenta-se que o historiador, ao recorrer ao jornal como fonte de pesquisa, não deve utilizá-lo sem identificar e questionar algumas características do periódico, como: as motivações que levaram à divulgação de uma notícia; atentar para o destaque dado à notícia; pensar na hierarquia das informações e identificar o público alvo, o grupo responsável pelo editorial e os principais colaboradores (LUCA, 2008, p. 140).

No presente trabalho, as pesquisas nos periódicos concentraram-se principalmente nos jornais *O Douradense*, *O Progresso* e *Enfoque*. Inicialmente foram verificadas as publicações de *O Douradense*, que era o único que circulava em Dourados na época da construção da usina (fins da década de 1940). As publicações deste periódico estão disponíveis para a pesquisa, de forma digital, no CDR.

Com relação ao periódico *O Progresso*, destaca-se que partes do seu acervo estão digitalizadas e disponibilizadas para pesquisa no CDR. As publicações verificadas foram de 1951 a 1970, com o intuito de encontrar informações sobre todo o processo de distribuição de energia elétrica na cidade de Dourados, desde o funcionamento da *usina velha* até a chegada da luz proveniente da hidrelétrica de Urubupungá. Com relação às

publicações d’*O Progresso*, menciona-se que durante este período pesquisado o jornal ficou alguns meses sem publicação e que não estavam todas as edições disponíveis para pesquisa¹.

Para identificar as ações dos movimentos culturais e da prefeitura nas décadas de 1980 e 1990 as pesquisas nos jornais foram mais esporádicas, ou seja, não foram verificadas todas as publicações, recorreu-se ao jornal para confrontar dados e informações encontradas nos documentos e nas entrevistas. Os periódicos verificados estão disponíveis para pesquisa no CDR/FCH/UFMG e foram: *Diário do Povo* (atual *Diário MS*), *Folha de Dourados*, *O Progresso* e *Enfoque (1986-1992)*, sendo este último o único periódico do qual analisei todas as publicações disponíveis no CDR².

Os movimentos de preservação da *usina velha* são um tema recente, o que possibilitou utilizar, nesta pesquisa, também as fontes orais. Foram realizadas entrevistas temáticas, pois são aquelas que envolvem a participação do entrevistado no tema escolhido. Este tipo de entrevista é considerada

adequada para o caso de temas que têm estatuto relativamente definido na trajetória de vida dos depoentes, como um período determinado cronologicamente, uma função desempenhada ou o envolvimento e a experiência em acontecimentos ou conjunturas específicos (ALBERTI, 2008, p. 175).

O estudo da oralidade surgiu a partir da antropologia, porém atualmente é um campo de estudos de diversas disciplinas, destacando a denominada “história oral”. A “oralidade” tornou-se interessante para a história, na medida em que ela possibilita obter e desenvolver conhecimentos novos e fundamentar análises históricas com base na criação de fontes inéditas ou novas (LOZANO, 2008, p.15-16).

Para Portelli (2010, p. 210), a história oral é uma narração que surge do diálogo entre pessoas que têm como assunto o passado e nasce do "encontro de um sujeito que chamarei de *narrador* e de outro sujeito que chamarei de *pesquisador* – encontro geralmente mediado por um gravador ou um bloco de anotações”.

O entrevistado faz uma narrativa das suas experiências, possibilitando tornar o passado mais concreto e divulgando a sua visão dos fatos acontecidos. Estes aspectos

¹ Não foi possível encontrar todas as publicações do período entre os anos de 1957 e 1962. *O Progresso* ficou aproximadamente 17 meses sem ser publicado, entre final de agosto de 1960 e início de fevereiro de 1962.

² As publicações do *Enfoque* do ano de 1988 não foram encontradas, e com relação aos outros anos menciono que algumas edições também não estavam disponíveis para pesquisa.

requerem um trabalho cuidadoso e rigoroso do pesquisador que faz a entrevista, pois o que lhe é contado não é a história, mas surge uma nova fonte, que assim como as outras necessita de interpretação e análise (ALBERTI, 2008, p. 175). Para Portelli (2010, p. 10), “na história oral, enfim, o relato da história não é um fim em si mesmo. No que diz respeito ao entrevistador, visa à produção de um outro texto: uma fita, um vídeo, e, principalmente, um texto escrito, um livro”.

Conforme apresentado por Voldman (2006, p. 38) o historiador, ao realizar entrevistas, deve utilizar-se de técnicas próprias e também considerar procedimentos da sociologia para conduzir e formular as pesquisas e também não negligenciar elementos da psicologia, psicossociologia e psicanálise. Neste sentido reforça que:

Para ele, não se trata de propor interpretações da mensagem que lhe é comunicada, mas de saber que o não dito, a hesitação, o silêncio, a repetição desnecessária, o lapso, a divagação e a associação são elementos integrantes e até estruturantes do discurso e do relato. Não cabe desesperar-se com mentiras mais ou menos fáceis de desmascarar nem com o que pode ser tomado como contraverdades da palavra-fonte (VOLDMAN, 2006, p.38).

O uso da História Oral possibilita trabalhar com a memória. O historiador que a utiliza deve ter em mente que as vivências, as interferências políticas, econômicas, sociais e culturais vividas pelos entrevistados, tanto no passado quanto no presente, refletem-se diretamente na maneira como estes narram a história. Cabe ao pesquisador levar em conta que a história e a memória são lembradas a partir de um “processo de seleção, interpretação e distorção como condicionado, ou pelo menos influenciado, por grupos sociais. Não é obra de indivíduos isolados” (BURKE, 2000, p. 70).

Nesta dissertação, a metodologia da história oral está inserida com maior ênfase no capítulo 3, porém para compreender algumas questões relacionadas ao processo de distribuição de energia elétrica em Dourados (capítulo 2) foi realizada uma entrevista com o Sr. Jamil de Campus Aum sobre esta temática. Para o último capítulo, a história oral foi uma importante fonte, pois o tema é ainda recente e muitas histórias são relatadas apenas por pessoas que vivenciaram esta época.

Inicialmente procurei identificar as pessoas que participaram deste processo, ou seja, pessoas engajadas com a preservação do patrimônio, ex-diretores-culturais da Funced, o vereador que propôs o tombamento e o prefeito da época. Foram realizadas entrevistas com: Adilvo Mazzini; Braz Melo; Carlos Roberto Cristino de Oliveira; Edil da Silva; Francisco Marcos Rosseti Chamorro (Kinho); Luis Carlos Luciano; Luiz

Carlos Ribeiro e Wilson Valentin Biasotto. Menciona-se que os senhores Edil da Silva e Francisco Chamorro preferiram não gravar entrevistas, apenas realizamos conversas das quais tomei nota das informações, porém todas as outras foram gravadas e transcritas. As entrevistas foram realizadas ao longo do processo de pesquisa, conforme o ano que estava analisando.

Outras fontes analisadas foram as obras produzidas pelos memorialistas, que narram suas versões sobre determinada época; suas publicações, na maioria das vezes, são baseadas nas histórias dos “pioneiros” de determinada região e nos documentos oficiais. Sobre a região do atual sul de Mato Grosso do Sul e Dourados citam-se as obras: *Resenha Histórica de Mato Grosso: fronteira com o Paraguai*, de Pedro Ângelo da Rosa; *Um século de histórias: sul do MT – território federal de Ponta Porã – Sul do MS*, de Ney Ramão Magalhães; *História, fatos e coisas douradenses*, de João Augusto Capilé Júnior e *Viajantes da ilusão: os pioneiros*, de Maria Goretti Dal Bosco;

Ressalta-se que as fontes não podem ser analisadas de forma isolada e que cada uma tem uma subjetividade e apresenta características diferentes, isto possibilita a realização do diálogo entre as fontes, o que permite um enriquecimento do texto. O diálogo com diversas fontes é fundamental para o estudo histórico, pois estas podem tanto confirmar quanto contrapor as questões propostas durante a pesquisa.

Além do trabalho com as fontes, o historiador deve relacionar o fato ao contexto, pois o auxilia a compreender a história narrada, já que ele não tem acesso aos fatos: “o historiador, por definição, está na impossibilidade de ele próprio constatar os fatos que estuda” (BLOCH, 2001, p. 61), ele precisa fazer a análise, a interpretação dos dados encontrados e para fundamentar o seu trabalho utiliza-se de diversas fontes e de referenciais bibliográficos.

O historiador, ao realizar a pesquisa, recorre às fontes para entender, conhecer e aprofundar seus conhecimentos, aquelas são escolhidas conforme os objetivos e interesses da pesquisa, porém, além destes recursos, é fundamental a leitura de obras sobre o tema, as quais possam subsidiar o texto, através do uso das citações:

A linguagem citada tem por função comprovar o discurso: como referencial, introduz nele um efeito de real; e por seu esgotamento remete, discretamente, a um lugar de autoridade. Sob este aspecto, a estrutura desdobrada do discurso funciona à maneira de uma maquinaria que extrai da citação uma verossimilhança do relato e uma validade do saber. Ela produz credibilidade (CERTEAU, 1982, p. 101).

Utilizando-se de fontes, da realização de leitura de textos de forma crítica, sempre considerando o presente vivido, é produzido o texto histórico, o trabalho final do historiador.

O referencial bibliográfico utilizado sobre a história do atual sul de Mato Grosso do Sul e de Dourados foi: *Frutos da terra: os trabalhadores da Matte Laranjeira*, de Gilmar Arruda; *Mato Grosso do Sul: aspectos históricos e geográficos*, de Lori Alice Gressler e Luíza Vasconcelos; *Memória fotográfica de Dourados*, de Regina Heloiza Targa Moreira; Alcir Lenharo, *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste – os anos 30*; as produções do professor Paulo Roberto Cimó Queiroz *Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20* e *A grande empresa conhecida como Mate Laranjeira e a economia ervateira na bacia platina (1882-1949): notas preliminares*; a dissertação da professora Benícia Couto Oliveira *A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945)* e a tese do geógrafo Mário Cezar Tompes da Silva: *Os novos rumos da política habitacional e o processo de urbanização de Dourados*.

As dissertações de mestrado em História/UFGD também foram relevantes para compreender a história da região, e as produções citadas ao longo do texto foram: *Dourados: entre a memória e a história*, de Walteir Luiz Betoni; *A construção da identidade douradense: 1920 a 1990*, de Mercolis Alexandre Ernandes; *Dourados: memórias e representações de 1964*, da Suzana Arakaki; *O jornal O Progresso e a dinâmica política e eleitoral em Dourados (1954, 1958 e 1962)*, de Fernando de Castro Além; *Fronteira, mitos e heróis: a criação e apropriação da figura do tenente Antônio João Ribeiro no antigo sul de Mato Grosso*, de Camila Cremonese-Adamo; *Uma vida entre dois mundos: imigrantes sírios e libaneses em Dourados (1910 – 1980)* de Roney Salina de Souza e *A presença dos incentivos governamentais na economia douradense: expansão e desafios nos anos 70*, de Juliana dos Santos Pereira. No que se refere à história da *usina velha* menciono também a monografia produzida por Analina Ferreira, *A Usina Termelétrica Senador Filinto Müller: história e patrimônio cultural (1940-2003)*.

Considero que um dos maiores desafios dessa pesquisa foi o de identificar as fontes e o trabalho com a história oral. Ressalto que a pesquisa sobre o patrimônio douradense é um tema recente no programa do mestrado em História/UFGD, sendo que especificamente sobre a *usina velha* este é o primeiro estudo realizado.

Este trabalho está organizado em três capítulos. O primeiro, intitulado “**Patrimônio histórico-cultural e a história de Dourados**”, está dividido em duas partes. O tema desta pesquisa é um patrimônio histórico-cultural de Dourados, sendo assim na primeira parte, intitulada “*A construção do conceito de patrimônio cultural e as políticas de preservação*”, é apresentada uma discussão teórica sobre o conceito de patrimônio cultural, monumento, monumento histórico, com o intuito de entender como estes surgiram e suas principais características. Entender o processo de formação da política de preservação de patrimônio cultural no Brasil também se tornou relevante neste item, buscou-se identificar como estas foram implantadas no Brasil, relacionando os contextos políticos e consequências destas ações. Neste item, mais teórico, foram utilizados autores como: Sandra Pellegrini, Pedro Funari, Regina Abreu, José Reginaldo Santos Gonçalves e Françoise Choay.

Na segunda parte deste capítulo, “*Formação de Dourados: sua história ao longo do século XX*”, é apresentado o contexto histórico do período em que a pesquisa está inserida, para isto, tornou-se necessária a leitura de obras sobre o final do século XIX até por volta do ano 2000, possibilitando uma discussão das principais transformações econômicas, sociais e políticas que aconteceram no sul do atual Mato Grosso do Sul.

Dentro deste período de estudo buscou-se identificar principalmente alguns pontos, tais como: quem eram os imigrantes e migrantes que para cá vieram, as principais atividades econômicas desenvolvidas, os empreendimentos e as mudanças na área urbana, enfatizando a infraestrutura da cidade, as ações da prefeitura e de parcelas da população douradense em defesa da preservação e da valorização das suas tradições e da história local.

No segundo capítulo, “**As etapas da luz elétrica em Dourados: da Usina Termoelétrica Senador Filinto Muller à Hidrelétrica de Urubupungá**”, é apresentado o objeto de estudo, a Usina Termoelétrica Senador Filinto Muller, mais conhecida como *usina velha*. Propõe-se narrar a história deste patrimônio material desde o seu projeto até a sua total desativação. Para isto, foi necessário passar pelos períodos de construção, implantação e o seu funcionamento. Outros aspectos importantes inseridos nesta história são os problemas que a usina teve durante o seu período de funcionamento, as transformações econômicas, políticas e sociais passadas pela cidade durante este tempo.

Ainda permeia as discussões deste capítulo a história da distribuição de energia elétrica em Dourados, desde a inauguração da usina Filinto Muller (1949) até a chegada da energia proveniente da hidrelétrica de Urubupungá (1970). Menciona-se assim que, após a primeira desativação da usina termoelétrica (1954), foram apresentadas e implantadas diferentes propostas para o restabelecimento da distribuição da energia elétrica, busca-se assim apresentar os desdobramentos de toda esta história.

No terceiro e último capítulo, “**A transformação da usina velha em patrimônio histórico-cultural douradense: uma história de ilusão e abandono**”, é discutido o processo de transformação da Usina Termoelétrica Senador Filinto Muller em um patrimônio histórico-cultural douradense. No primeiro capítulo dessa dissertação foi analisado o conceito de patrimônio e neste capítulo insere-se a discussão de patrimônio como semióforo (Chauí, 2001). Para Hartog (2014, p. 197), o patrimônio e a temporalidade estão ligados:

já que o patrimônio é a reunião dos semióforos criada por uma sociedade, em um dado momento (e por um momento). Eles traduzem então o tipo de relação que uma sociedade decide estabelecer com o tempo. O patrimônio torna visível, expressa uma certa ordem do tempo, na qual a dimensão do passado conta. Trata-se, porém, de um passado do qual o presente não pode ou não quer se desligar completamente. Quer se trate de celebrá-lo, imitá-lo, conjurá-lo, de extrair prestígio dele ou apenas de poder visitá-lo.

Para entender essa transformação da *usina velha* em patrimônio tornou-se necessário compreender o contexto histórico vivido em Dourados, sendo assim foi relevante identificar características das administrações municipais e a formação de grupos com interesse nesta temática. Consideram-se como fatores relevantes para discutir essa questão do patrimônio no município aspectos como: a campanha de valorização do patrimônio cultural do estado de Mato Grosso do Sul (1983), que incentivou o interior a refletir sobre sua história e assim entre os anos de 1984 e 1986 grupos se mobilizaram em defesa do tombamento do Clube Social de Dourados.

As comemorações do cinquentenário douradense (1985) também promoveram essa discussão, pois a prefeitura municipal, através principalmente da Funced (Fundação Cultural e de Esportes de Dourados), organizou diferentes atividades na cidade com o objetivo de apresentar a história local. Foi neste contexto que a *usina velha* foi lembrada como patrimônio abandonado.

A partir de então iniciou-se um processo de tentativa de “chamar a atenção” e de valorização da antiga usina, sendo que estas foram organizadas por: grupos de artistas, de estudantes, pela poetisa Heleninha e pela administração municipal, através da Funced. Após o tombamento da usina (Lei nº 1694 de 1991), as ações desses grupos ficaram mais intensas e tinham como objetivo cobrar da prefeitura que a lei fosse colocada em prática, ou seja, que a usina fosse transformada num centro cultural ou museu.

Os prefeitos Braz Mello (1989-1992 e 1997-2000) e Humberto Teixeira (1993-1996) elaboraram projetos para a revitalização da antiga usina e desenvolveram algumas ações e/ou atividades culturais neste espaço, porém nenhum projeto foi executado. Apesar das cobranças de grupos da sociedade douradense e da denúncia feita ao Ministério Público pela Heleninha, nenhum projeto foi executado na *usina velha* e até hoje ela encontra-se abandonada.

Consideram-se neste capítulo dois momentos, sendo o primeiro as atividades desenvolvidas em defesa da usina antes do tombamento (1991) e após a promulgação da lei municipal do tombamento do prédio, sendo este um ponto de referência para entender o ressurgimento e a valorização da sua história e o início de uma longa luta pela sua preservação e reutilização.

Espero, enfim, que este trabalho possa contribuir para uma melhor compreensão sobre a história da energia elétrica em Dourados e sobretudo a história da *usina velha* e sua transformação em patrimônio histórico-cultural.

Capítulo 1

PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL E A HISTÓRIA DE DOURADOS

1.1 A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE PATRIMÔNIO CULTURAL E AS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO

O objeto de estudo desta pesquisa é um patrimônio histórico-cultural, sendo assim torna-se necessário discutir nesta primeira parte do capítulo os conceitos: patrimônio cultural, patrimônio histórico-cultural, monumentos e monumentos históricos, com o intuito de entender como estes surgiram e suas principais características. Outros temas que permeiam esta discussão é a política de preservação de patrimônio cultural; buscou-se identificar como estas foram implantadas no Brasil, relacionando os contextos políticos e consequências destas ações.

1.1.1 O patrimônio cultural e histórico-cultural: questões teóricas

O moderno conceito de patrimônio surgiu na França, após a Revolução de 1789 e a formação dos Estados Nacionais, pois a partir destes Estados Nacionais foi dada ênfase à questão da cultura nacional. Este conceito moderno ultrapassou aspectos religiosos, de âmbito privado, e passou a ser entendido como de um povo (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 15-17). Destaca-se que a categoria *patrimônio* não é algo recente, seu caráter é milenar, presente desde o mundo clássico e medieval, porém o que a sociedade moderna ocidental fez foi impor “conceitos semânticos específicos assumidos por ela” (GONÇALVES, 2009, p. 26).

No conceito de patrimônio estão inseridos aspectos como: pressupõe-se que existem valores comuns que são compartilhados pela sociedade; os fatores que determinam a escolha deste são: o excepcional, o belo, aquilo que representa a nacionalidade; e “é entendido como um bem material concreto, um monumento, um edifício, assim como objetos de alto valor material e simbólico para a nação” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 20).

A preservação do patrimônio vem sendo discutida ao longo dos séculos, e durante o século XX menciona-se que na Conferência de Atenas, em 1937, foi defendido a salvaguarda do patrimônio, porém ressalta-se que após a Segunda Guerra Mundial é que surgiram conceitos menos restritivos com relação a cultura e foram inseridos neste debate o meio ambiente, os grupos locais e o imaterial (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 23-25).

Para Regina Abreu (2009, p. 37), com a inserção do conceito antropológico de cultura no campo do patrimônio tivemos grandes mudanças na trajetória deste conceito, que até então era centralizado na valorização dos bens de valor artístico e histórico. Esta autora apresenta que:

se outrora o campo do patrimônio firmou-se com base num Estado nacional, comprometido com a ideia de que a nação tinha um passado e que era preciso salvá-lo do esquecimento, hoje a área do patrimônio estrutura-se de maneira prospectiva em direção ao futuro A palavra de ordem é “diversidade”: cultural, mas também natural ou biológica (ABREU, 2009, p. 45).

A diversidade em selecionar e identificar os bens patrimoniais promoveu uma ampliação no conceito de patrimônio, já que até meados do século XX a valorização estava nos patrimônios históricos, que reconhecia somente aspectos da história, os personagens e recortes cronológicos selecionados arbitrariamente. Aos poucos esta visão reducionista foi superada e passou-se a utilizar o conceito de patrimônio cultural, este pautado “pelos referenciais culturais dos povos, pela percepção dos bens culturais nas dimensões testemunhais do cotidiano e das realizações intangíveis” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 32).

Com esta abertura na temática foi permitido que:

construções menos prestigiadas ou mais populares, como moinhos, mercados públicos ou estações de trem, fossem reconhecidas como patrimônio, incluindo-se nesse rol produções contemporâneas e bens culturais de natureza intangível, como expressões, conhecimentos, práticas, representações e técnicas. Por outro lado, alterações nas leituras do patrimônio como monumentos isolados promoveram a valorização da noção de conjunto e superação de visões da arquitetura como obra de arte independente (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 32).

Um dos conceitos patrimoniais que ganharam ênfase recentemente é o “patrimônio imaterial” ou o “intangível”, que se opõe ao “patrimônio de *pedra e cal*”.

Esta nova concepção valoriza os aspectos da vida social, os lugares, as festas, religiões, músicas, danças, enfim ganham destaques os aspectos ideais e valorativos. Com relação a estes bens a proposta não é o tombamento, mas fazer o registro dessas práticas e representações e assim verificar as permanências e transformações (GONÇALVES, 2009, p. 28).

Essa questão de valorizar o patrimônio imaterial, as práticas culturais dos diferentes povos, tornou-se objeto de estudo tanto em setores técnicos que trabalham com o patrimônio, bem como na academia, e isto possibilitou que este conceito ganhasse novos adeptos e defensores.

O patrimônio estudado neste trabalho, a *usina velha*, possui as características do patrimônio material, especificamente do histórico-cultural. Neste sentido citam-se as três categorias do patrimônio cultural apresentadas pelo professor francês Hugues de Varine-Bohan: a dos elementos pertencentes à natureza, ao meio ambiente; os elementos intangíveis – referem-se ao conhecimento, às técnicas, ao saber e ao saber fazer; e os elementos que reúnem os chamados bens culturais, como: objetos, artefatos e construções (LEMOS, 2006, p. 7-10).

Para Choay (2006, p. 11), o patrimônio histórico remete atualmente a uma instituição e mentalidade; a expressão designa

um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos.

Uma das expressões do patrimônio histórico são os monumentos históricos, porém antes de trabalhar com este conceito define-se somente monumento. Este termo, que está relacionado às lembranças, àquilo que é apresentado e que faz tocar pela emoção, é definido por Choay (2006, p. 17-18) como:

tudo o que edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças. A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória.

Este sentido original de monumento foi perdendo espaço devido à importância atribuída ao conceito de arte nas sociedades ocidentais, a partir do Renascimento, e no

desenvolvimento, aperfeiçoamento e difusão das memórias artificiais (CHOAY, 2006, p. 19-21).

O conceito de monumento histórico recebeu esta denominação no final do século XVIII, foi difundido fora da Europa a partir da segunda metade do século XIX e é uma invenção, bem datada, do Ocidente (CHOAY, 2006, p. 25-83).

No começo do século XX, A. Riegl identificou que, diferentemente do monumento, que é uma criação deliberada e cuja destinação foi pensada desde o início, o monumento histórico é construído posteriormente, “pelos olhares convergentes dos historiadores e dos amantes da arte, que os selecionam na massa dos edifícios existentes, dentre os quais os monumentos representam apenas uma pequena parte” (CHOAY, 2006, p. 26).

A preocupação com a preservação do patrimônio, seja ele histórico-cultural, imaterial, natural, dos monumentos históricos, foram temas discutidos e reelaborados ao longo dos séculos no mundo ocidental. Um marco para a chamada “mundialização dos valores e das referências ocidentais que contribuiu para a expansão ecumênica das práticas patrimoniais” (CHOAY, 2006, p. 207) foi a Convenção sobre a proteção do patrimônio mundial cultural e natural, realizada pela Assembleia Geral da Unesco em 1972. Esta convenção contou com a participação de mais de 150 países, os quais definiram que o patrimônio da humanidade é formado por

- Monumentos: obras arquitetônicas, esculturas, pinturas, vestígios arqueológicos, inscrições, cavernas.
- Conjuntos: grupos de construções.
- Sítios: obras humanas e naturais de valor histórico, estético, etnológico ou científico.
- Monumentos naturais: formações físicas e biológicas.
- Formações geológicas ou fisiográficas: habitat de espécies animais e vegetais ameaçados de extinção.
- Sítios naturais: áreas de valor científico ou de beleza natural (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 25).

Outro assunto debatido nesta convenção foi a reivindicação dos países do Terceiro Mundo para a “proposição, em nível internacional, de um instrumento de proteção às manifestações populares de valor cultural” (SANT’ANNA, 2006, p. 53).

Neste estudo sobre o patrimônio cultural é relevante discutir, brevemente, que uma das principais atividades que proporcionaram o desenvolvimento, incentivaram práticas de preservação, é o turismo cultural. Por turismo cultural entende-se toda atividade em que “o principal atrativo não seja a natureza, mas algum aspecto da cultura

humana” (BARRETO, 2000, p. 19), ou seja, busca-se conhecer a cultura de um povo, seus bens materiais e imateriais e, conforme o material elaborado pelo Ministério do Turismo, os turistas que buscam esta atividade querem “especificamente vivenciar o patrimônio histórico e cultural e determinados eventos culturais, de modo a preservar a integridade desses bens [...]” (2006, p.14).

Considera-se que a atividade turística, juntamente com os empreendimentos de setores públicos e privados que trabalham com atividades culturais, são segmentos que exploram os monumentos, e assim

os monumentos e o patrimônio históricos adquirem dupla função – obras que propiciam saber e prazer, postas à disposição de todos; mas também produtos culturais, fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos. A metamorfose de seu valor de uso em valor econômico ocorre graças à “engenharia cultural” (CHOAY, 2006, p. 211).

Atualmente muitas nações dependem economicamente da exploração do seu patrimônio cultural, dos monumentos históricos. As consequências disto estão na crescente exploração de objetos materiais e imateriais que são constantemente criados e recriados para atender a uma demanda crescente. Sobre este assunto Choay (2006, p. 225) apresenta que:

O patrimônio histórico arquitetônico se enriquece, então, continuamente, com novos tesouros que não param de ser valorizados e explorados. A indústria patrimonial, enxertada em práticas com vocação pedagógica e democrática não lucrativa, foi lançada inicialmente a fundo perdido, na perspectiva e na hipótese do desenvolvimento e do turismo.

O turismo cultural é um dos segmentos que depende do patrimônio cultural e uma forma de evitar que esta atividade seja desenvolvida apenas visando o econômico é através da realização de estudos e um planejamento adequado. A participação de profissionais aptos no planejamento é essencial para que o atrativo turístico tenha uma longa duração de vida e considerado um referencial para o turismo.

Uma das preocupações dos planejadores do turismo cultural é que a implantação deste seja de forma participativa, ou seja, que tenha o envolvimento da comunidade local, das instituições e dos poderes públicos e privados, que exista uma conscientização da atividade, tanto por turistas quanto pela comunidade receptora e uma infraestrutura turística adequada.

O historiador José Newton Coelho de Menezes, em seu livro *História e Turismo Cultural*, aborda a importância de interpretar e identificar o patrimônio histórico-cultural por profissionais capacitados, para que o turismo cultural aconteça de forma sustentável. Segundo este autor:

Necessário e fundamental é que as ações de apreensão e interpretação do patrimônio cultural sejam motivadas e movidas por atitudes amplas e interdisciplinares que possibilitem a informação correta e rica de interpretações problematizadoras. Essas ações devem ter um forte componente de se constituírem pensando em sua própria gestão, ou seja, a interpretação, desde seu planejamento, deve, necessariamente, ser construída antevendo e tentando tornar possível e enraizada a sua gestão sustentável (2006, p.56-57).

A comunidade local inserida e integrante da atividade turística auxilia no desenvolvimento do turismo na localidade, estimula a vinda de turistas e aumenta o tempo da atividade turística. Segundo Menezes:

se proceder como um planejamento inclusivo, a atividade turística não incorrerá em erros como aqueles que podemos facilmente observar em alguns “centros históricos” de cidades antigas, onde a especulação imobiliária expulsou seus moradores para a periferia e os transformou em verdadeiros centros comerciais que se desgastaram como atrativo para o turismo (2006, p.49).

O Ministério do Turismo lançou em 2006 um material com orientações básicas para a implantação do Turismo Cultural, e este ressalta a importância de se implantar essa atividade turística de forma participativa, com a integração da comunidade, na identificação da comunidade com o atrativo, dentre outros pontos (Turismo Cultural, Orientações Básicas, 2006).

A atividade de interpretação do patrimônio e de identificá-lo com a comunidade é uma forma de lembrar a história local, os valores, as crenças, as tradições, e de valorizar a comunidade local. Ao se entender os significados do bem material e/ou imaterial, isso possibilita interpretar o patrimônio, e não considerá-lo apenas como uma mercadoria, como uma forma de iludir turistas e de criar mitos.

1.1.2 A construção da política de preservação do patrimônio no Brasil

No Brasil a implantação da política patrimonial aconteceu lentamente, tendo uma maior ênfase na década de 1920 com a criação das inspetorias estaduais de monumentos em Minas Gerais, na Bahia e Pernambuco e devido à intervenção de

intelectuais modernistas como: Gustavo Capanema, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Carlos Drummond de Andrade e Pedro Nava. Um dos aspectos defendidos por estes modernistas e pelos neocoloniais, como Ricardo Severo e José Mariano Filho, era a preservação da arte colonial; apesar desta semelhança estes grupos divergiam em questões político-ideológicas (OLIVEIRA, 2008, p. 116-117).

As intervenções e os questionamentos da década de 1920 foram organizados na década de 1930, quando foi reconhecida a necessidade da ação do Estado (OLIVEIRA, 2008, p.116). Em 1936, com o projeto de Mário de Andrade, foi que a preservação e a definição de patrimônio começaram a ganhar evidência no cenário nacional. Este intelectual tinha uma visão de patrimônio mais abrangente, assemelhando-se ao que hoje é definido por patrimônio cultural, sendo assim considerava:

Entende-se por patrimônio artístico nacional todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiros, residentes no Brasil (LEMOS,2006, p. 37).

As obras de arte mencionadas eram: 1 – arte arqueológica; 2 – arte ameríndia; 3 – arte popular; 4 – arte histórica; 5 – arte erudita nacional; 6 – arte erudita estrangeira; 7 – artes aplicadas e 8 – artes aplicadas estrangeiras. O grande diferencial das propostas deste intelectual, ao compará-las com o que se tinha até o momento, está nas preocupações e no entendimento do que considerar e o que preservar como patrimônio, ou seja, não somente as produções de heróis, intelectuais, dos “fatos históricos”, mas incluía os indígenas e a arte popular. Lemos (2006, p. 37-41) apresenta as características do projeto de Mário de Andrade e menciona a “clarividência daquele intelectual arrolando bens culturais dentro de uma sistemática somente hoje em nossos dias divulgada por entidades e recomendações internacionais, que tratam modernamente do assunto” (LEMOS, 2006, p. 40).

A proposta inovadora de Mário de Andrade não foi aceita exatamente como este propôs, mas mesmo assim ressalta-se que este foi o início dos projetos de salvaguarda do patrimônio no Brasil, que até então não tinha estrutura administrativa e nem verbas para implantação de um grande projeto. O órgão criado para a preservação foi o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Sphan, em 1937, após uma reorganização do Ministério da Educação, chefiado por Gustavo Capanema (LEMOS, 2006, p. 42). A lei de criação do Sphan “é a nº 378/1937 (art. 46), com a natureza

jurídica de órgão de execução vinculado ao Ministério da Educação e Saúde, classificado como serviço relativo à educação extraescolar” (DANTAS, 2013, p. 226).

A lei de criação do Sphan foi promulgada em janeiro de 1937 e em novembro deste mesmo ano foi publicado o decreto-lei nº 25/1937³, principal instrumento jurídico deste órgão, que organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional através da regulamentação da política de tombamento. No que se refere ao contexto político era a época do Estado Novo, e, relacionando este contexto e as políticas de preservação do patrimônio, menciona-se que:

Para o SPHAN era possível restaurar e preservar o passado – um passado autêntico –, e com essa releitura do passado se construir o futuro. Algo similar ao pensamento do Estado Novo, que propunha o resgate do passado para lançar-se ao futuro. Conhecer o passado, a tradição, ajudaria a iluminar a construção de uma nova consciência para o futuro (OLIVEIRA, 2008, p. 122).

O Sphan inicialmente desenvolveu atividades nas áreas da pesquisa, viagens, tombamentos, restaurações, tinha uma maior preocupação com a originalidade do monumento e a catalogação era desenvolvida por técnicos (OLIVEIRA, 2008 p. 120). A perspectiva estética era predominante e determinava que:

em primeiro lugar estava a valorização do estilo barroco, depois do neoclássico e do moderno . O estilo eclético era considerado a ovelha negra, só tendo três casas tombadas por seu valor histórico. A recusa da cópia (representada pelo neocolonial) e da mistura (pelo ecletismo) se contrapunha à valorização do barroco e do moderno (LIPPI, 2006, p. 121-122).

A demanda atendida e reconhecida pelos pioneiros do Sphan era a elite culta, consideravam-se intérprete e porta-voz da sociedade e agiam em nome do interesse da nação. Os opositores das práticas do Sphan eram, na maioria das vezes, os prefeitos, os governadores, os padres e a população que não tinha consciência dos valores dos bens móveis das cidades (OLIVEIRA, 2008, p. 123).

Em 1946, o então Sphan foi transformado em Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Dphan, pelo Decreto-Lei nº 8539/46, o qual manteve a natureza jurídica do órgão. Já pelo Decreto nº 66.967/1970 o nome foi alterado para Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan e foi assegurada, pelo artigo 14 deste decreto, sua autonomia administrativa e financeira (DANTAS, 2013, p. 226-227).

³ Este assunto será retomado no 3º capítulo.

Na década de 1950, período do processo de industrialização e de urbanização, promovidos pela política modernizadora de Juscelino Kubitschek, a arquitetura moderna ganhou destaque (OLIVEIRA, 2008, p. 124). Conforme apresentada por Fonseca (1996, p 155), a atuação do Sphan, até esta década, teve como pontos positivos: o tombamento considerável de bens culturais e a criação de um “padrão ético” de atuação no serviço público; os negativos foram: caráter restrito do que se podia considerar de “opinião pública” e as objeções no reconhecimento dos bens culturais. Devido a estas características o Sphan, até o final dos anos 60, tinha ganhado:

pouca visibilidade social, além de desde os anos 50, com a industrialização e a difusão dos valores do desenvolvimento e da modernização, ficar mais aguda a distância entre o que então era apresentado como os interesses da nação – expressos em termos de metas econômicas – e os valores culturais que o Sphan se propunha a preservar (FONSECA, 1996, p. 155).

Entre 1964 e 1984 o Brasil viveu o período do regime civil-militar, época em que as manifestações culturais, sociais e políticas eram fortemente reprimidas e não existia a liberdade de expressão. A política de preservação do patrimônio no Brasil, iniciada em 1937, passou por grandes mudanças devido a interferência direta do período histórico e a forma de administrar dos agentes públicos do governo federal.

Durante a década de 1970 foi apresentada uma política voltada para a prática de modernização, compatível com o processo de desenvolvimento brasileiro no final desta década. Lideradas pelo novo diretor do Iphan, Aloísio Magalhães, juntamente com a Secretaria de Cultura do MEC (1981), foram elaboradas as noções de “participação da comunidade”; mais tarde, já na fase de redemocratização, foi enfatizada a noção de “direitos culturais” (FONSECA, 1996, p. 154).

Após um período de forte repressão os governos militares começaram a olhar para o campo da cultura, buscando legitimidade e reorganizando a esfera cultural. Em 1973 foi criado o Programa de Cidades Históricas – PCH, que foi a primeira intervenção na área de patrimônio. Esse programa estava ligado à Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan) e pela primeira vez a preservação de bens culturais passou a integrar os planos de desenvolvimento econômico (OLIVEIRA, 2008, p. 125); suas propostas centralizavam-se na recuperação dos bens de “pedra e cal” e no desenvolvimento do turismo e comércio nas áreas consideradas de tradição histórica e cultural (PELEGRINI; FUNARI, 2006, p. 48).

Em 1975 foi criada a Fundação Nacional de Arte – Funarte, cujas atribuições estavam ligadas ao incentivo e apoio às manifestações artísticas e à preservação de valores culturais, apoiando as instituições culturais oficiais ou privadas que visassem o desenvolvimento artístico nacional; os seus níveis de atuação eram através de projetos próprios ou internos e o apoio a projetos de todo o país. Um dos projetos mais conhecidos da Funarte foi o *Pixinguinha*, voltado à divulgação da música brasileira (OLIVEIRA, 2008, p. 169).

Ao longo da década de 1970 foram criados outros projetos e programas relacionados às atividades culturais e à preservação do patrimônio cultural, como: o Programa de Ação Cultural – PAC (1972), para promover a abertura de crédito e financiamento de atividades culturais; a Política Nacional de Cultura (1975), o primeiro plano oficial na área cultural, que possibilitou a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) e a Fundação Nacional Pró-Memória (1979), com o objetivo de agilizar a captação de recursos para realizar programas e projetos na área cultural (PELEGRINI; FUNARI, 2006, p. 48-49).

A política federal de patrimônio, internamente, passou por mudanças a partir da década de 1970 devido às divergências com a especulação imobiliária, aos pedidos de tombamento feitos por instituições novas, como a CNRC, e a ampliação do conceito de patrimônio, que representou a introdução de “novos paradigmas” e mudanças nas concepções de valor histórico e de valor artístico (FONSECA, 1996, p. 157).

Considera-se que nas décadas de 1970 e 1980 a mudança na política de preservação do patrimônio cultural estava na maior participação da sociedade nesta temática, ou seja:

No sentido do envolvimento da sociedade brasileira com a questão do patrimônio, é um aumento considerável no número de processos abertos a pedido de pessoas, grupos ou instituições externos ao IPHAN. Não só proprietários de imóveis, como também prefeituras, Assembleias Legislativas, e até mesmo grupos que se expressam através de abaixo-assinados entram com pedidos de tombamento federal. Outro aspecto significativo é a diversidade de bens que são apresentados para tombamento. Ao lado de igrejas, casas, palácios e mansões figuram inúmeras construções mais recentes e ligadas à vida moderna [...] (FONSECA, 1996, p. 157).

No final da década de 1970 iniciou-se o processo de abertura política. Em 1979 tivemos o retorno de exilados ao país, uma maior movimentação social, a reforma partidária que permitiu a criação de novos partidos políticos, e a aprovação das eleições

diretas para governadores em 1982, porém apesar destas ações os atentados e as perseguições continuaram por um tempo (RODRIGUES, 1994, p. 14-17).

Para Rodrigues (1994, p. 60-61), durante os anos 1980 os movimentos sociais não mais se organizavam clandestinamente e passaram a ocupar os lugares públicos, as assembleias dos trabalhadores eram realizadas em estádios ou praças, aglomerando multidões de pessoas. Outro movimento que ganhou força nesta década foram os movimentos sociais urbanos, que reivindicavam, principalmente, melhoras nos serviços urbanos.

A partir de 1983 iniciou a campanha das Diretas Já⁴, em que a população, através de diferentes mobilizações, “gritava e cantava” pedindo a volta das eleições presidenciais e o fim do regime-civil-militar. Aponta-se que entre janeiro e abril de 1984 foram realizados comícios e passeatas em todo o país reunindo multidões de pessoas. Mesmo com toda a mobilização o Congresso Nacional não aprovou as eleições diretas e em 15/01/1985, através de eleições indiretas, o Colégio Eleitoral elegeu um civil como presidente da República: Tancredo Neves, porém este faleceu antes de assumir e quem tomou posse foi o vice-presidente: José Sarney, em 15/03/1985 (RODRIGUES, 1994, p. 17-19).

Durante a redemocratização tivemos várias transformações na gestão pública, dentre elas as relacionadas à gestão cultural e estruturas das instituições públicas de cultura. Ao analisar os estudos de Cunha (2005, p. 37-39), destacam-se como principais mudanças a criação de um Ministério da Cultura (1985), o qual se desvinculou do Ministério da Educação; e ainda, conforme Botelho (2000, p. 209 *apud* Cunha, 2005, p. 37), foi a partir de 1982 que se iniciaram as alterações nas políticas regionais que fortaleceram a “área cultural, exemplificado pela multiplicação das secretarias estaduais de cultura, anteriormente, em sua maioria, departamentos vinculados às secretarias de educação”.

A respeito da política patrimonial, esta abertura possibilitou uma revisão das teorias sobre “os bens culturais e a superação de práticas limitadas à conservação palaciana e fachadista – restritas à recuperação apenas da imagem plástica, do colorido e das feições estilísticas dos conjuntos históricos” (PELEGRINI; FUNARI, 2006, p. 51).

⁴ A campanha das “diretas já” foi coordenada pelo Comitê Nacional Pró-Diretas, órgão suprapartidário que contou com a participação dos partidos de oposição, de associações estudantis e profissionais e das centrais sindicais (RODRIGUES, 1994, p. 18).

Um dos símbolos deste processo de redemocratização foi a elaboração da nova constituição. A Assembleia Constituinte foi instalada no dia 1º de fevereiro de 1987, sendo que ao longo deste ano os deputados e senadores federais discutiram a nova constituição, que passou a vigorar a partir de 1988 (VIEIRA, 2000, p. 214).

Com relação à política de preservação priorizava-se a proteção de monumentos isolados e a partir de 1980 tivemos uma valorização da preservação dos espaços de convívio e a recuperação de modos de viver de diferentes comunidades. A Lei n.º 7.505, de 1986, conhecida como Lei Sarney, proporcionou um impulso na proteção do patrimônio, bem como um aumento no *marketing* cultural que foi consolidado na década de 1990 (PELEGRINI; FUNARI, 2006, p. 49-51).

A nova constituição traz, na seção II, sobre a Cultura, nos artigos 215 e 216, aspectos legais referentes às manifestações culturais e a preservação do patrimônio cultural. Nesta nova Constituição, o conceito de patrimônio, que principalmente nas décadas de 1970 e 1980 passou por transformações, foi “atualizado” conforme as novas concepções, principalmente por inserir o conceito de bens imateriais. No artigo 216 foi definido que:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Constituição Federal, 1988⁵).

Outra questão importante inserida com a promulgação da nova Constituição está na participação da sociedade na identificação do patrimônio e na proteção das manifestações populares e da questão ambiental. De acordo com Pelegrini e Funari (2006, p. 51), esta nova Carta Constitucional reafirmou:

que a ação em prol do patrimônio devia se desenvolver independentemente da ação de tombamento e devia basear-se na referencialidade dos bens. Além disso, as disposições contidas no

⁵ A Constituição Federal está disponível para pesquisa no site: <http://www2.planalto.gov.br/acervo/legislacao>

artigo 215 reiteraram a proteção às manifestações populares indígenas e afro-brasileiras ou de quaisquer outros segmentos étnicos nacionais, propondo, inclusive, a fixação de efemérides ou datas comemorativas concernentes aos seus respectivos interesses. A defesa do meio ambiente, da qualidade de vida nos centros urbanos e da pluralidade cultural representou avanços na luta pela cidadania e por políticas preservacionistas nos anos que se seguiram.

Com relação aos novos projetos ligados à cultura destaca-se que através do Decreto nº 8.313, de 1991, foi instituído o Programa Nacional de Apoio à Cultura – Pronac, que visava incentivar e desenvolver projetos culturais utilizando-se de recursos do Fundo Nacional de Cultura – FNC e do Fundo de Investimento Cultural e Artístico – Ficart (PELEGRINI; FUNARI, 2006, p. 49-51).

Durante o período da Constituinte a mobilização do povo foi muito intensa, participativa, porém com a promulgação da nova Constituição o povo ficou com a “sensação” de que a sociedade democrática já estava assegurada e por isto se desmobilizou; mas os movimentos associativos, que estavam tão presentes na década de 1980, continuaram a se organizar para fazer reivindicações específicas ou de interesse geral do povo, ou simplesmente para exercer a cidadania (DALLARI, 2000, p. 478-479).

A atuação dos brasileiros, seja nas manifestações através de organizações sindicais ou de movimentos associativos, e o fim do regime-civil-militar proporcionaram à população a volta da liberdade de expressão, e a atuação e participação ativa da sociedade foi fundamental para ter restabelecidos seus direitos, inseridos os direitos de minorias sociais e a integração destas nas políticas de preservação do patrimônio cultural.

1.1.3 Políticas patrimoniais no Mato Grosso do Sul e a Criação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico em Dourados

O Estado de Mato Grosso do Sul, criado em 1977, teve como primeiro governador o gaúcho Harry Amorim Costa, escolha esta feita pelo então presidente do Brasil, o general Ernesto Geisel. Porém ele teve um mandato curto, de 1º de janeiro a 12 de junho de 1979, quando foi demitido pelo novo presidente, o general João Figueiredo. Ressalta-se que nestes meses foi elaborada a primeira Constituição Estadual (CHAGAS, 2014, p. 57-61).

O segundo governador foi o Sr. Marcelo Miranda Soares (ARENA/Partido Democrático Social – PDS), sua gestão foi de 30 de junho de 1979 até 28 de outubro de 1980, sendo também demitido pelo general Figueiredo (CHAGAS, 2014, p. 61-68).

No final do ano de 1980 tomou posse como governador o Sr. Pedro Pedrossian (PDS), que teve sua gestão até 15 de março de 1983. Conforme apresentado por Chagas (2014, p. 69): “A ascensão de Pedrossian ao governo estadual, em novembro de 1980, encerra o período conturbado de crises e golpes políticos, como também fecha o ciclo de governadores nomeados pelo Executivo federal em Mato Grosso do Sul”.

As políticas relacionadas à preservação do patrimônio histórico-cultural e natural do Estado estavam inseridas, mesmo que de forma incipiente, na primeira Constituição do Estado do Mato Grosso do Sul⁶, no artigo 161: “Ficam sob proteção especial do Poder Público os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas” (MATO GROSSO DO SUL. Constituição do Estado, 1979, p. 65).

Durante o governo de Pedro Pedrossian foi sancionada a primeira lei específica sobre o sistema de proteção do Patrimônio Histórico e Artístico de Mato Grosso do Sul⁷, a lei nº 245, de 1º de julho de 1981⁸. Esta lei estava dividida em 30 artigos e em três capítulos, sendo estes relacionados ao Patrimônio Histórico e Artístico e ao tombamento e seus efeitos. Nesta lei não eram considerados como patrimônio os bens imateriais, somente os bens móveis e imóveis, conforme o parágrafo 1º do artigo 1º:

São considerados bens móveis e imóveis, particulares ou públicos, para fins desta Lei, as obras de arte, objetos, edifícios, monumentos, bibliotecas, arquivos, documentos, conjuntos arquitetônicos, jazidas, sítios arqueológicos e paisagens.

Ao analisar a primeira Constituição do Estado e a lei estadual nº 245/1981 percebe-se que as duas são muito semelhantes na definição do que é o patrimônio histórico e artístico. Aponta-se que na lei específica sobre o patrimônio foi apresentado o processo do tombamento e o livro tomo dos bens, tendo como o primeiro decreto de regulamentação dessa lei o nº 2.351, de 7 de dezembro de 1983⁹.

⁶ Disponível para pesquisa no Centro de Documentação Regional (CDR) da FCH/UFMG.

⁷ As leis referente à preservação do patrimônio histórico-cultural do MS utilizadas neste trabalho estão disponíveis no site da Assembleia Legislativa do Estado: www.al.ms.gov.br

⁸ Essa lei foi revogada pela lei nº 3.522, de 30 de maio de 2008, art. 33.

⁹ O decreto 2.351/83 foi revogado e substituído pelo 7.993/94.

Como já mencionado, a partir da década de 1980 as políticas de preservação do patrimônio cultural passaram por mudanças, sendo que até então priorizava-se a atuação do governo federal neste quesito, porém a partir da nova Constituição de 1988 os Estados e os Municípios passaram a legislar mais sobre este tema.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, artigo 23, III, é uma das competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios “proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos”, e conforme o artigo 30 é de competência dos municípios: “I - legislar sobre assuntos de interesse local” e “IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual” (Constituição Federal de 1988).

Considera-se que a responsabilidade de preservação do patrimônio cultural não é somente do governo federal, mas sim cabe aos Estados e aos Municípios legislar sobre os interesses locais e proteger o patrimônio.

Dadas as mudanças da nova Constituição os municípios tiveram que redigir suas Leis Orgânicas (Constituição Municipal), adequando-as à carta cidadã.

O objeto de estudo deste trabalho é a *usina velha*, um prédio tombado como patrimônio histórico-cultural em 1991. Com relação à política municipal aponta-se que em abril de 1990 foi promulgada a nova Lei Orgânica Municipal – LOM e em novembro deste mesmo ano foi criado o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental, sendo assim já existia na época do tombamento da *usina velha*, uma legislação municipal para subsidiar a proteção do patrimônio e o tombamento.

Conforme a LOM-1990, no artigo 14, item VIII, é competência do município “promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual, e incentivar a atividade cultural”. Na “Seção III - Do desenvolvimento e da política urbana”, cita-se o artigo 164, que dispõe sobre os instrumentos capazes de proporcionar o desenvolvimento urbano no Município, sendo considerados entre eles “o patrimônio histórico, artístico, arqueológico e paisagístico”. No Capítulo VIII – da Cultura, artigo 243, foi definido o conceito do patrimônio cultural:

Art. 243. Constituem patrimônio cultural os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de

referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade municipal, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais.

Sobre o Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de Dourados, destaca-se que em 1989 a vereadora Prof^a Lori Alice Gressler propôs a sua criação, com o intuito de implementar uma política de preservação municipal, que principalmente integrasse a comunidade local.

Nos anos anteriores, desde 1984, a Câmara Municipal já havia aprovado o tombamento de vários bens no município, e foi nesse contexto que Lori Gressler (PTB), no dia 4/10/1989, propôs a criação de uma lei de proteção ao patrimônio histórico do município. Para a vereadora, “o processo de tombamento envolve benefícios, responsabilidade e garantia de preservação” (*Enfoque*, 21/10/1989, p. 5), e como proposta defendia a criação de um conselho consultivo, que seria formado por um grupo multidisciplinar (professores, arquitetos, artistas) e teria a responsabilidade de fazer o levantamento dos bens históricos e realizar os tombamentos. Através deste conselho as restaurações dos bens móveis e imóveis seriam aprovados pelo poder público e teriam autorização técnica. Lori justificou ainda que: “não adianta tomar se não existir um órgão competente para recuperar o móvel ou imóvel e, ainda, preservá-lo posteriormente. É preciso que os tombamentos aconteçam com responsabilidade, organização, segurança e amparo do poder público” (*Enfoque*, 21/10/1989, p. 5).

Conforme a reportagem e a justificativa da vereadora Lori percebe-se que a preocupação estava no sentido de que os bens eleitos para tombamento precisavam ser avaliados e estudados por profissionais das áreas afins, bem como não era interessante realizar apenas o tombamento: era fundamental que após este ato o bem fosse cuidado e preservado para assim não ser tombado e depois abandonado.

Como uma gentil contribuição para a presente pesquisa, a Prof^a Lori Gressler forneceu-me fotocópias dos documentos contidos em uma de suas pastas, intitulada “Projetos, requerimentos e artigos sobre a preservação do patrimônio histórico, arqueológico, paisagístico, bibliográfico e artístico (1989-1992)”¹⁰, tema este da sua proposta de lei. Ao analisar essas informações verifica-se que a parlamentar defendia as

¹⁰ Uma cópia deste material está disponível para pesquisa no CDR, na Coleção “Patrimônio Cultural e Ambiental”.

ideias de: preservar e recuperar o patrimônio douradense; a importância de conscientizar e debater com a sociedade esta temática e que o momento (1989) era ideal para esta discussão já que estava sendo elaborada a nova Constituição Municipal¹¹. Para Gressler, defender os bens históricos e artísticos de uma comunidade é importante porque eles “não só representam o passado desta, como também garantem melhor do que qualquer outra coisa o direito de habitar determinada região” (artigo publicado em *Enfoque*, 25/11/1989, p. 9).

O anteprojeto proposto por Lori criava o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental, estabelecendo a organização e atribuições do Conselho, o tombamento e seus efeitos, preservação, modificações, mudança de atividades e novos usos, demolição e edificações. Este conselho municipal estaria dividido em secretaria executiva e o colegiado, sendo que o primeiro seria dirigido por um secretário designado pelo diretor da Funced (Fundação Cultural e de Esportes de Dourados) e o segundo composto por pessoas que tinham conhecimento sobre o tema do órgão e estes seriam designados pelo prefeito (*O Progresso*, 27/04/1990).

Percebe-se que desde o início da proposta a vereadora salientou em seus discursos a importância do debate sobre a preservação do patrimônio com a participação da sociedade, incluindo pessoas com conhecimento sobre o assunto. Neste sentido foi realizada uma reunião com a Comissão de Educação e Cultura da Câmara, para a qual foram convidados os diretores da Funced, o diretor do coral Santa Cecília e professores do Ceud (curso de História) e da Faculdade de Artes da Socigran (*O Progresso*, 27/04/1990).

No anteprojeto proposto, a inserção dos membros da sociedade estava prevista no 1º parágrafo e estes seriam membros do colegiado. No texto inicial estabelecia-se que:

- I – O colegiado é composto por pessoas de notório saber relativo às finalidades do órgão e serão indicados [sic] pelos órgãos abaixo relacionados, e nomeados [sic] pelo Prefeito Municipal.
- a) Secretaria Municipal de Serviços Urbanos;
 - b) Sociedade Civil da Grande Dourados;
 - c) Centro Universitário de Dourados;
 - d) Fundação Cultural e de Esportes de Dourados;
 - e) Associação de Engenheiros e Arquitetos;
 - f) União Douradense de Associações dos Moradores;

¹¹ Refere-se à Lei Orgânica do Município, elaborada com base na nova Constituição Federal de 1989. Essa lei foi promulgada no dia 05/04/1990 e está disponível no site: www.camaradourados.ms.gov.br. Aproveito para informar que as leis municipais citadas neste trabalho estão disponíveis no site mencionado.

- g) Poder legislativo Douradense;
- h) Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Dourados; e
- i) Curadoria do Meio Ambiente (Municipal) (Projeto de Lei complementar, 6/05/1990¹²).

Contudo, este texto inicial não foi aprovado. O vereador Frederico B. Holtermann (PFL) propôs uma emenda para este parágrafo, a qual retirava a inserção destes membros da comunidade (relacionados acima). Assim, o texto aprovado definiu simplesmente que o “o colegiado é composto por pessoas de notório saber relativo às finalidades do órgão e será indicado pelas entidades vinculadas à área e nomeado pelo prefeito municipal” (cf. Lei complementar nº 002, de 9 de novembro de 1990¹³).

Em entrevista para o *Enfoque* (6/10/1990, p. 12) a vereadora Lori comentou que seu projeto inicial tinha sido elaborado após ouvir a comunidade e diferentes segmentos e que a emenda alterou a essência da lei complementar. A autora da proposta declarou que queria garantir a representatividade de diferentes órgãos no conselho, com o objetivo de “aprimorar a participação da coletividade e fortalecer as decisões administrativas e legislativas do município”, e que a proposta apresentada pelo vereador fugia ao que havia sido apresentado na nova constituição federal sobre a importância da participação popular.

De todo modo, percebe-se que a LOM-1990 utiliza-se do conceito de patrimônio cultural e dispõe sobre o papel do poder público enquanto agente responsável, juntamente com a comunidade, de preservá-lo, e apresenta que uma das formas é através do tombamento. Esta prática foi regulamentada pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental, sendo que este segue o que foi definido pelo Decreto nº 25/1937, no que se refere a: definição dos livros tombos; tipos e formas de tombamento; e efeitos do tombamento.

Na LOM-1990, a comunidade está como um dos agentes na preservação do patrimônio histórico-cultural, porém na lei complementar que criou o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental, percebe-se que essa inserção ficou mais dependente do arbítrio do prefeito, uma vez que não constava na lei a lista das instituições que deveriam estar necessariamente representadas no Conselho.

¹² Disponível para pesquisa no CDR, na Coleção Patrimônio Cultural e Ambiental.

¹³ *Idem*.

1.2. FORMAÇÃO DE DOURADOS: SUA HISTÓRIA AO LONGO DO SÉCULO XX

Nesta segunda parte apresenta-se um esboço histórico sobre o antigo Sul de Mato Grosso, tendo como referência o final do século XIX, após o fim da guerra do Paraguai e a criação da Companhia Mate Laranjeira. Adentrando no século XX discute-se a formação do patrimônio de Dourados (1915), passando pela sua emancipação e as transformações que chegaram durante o Estado Novo e se prolongaram até o ano 2000. Dentro deste período de estudo buscou-se identificar principalmente alguns pontos, tais como: quem eram os imigrantes e migrantes que para cá vieram, as principais atividades econômicas desenvolvidas, os empreendimentos e as mudanças na área urbana, enfatizando a infraestrutura da cidade, as ações da prefeitura e de parcelas da população douradense em defesa da preservação e da valorização das suas tradições e da história local.

1.2.1 - O início do povoamento dos não-índios no extremo sul do antigo Mato Grosso

Em meados do século XIX, a região sul do então Mato Grosso era considerada um vasto sertão e habitada praticamente por indígenas. Ao terminar a guerra do Paraguai, em 1870, Brasil e Paraguai firmaram um tratado de limites territoriais e entre 1872 e 1874 foi realizada a demarcação dos territórios da fronteira delimitados desde a foz do Apa até o rio Paraná (ROSA, 1962, p. 21).

Foi no final do século XIX, neste contexto após a Guerra do Paraguai, que se iniciou uma efetiva povoação de não-índios no extremo sul do antigo Mato Grosso. Estas primeiras ondas migratórias do final do século XIX e início do XX eram formadas por grupos provenientes de São Paulo, Minas Gerais, Paraná e do Rio Grande do Sul, além da República do Paraguai (BETONI, 2002, p. 20). Nessa época, a atividade econômica mais praticada era a pecuária bovina, mas começava a destacar-se a exploração da erva-mate, nativa nessa região.

Os relatos memorialistas assinalam que a entrega dos alimentos para os trabalhadores da demarcação de limites era realizada por carretas do fornecedor e um dos funcionários era Tomás Laranjeira, e este, durante as viagens, encontrou os ervais da zona do planalto e posteriormente iniciou as atividades de exploração da erva-mate (ROSA, 1962, p. 21-22).

Laranjeira ganhou concessão do Império no ano de 1882 para explorar a erva-mate nos terrenos devolutos da fronteira, mas ele “não era o único a explorar os ervais daquela região. O próprio decreto de 1882 estabelecia o direito dos moradores que viviam da elaboração da erva na área de concessão” (ARRUDA, 1997, p. 31).

A empresa criada por Tomás Laranjeira, que iniciou as atividades de exploração da erva-mate no extremo sul do antigo Mato Grosso, passou por mudanças na sua estrutura e ganhou novos sócios no decorrer dos anos, porém ficou conhecida por “Companhia Mate Laranjeira”, nome este adotado em 1891, e manteve seu domínio na exploração da erva mate na região até a década de 1940 (QUEIROZ, 2010, p. 3).

Neste processo de povoamento dos não-índios no extremo sul do antigo Mato Grosso aponta-se a formação do município de Ponta Porã, o qual foi criado em 1912 (ROSA, 1962, p. 45). A área do município de Ponta Porã abrangia desde as divisas com Bela Vista, a região da atual Grande Dourados e todo o Sul do Estado (MAGALHÃES, 2013, p. 10).

A área do município de Ponta Porã, em 1932, estava dividida em sete distritos de paz: Dourados, União (atual município de Amambai), Juti, Paranhos, Antônio João (atual município de Coronel Sapucaia), Lagunita e Cabeceira do Apa (MAGALHÃES, 2013, p. 233-234).

A narrativa sobre a história do atual sul de Mato Grosso do Sul, principalmente a de Dourados, que segue abaixo, está baseada nas obras de memorialistas e de historiadores. Walteir Betoni, em sua dissertação de mestrado intitulada *Dourados: entre a memória e a história*, fez uma análise destas obras sobre Dourados, sendo assim, considera-se importante apontar algumas das discussões feitas por este autor com o intuito de compreender esta narrativa.

Os memorialistas buscaram construir uma história consensual baseada na memória dos pioneiros, que em sua maioria relatam biografias de moradores da cidade, bem como fatos e lugares que consideram importantes. Frequentemente utilizam documentos oficiais como forma de comprovar a sua história e buscam enaltecer os fatos e seus feitos como sinal do “progresso” e da chegada da “civilização” na região, conceitos estes vindos dos europeus. Ressalta-se que a questão indígena é pouco mencionada, os conflitos que existiram dificilmente aparecem nestas narrativas que exaltam, principalmente, as dificuldades enfrentadas no “povoamento” da região (BETONI, 2002, p. 48-76).

Nos seus estudos, Betoni (2002, p. 76-98) examinou e desmitificou algumas histórias narradas pelos memorialistas, como: a reivindicação da figura do tenente Antônio João como herói de Dourados, sendo que este lutou, na verdade, na Colônia Militar dos Dourados (a qual não pode ser confundida com a atual cidade de Dourados); o governo federal lançou na década de 1930 o discurso de ocupação dos “espaços vazios” e os memorialistas apenas repetem os discursos oficiais; sabe-se que na realidade a região não era vazia, pois aqui já viviam indígenas e existia a Companhia Mate Laranjeira; a ideia de que foi o ramal de Ponta Porã, na Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, o grande responsável por ligar Dourados aos centros industriais, mas segundo dados isto foi possível também com as estradas de rodagem que logo foram construídas.

1.2.2 - Dourados: seus primeiros anos (1900-1930)

A região em que a cidade de Dourados está estabelecida atualmente começou a ser povoada por não-índios no final do século XIX e início do XX e aos poucos foi se formando o povoado que originou esta cidade. Estes povoadores estavam ligados à atividade da pecuária, à agricultura de subsistência e à extração de erva-mate (BETONI, 2002, p. 20-21).

Conforme Betoni (2002, p. 21) a formação de Dourados é apontada por memorialistas como uma iniciativa do paranaense Marcelino Pires, que chegou a essa região em 1903.

Em 1909, Marcelino Pires teria proposto a formação do Patrimônio – que deveria chamar-se “Patrimônio das Três Padroeiras”, porque existiriam três cruzeiros nas proximidades (POMPEU, 1965, p. 11). Em junho de 1914 foi criado o Distrito de Paz de Dourados, sendo este pertencente a Ponta Porã. A ata da instalação foi lavrada em 24/02/1915 (MOREIRA, 1990, p. 11).

Com relação aos indígenas que aqui viviam, alguns eram obrigados a trabalhar na extração da erva-mate. Em 1915, através do decreto nº 401, foi reservado um lote de terras de 3.600 hectares para os mesmos, no ano de 1925 foi fundado o posto indígena de Dourados e em 1929 foi instalada a missão evangélica Caiuá (MOREIRA, 1990, p. 13).

As primeiras casas e centros comerciais foram construídos ao redor do que é hoje a Praça Antônio João, mas que nas décadas de 1920 e 1930 era um “campinho de

futebol”. Era nesta região central que aconteciam os eventos, a vida social do povoado, que se concentrava em festividades cívicas e religiosas (MOREIRA, 1990, p. 12).

A partir da terceira década do século XX iniciou-se a organização do núcleo urbano do patrimônio de Dourados, época em que a igreja¹⁴, a casa comercial, a pensão e o hotel proporcionavam a Dourados a feição de cidade e foram pólos organizadores do núcleo urbano (MOREIRA, 1990, p. 21).

Entre os anos de 1920 e 1930 destaca-se também a criação do juizado de paz e a agência postal telegráfica, “o povoado se resumia ao que é hoje o ‘miolo’ da cidade, com as ruas bem traçadas, porém pouco povoadas” (MOREIRA, 1990, p. 34).

Na obra de Magalhães (2013, p. 235) encontra-se o relato de Adriano Marino Gomes, que foi secretário geral de Ponta Porã em 1933. Este, baseado em dados geográficos e estatísticos compilados de um livreto informativo, registrou datas e fatos daquela época sobre Dourados e aponta que esta tinha

um comércio intenso, com boas vivendas particulares, casas comerciais com respeitáveis “stocks” de mercadorias diversas, com três Farmácias, várias fábricas de aguardente e fumo. É a sede do Distrito de maior futuro do município. O distrito de Dourados conta com oito mil habitantes.

Analisando os discursos apresentados, deduz-se que Dourados estava em pleno crescimento, com a chegada de mais habitantes, as atividades agrícolas e comerciais estavam aumentando, era considerada uma região muito rica e próspera. A emancipação era almejada pelos seus habitantes, sendo que o seu desmembramento de Ponta Porã aconteceu em 1935, pelo decreto nº 30, de 20 de dezembro, porém efetivou-se em 1936, quando João Vicente Ferreira foi nomeado prefeito.

1.2.3 - O Brasil de Vargas: Marcha para o Oeste e a formação dos Territórios Federais

Em 1930 Getúlio Vargas assumiu o governo provisório do Brasil, o país sofria os reflexos da crise de 1929 – “quebra da bolsa de valores de Nova York”, que assolou o mundo inteiro e provocou, internamente, a crise do café, atingindo diretamente a economia brasileira.

¹⁴ Na área do “campinho de futebol” foi cedido um espaço para a construção da Capela Imaculada Conceição, a qual foi inaugurada em 1926 (MOREIRA, 1990, p. 22).

A partir da crise de 1929 e ao longo dos anos 30 o Brasil procurou proteger sua economia da “desordem mundial” e atuou ativamente na construção de novas bases materiais para a sociedade. Para Sallum Júnior (2006, p. 410), “sem os estímulos dos setores exportadores, a industrialização brasileira avançou, nesse período, substituindo importações, graças basicamente aos estímulos da demanda interna e das políticas governamentais”. Considera-se que o governo praticava uma política *desenvolvimentista*, e por este conceito entende-se:

Uma modalidade de intervencionismo estatal, orientado não para evitar as fases depressivas do ciclo econômico capitalista, mas para impulsionar a industrialização em países de desenvolvimento tardio, quer dizer, retardatários em relação aos centros originários do capitalismo mundial (SALLUM JUNIOR, 2006, p. 411).

A formação deste Estado desenvolvimentista aconteceu mediante um certo grau de autonomia brasileira em relação ao capitalismo mundial, que possibilitou construir uma “sociedade capitalista industrialmente avançada e integrada dentro das fronteiras nacionais brasileiras” (SALLUM JUNIOR, 2006, p. 412).

Durante o período de 1930 a 1937 o então presidente lançou uma política de valorização dos trabalhadores, mas ao mesmo tempo seu projeto era de desenvolvimento do capitalismo, que atendesse aos interesses principalmente dos industriais; promoveu ações para a criação de empregos, pôr limites ao êxodo rural, o controle dos imigrantes e o combate ao comunismo (OLIVEIRA, 1999, p. 29-50).

Em 1937, após um golpe, o presidente Getúlio Vargas implantou o Estado Novo¹⁵, iniciando o seu período ditatorial, em que:

objetivava a consolidação do processo revolucionário que havia se iniciado em 30 e colocado Vargas no poder. Portanto este tinha compromisso de implementar uma política econômica diferenciada daquela praticada até então no País. Ou seja, enfraquecer o poder dos governos regionais e ou estaduais e fortalecer o poder central, uma vez que o governo federal, no decorrer dos primeiros anos da Revolução de 1930, por conta das circunstâncias momentâneas, não podia intervir nas instâncias regionais (OLIVEIRA, 1999, p. 58).

As bases do Estado Novo já tinham sido lançadas durante os anos anteriores do seu mandato, como: a interferência nos Estados, a centralização das decisões em todas

¹⁵ O período do Estado Novo foi de 1937 a 1945.

as esferas, as medidas protecionistas, características estas que fazem com que o governo de Vargas seja considerado como “populista nacionalista”.

A ditadura implantada por Vargas tinha características fascistas, inspiração nas doutrinações direitistas, como as de Portugal e Espanha, e combatia o comunismo. O forte regime implantado remodelou a administração pública, através da implantação de órgãos técnicos, institutos, conselhos, entre outros, e a intervenção do Estado na economia favoreceu um surto de industrialização (FICO, 2000, p. 168).

Atendendo às ideias e às características do governo Vargas foi lançada em 1938 a *Marcha para o oeste*, sendo que esta tinha como objetivo colonizar oficialmente os espaços considerados “vazios”, o que promoveria o desenvolvimento econômico e a conquista de todo o território nacional.

A concretização do projeto de colonizar e de nacionalizar as fronteiras do Estado Novo não aconteceria somente com ações do executivo, dependeria também do envolvimento dos governos estaduais, dos políticos regionais, das empresas locais e das pessoas que se dispusessem a mudar de região (OLIVEIRA, 1999, p. 62).

Na região sul do antigo Mato Grosso, uma das primeiras ações do governo Vargas iniciou-se em 1938 com a construção de um ramal da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB), que partiu da estação de Indubrasil, situada nas imediações de Campo Grande, e chegou a Ponta Porã no ano de 1953. Foi neste ramal que surgiu em 1949 a Estação de Itahum¹⁶, situada na parte oeste do município de Dourados¹⁷ (SANTOS, 2006, p. 1).

Dando seguimento à *Marcha para o Oeste* foi autorizada pelo decreto-lei nº 3059, de fevereiro de 1941, a formação das Colônias Agrícolas Nacionais/CAN, estas “foram planejadas de modo a se submeterem a uma administração centralizada e permanecerem subordinadas diretamente ao Ministério da Agricultura” (LENHARO, 1985, p. 57).

Este decreto tinha como objetivo fixar o homem no campo, por meio da pequena propriedade, voltada para a produção de bens agrícolas para o mercado, além de produzir para sua autossuficiência. Dentre as características das colônias agrícolas destacam-se: os lotes eram de 20 a 50 hectares e foram doados a famílias que não eram

¹⁶ Nesta estação foi formado um povoado o qual recebeu o mesmo nome da estação.

¹⁷ A distância aproximada de Itahum a Dourados é de 60 km.

proprietárias de terras; também ofereciam trabalho a salário ou empreitada em obras ou serviços da colônia até a emancipação da colônia, assistência médica e outros.

No ano de 1941 foi criada a Colônia Agrícola Nacional de Goiás/CANGO, e em 1943 a Colônia Agrícola Nacional de Dourados/CAND, esta última será abordada de forma mais específica no decorrer do texto.

Para complementar a política de Vargas em defesa de um estado forte, de nacionalização das fronteiras e do combate aos regionalismos, entrou em vigor em 1943 o decreto-lei nº 5.812, de 13 de setembro, o qual criou os territórios federais, estes eram: Amapá, Rio Branco (atual Roraima), Guaporé (atual Rondônia), Ponta Porã (abrangendo o sudoeste e o extremo sul do então Mato Grosso) e Iguazu (abrangendo o oeste dos estados de Paraná e Santa Catarina).

Faziam parte do Território Federal de Ponta Porã sete municípios, eram eles: Porto Murtinho, Bela Vista, Dourados¹⁸, Miranda, Nioaque, Maracaju e Ponta Porã. A implantação efetiva do território aconteceu com a posse do primeiro governador no dia 31/01/1944, era o Coronel Ramiro Noronha (MAGALHÃES, 2013, p. 256).

No que se refere à implantação do Território Federal Ponta Porã, é importante ressaltar que a região destinada para sua demarcação englobava as terras ocupadas pela Companhia Mate Laranjeira, ou seja:

O recorte geográfico delimitado para criar o Território Federal de Ponta Porã foi pensado no sentido de atingir as terras onde se encontrava a maioria dos ervais. Isto revela que a intenção do governo Varguista era a de por fim ao arrendamento das terras devolutas e desestruturar a Matte Larangeira (OLIVEIRA, 2013, p. 20).

A política de nacionalização das fronteiras sul-mato-grossenses, lançada por Vargas durante o Estado Novo, visava justamente fazer frente às atividades realizadas pela Companhia Mate Laranjeira, pois esta tinha uma forte relação com o capital estrangeiro; além disso, os trabalhadores por ela empregados eram, na maioria, paraguaios, de modo que, nessa região fronteiriça, eram amplamente utilizados os idiomas Espanhol e Guarani. As políticas do Estado Novo dentro do atual sul de Mato Grosso do Sul foram estudadas pela professora Benícia Couto de Oliveira, e sobre isto ela aponta que:

¹⁸ O município de Dourados, nesta época, abrangia as áreas dos atuais municípios de Angélica, Caarapó, Deodápolis, Douradina, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Ivinhema, Jateí, Juti, Naviraí, Novo Horizonte do Sul e Vicentina (Gressler & Vasconcelos, 2005 – quadro colocado ao final da obra).

a política de colonização do Estado Novo encontrou dificuldades na área onde a Matte Laranjeira monopolizava o arrendamento das terras. Mas a decisão de interferir na região pautava-se na política de nacionalização das fronteiras. A existência de uma empresa mais estrangeira do que nacional na área fronteiriça pode ter sido um dos motivos para que o Governo Federal decidisse pelo fim do arrendamento das terras ervateiras, pois manter uma empresa considerada estrangeira numa fronteira desprotegida militarmente era para preocupar qualquer governante (OLIVEIRA, 2013, p. 22-23).

Estabelecido o Território Federal de Ponta Porã, a região a ele pertencente estava sob o domínio do governo federal, os contratos das terras devolutas ocupadas pela Matte Laranjeira não foram renovados e assim as terras ficaram disponíveis para a colonização. Este Território Federal foi extinto em 1946, com a promulgação da nova constituição.

A formação do território federal de Ponta Porã e a implantação da CAND são consideradas responsáveis pelo desenvolvimento da atual região sul do Mato Grosso do Sul, pois possibilitaram a entrada de novos migrantes que tinham como objetivo o crescimento econômico da região.

A Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) foi criada em 28 de outubro de 1943 e instalada em janeiro de 1944, embora sua demarcação tenha ocorrido apenas em 1948. A CAND era regida pelo decreto 3.059, que delimitava a área dos lotes entregues, a qual variava entre 20 e 50 hectares, com no mínimo 25% de floresta na área total (OLIVEIRA, 1999, p. 175).

Faziam parte desta Colônia Agrícola os atuais municípios de Fátima do Sul, Glória de Dourados, Deodápolis, Vicentina, Jateí e Douradina, além de parte do atual município de Dourados (distritos de Panambi, Vila São Pedro, Vila Vargas e Indápolis).

Atraídos pela qualidade do solo e pela propaganda que o governo fez, muitos agricultores se dirigiram para o sul de Mato Grosso, sobretudo para a região da atual Grande Dourados, com o intuito de obter terras, principalmente no final da década de 1940 e início da década seguinte, sendo assim temos:

A implantação da Colônia, com o assentamento de milhares de famílias entre fins da década de 1940 e o decorrer da década seguinte, corresponde também à expansão da *frente pioneira*, procedente dos estados de São Paulo e Paraná, que atinge o antigo sul de Mato Grosso precisamente nesta época (BETONI, 2002, p. 22).

A instalação da CAND alterou significativamente a vida de Dourados, proporcionando um impulso econômico e crescimento populacional, tornou-se o município mais populoso da região, tendo a maior concentração de habitantes na zona rural (ARAKAKI, 2008, p. 49).

Conforme será visto, com mais detalhes, no segundo capítulo, na região de Dourados a ação do governo federal, por meio da administração do Território de Ponta Porã, foi responsável também pelo início da execução de um projeto que resultaria, em seguida, na construção da usina de produção de energia elétrica que é discutida nesta dissertação. Pode-se dizer, a esse respeito, que se tratava de um projeto bastante coerente com a política desenvolvimentista do país na época.

1.2.4 - As mudanças em Dourados com a implantação da CAND

Tanto no segundo mandato de Vargas (1951-1954) como no de Juscelino Kubitschek (1956-1961) continuou sendo estimulado e acelerado, por meio do planejamento estatal, o processo de industrialização, sendo que, no governo JK, destacou-se o Plano de Metas, marcado pelo *slogan* “50 anos em 5” (FICO, 2006, p. 175-176). A semelhança destes dois mandatos estava especialmente “na criação de instâncias do Estado capazes de fomentar a industrialização acelerada. Isso permitiu a ambos, igualmente, o recurso mobilizador às retóricas nacionalistas, pois se tratava de ‘desenvolver o Brasil’”(FICO, 2006, p. 176).

É importante destacar que no Brasil o estado teve uma atuação importante nos setores de “infraestrutura econômica (energia, comunicações e transporte), de criação ou expansão de indústrias de base (ferro e aço, química, petroquímica, etc.) e no financiamento de longo prazo para os investimentos”, porém a partir da segunda metade dos anos 50 o país passou a depender, especialmente a indústria de bens de consumo duráveis, dos investimentos feitos pelas empresas multinacionais de origem europeia e norte-americana (SALLUM JUNIOR, 2006, p. 418).

Foi neste contexto de uma política desenvolvimentista, e após a implantação da CAND, que Dourados recebeu diversos imigrantes e migrantes, os quais vieram em busca de crescimento econômico, principalmente nas atividades agrícolas. Com o aumento populacional, conseqüentemente a estrutura urbana (transportes, comércio, comunicação, saúde, social) foi sendo modificada e adaptada para esta nova população.

Ao longo de sua história Dourados recebeu migrantes vindos das regiões sudeste, sul e do nordeste, porém tivemos também a chegada de imigrantes como os paraguaios, os árabes e os japoneses. Estes se dedicaram, em sua maioria, à plantação de café, e alguns trabalhavam com o beneficiamento de madeira, o serviço de oficina mecânica, e de hotelaria (MOREIRA, 1990, p. 145). Os sírio-libaneses atuaram nas atividades comerciais.

Sobre a vinda e o trabalho de migrantes¹⁹ e imigrantes²⁰ é possível apontar que estes atuaram em diferentes setores da sociedade, o que permitiu o desenvolvimento de forma mais ampla na cidade, ou seja:

os árabes vão destacar-se na parte urbana, no comércio, os rio-grandenses-do-sul, paulistas, mineiros em geral buscavam terras para criar gado e plantar. Havia ainda outros imigrantes estrangeiros como paraguaios, argentinos, portugueses e japoneses que se destacaram na agropecuária, comércio, profissões liberais, prestação de serviços (SOUZA, 2007, p. 120).

Analisando a atividade comercial em Dourados podemos caracterizá-la por dois momentos: até a chegada da CAND eram *casas* que possuíam todos os tipos de artefatos, como roupas, calçados, remédios e alimentos, ou seja, era um lugar com produtos gerais. Após 1950, com o aumento da atividade comercial, passam a existir *lojas* comerciais, divididas em artigos de ferragens, alimentos, calçados, roupas e armarinhos (SOUZA, 2007, p. 115-117). Considerando esta nova perspectiva para o comércio os proprietários das lojas decidiram se unir e formaram a Associação Comercial de Dourados – ACD, cuja data de fundação é 29 de maio de 1945 (SOUZA, 2007, p. 81).

Com a chegada destes novos habitantes a cidade passou por transformações e aos poucos surgiram novas casas comerciais ao redor da praça central. Reorganizar os espaços era preciso e assim a imprensa, em nome da população, reivindicava mudanças como: traçado urbano, escolas, igrejas e postos de saúde (ERNANDES, 2009, p. 40).

¹⁹ Sobre os migrantes nordestinos ver: SANTOS, Marina de Souza. *Memórias, trajetórias e viveres: a experiência de ser nordestino(a) em Dourados, MS (1940-2002)*. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – UFU, Uberlândia.

²⁰ Sobre os imigrantes japoneses ver: INAGAKI, Edna Mitsue. *Imigração japonesa para o Brasil: os japoneses em Dourados: século XIX e XX*. Dourados: Ed. UEMS, 2008. Sobre os imigrantes paraguaios, ver: SOUZA, José Carlos de. *A identidade do migrante paraguaio e de seus descendentes radicados em Dourados (1989-1999)*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – UFMS, Dourados.

Em 1947, na gestão do então prefeito Antônio de Carvalho, também conhecido como Carvalhinho, ocorreu a arborização da área central, em torno da Praça Antonio João, e a instituição da feira livre (DAL BOSCO, 1995, p. 9). No início da década de 1950 o desenvolvimento urbano acelerou-se, surgiram assim “hospitais, escolas, casas de comércio, bancos, loteamentos, companhias imobiliárias, associações de classe” (MOREIRA, 1990, p. 62).

Com relação aos meios de transporte da época já foi citado que próximo a Dourados foi construído o ramal de Ponta Porã, com uma estação em Itahum. Segundo Queiroz (2004, p. 453), “o ramal exerceu papel de relativa importância na ampliação do acesso à região”. Considerando a influência da estação para o município de Dourados destaca-se que parte da produção agrícola, na década de 1950, foi encaminhada para a referida estação e que no ano de 1954 foi instalada na cidade uma agência do Rodoferroviário da Noroeste (QUEIROZ, 2004, p. 453).

Entretanto, o mesmo autor assinala que “a efetiva decolagem da economia agrícola de Dourados prescindiu, em larga medida, do ramal de Ponta Porã” (op. cit., p. 453; v. tb. Santos, 2006). A esse respeito, destaca-se portanto a importância das estradas de rodagem, que estabeleceram uma ligação mais direta entre Dourados e o estado de São Paulo, no decorrer da década de 1950. Ao longo das décadas de 1940 e de 1950 as rodovias receberam melhorias, chegaram novos empreendimentos em Dourados no setor de transporte e em outros aspectos econômicos:

além da estrada de ferro e das rodovias, Dourados era servida por duas empresas de aviação, Consórcio Real-Aerovias e Nacional; dez empresas de ônibus, que faziam o transporte rodoviário; havia na cidade sete hotéis e dez pensões. Dourados contava ainda com três bancos, sendo um genuinamente douradense, o Banco Agrícola de Dourados. Esse banco era de propriedade do migrante mineiro Antonio Moraes dos Santos, radicado na cidade (ARAKAKI, 2008, p. 36).

A partir do final de 1940, empresários do mercado imobiliário de outras cidades iniciaram os primeiros loteamentos em Dourados, sendo que estes empresários negociavam as vendas de lotes em outras cidades, como Campo Grande, Corumbá e no interior paulista. A iniciativa destes empresários incentivou, a partir da primeira metade dos anos 1950, os chacareiros que moravam ao redor da cidade a também tornarem-se loteadores (SILVA, 2000, p. 116-117).

Como consequência das ações destes loteadores o crescimento urbano de Dourados aconteceu de forma desordenada e com a supervalorização dos lotes. Em 1951, a prefeitura tomou a primeira iniciativa para um disciplinamento do mercado imobiliário com a criação da comissão de urbanização (SILVA, 2000, p. 121-122).

Com relação aos meios de comunicação, Armando da Silva Carmello lançou em 1948 o jornal *O Douradense*, este não tinha periodicidade bem definida e devido a problemas financeiros deixou de ser publicado em 1951 (CREMONESE-ADAMO, 2010, p. 136). Neste mesmo ano iniciou-se a publicação d'*O Progresso*, que era impresso semanalmente e seu diretor era Weimar Gonçalves Torres (ALÉM, 2011, p. 42-43). Somente no final da década de 1950 é que a Rádio Clube de Dourados foi ao ar, no dia 13 de setembro de 1957 (MOREIRA, 1990, p. 120).

No que concerne à sociabilidade das classes médias e altas, eventos eram realizados no Clube Social, o qual foi construído na parte central da cidade (Av. Joaquim Teixeira Alves) e inaugurado com um baile de carnaval no dia 14/02/1953 (*O Progresso*, 15/02/1953, p. 6). O Clube Nipônico foi inaugurado neste mesmo ano (MOREIRA, 1990, p. 145).

Ainda nesta década foi instalado o telefone²¹, a princípio quase nem seria necessário, pois as casas eram próximas umas das outras e também a cidade sofria com problemas de infraestrutura como a falta de “energia elétrica confiável, as ruas eram esburacadas e sem nenhum calçamento. Animais perambulavam pelas vias públicas. Esgoto e o tratamento da água, nem em sonho” (CAPILÉ JUNIOR; CAPILÉ; SOUZA, 1995, p. 100).

Em 1949 foi inaugurada a primeira usina de energia elétrica, era a termelétrica “Senador Filinto Muller”, atualmente conhecida como *usina velha*. A usina foi construída para suprir as necessidades e também promover o crescimento econômico de Dourados, porém seu abastecimento era falho e insuficiente para toda a cidade.

1.2.5 - As transformações na área urbana ao longo das décadas de 1960 e 1970

A CAND auxiliou no desenvolvimento econômico, populacional e também trouxe influências políticas. Neste sentido destaca-se que o Partido Trabalhista Brasileiro/PTB, criado por Getúlio Vargas, viveu seu apogeu político em Dourados

²¹ A inauguração do centro de telefonia da Companhia Telefônica de Dourados S. A. aconteceu no dia 20/12/1958 (MOREIRA, 1990, p. 120).

durante a década de 1960, pois foram eleitos como prefeitos, por este partido, Vivaldi de Oliveira, em 1959, e Napoleão Francisco de Souza, em 1963 (ARAKAKI, 2008, p. 49).

Nesta década a prefeitura realizou as obras de construção do meio fio na Avenida Marcelino Pires e na Weimar Gonçalves Torres (MOREIRA, 1990, p. 72). Na vida social destacam-se a presença do Cine Ouro Verde e as festas no Clube Social, como os bailes de debutantes e o carnaval (MOREIRA, 1990, p. 138-144).

O processo de urbanização intensificou-se em 1950 e foi de forma desordenada. Em 1960 a cidade não possuía ruas pavimentadas, sistema de drenagem para escoamento das águas pluviais, saneamento público ou o fornecimento de água tratada.

Os serviços de telefonia eram oferecidos pela Teleoeste²², atendendo apenas a um número reduzido de habitantes, e não se conectavam à rede nacional. O fornecimento da energia elétrica era de responsabilidade da prefeitura, que disponibilizava geradores a diesel, porém não eram suficientes para atender à demanda e muitas vezes apresentavam problemas (SILVA, 2000, p. 124-152).

Os empreendimentos e a infraestrutura em meados da década de 1960 eram: 9 estabelecimentos bancários, 101 indústrias, 385 estabelecimentos comerciais, 473 casas com ligações de água, 1160 com ligações elétricas, 221 aparelhos telefônicos, 4 hospitais, 98 instituições de ensino, 5 associações recreativas, entre outros (*Gazeta do Sul*, 20 dez 1965, *apud* MOREIRA, 1990, p. 119).

Ao mesmo tempo em que a cidade crescia iniciou-se o processo de produção e valorização da história local, com ênfase nas ações dos “pioneiros”. Uma das primeiras ações da prefeitura municipal foi a construção, em 1960, de um monumento na Praça Antônio João, em homenagem aos colonos que vieram para trabalhar na região com a implantação da CAND; a imagem que os representa é de um homem de vestimentas simples, tendo em suas mãos um chapéu e um machado (ERNANDES, 2009, p. 54). Outro monumento, relacionado aos símbolos da história douradense, é aquele em homenagem a Antônio João²³, também instalado na mesma praça; não se sabe ao certo

²²A Cia. Telefônica Oeste do Brasil – Teleoeste era uma empresa privada com sede em Campo Grande. Os serviços de telefonia de Dourados foram transferidos para a Teleoeste em 1966 (SILVA, 2000, p. 126).

²³ Antônio João Ribeiro foi tenente do exército brasileiro, lutou na guerra do Paraguai e morreu num combate na Colônia Militar dos Dourados. A relação deste tenente com a cidade de Dourados iniciou-se devido a algumas confusões que foram feitas entre o nome da cidade e o a Colônia Militar dos Dourados. Ressalta-se que Dourados não estava localizada nesta Colônia Militar, pois esta situa-se na Serra de Maracaju, e a cidade é distante dali. A distância não impediu que a figura de Antônio João fosse

quando foi construído, mas foi reinaugurado em 20 de dezembro de 1966 (SQUINELO, 2000 *apud* CREMONESE-ADAMO, 2010, p. 160).

A formação da população douradense sofreu influência de diferentes grupos, como sulistas, nordestinos, paulistas, mineiros, japoneses, árabes e paraguaios. Considerando estas influências tornou-se necessário, nessa época, do ponto de vista das elites dirigentes do município, “oficializar os símbolos que representariam Dourados a fim de criar uma homogeneidade identitária” (ERNANDES, 2009, p. 86), sendo assim foi organizado pela prefeitura municipal em 1965 um concurso de monografias. A vencedora foi Ercília de Oliveira Pompeu, com o trabalho “Monografia do Município de Dourados”.

A partir desta época, principalmente com a obra de Ercília Pompeu, que ficou reconhecida como a oficial do município, iniciou-se a produção da história de Dourados e sua população, sendo esta história narrada baseada nos depoimentos dos “pioneiros” e nos documentos produzidos por estes. Para Betoni (2010, p. 18) foi somente a partir da década de 1980 que se iniciaram os trabalhos de profissionais universitários sobre a cidade, e com estas novas análises muitas “verdades” foram questionadas e desmitificadas.

No que se refere ao contexto nacional, em 1964 iniciou-se o período do regime-civil-militar, que ceifou direitos e restringiu a participação da população. A política econômica também sofreu alterações após o golpe, embora tenha sido mantido, no geral, o sentido “desenvolvimentista”. Durante o governo Geisel (1974-1979) foi implantado o II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND, e através dos investimentos programados por este plano o “desenvolvimento industrial brasileiro se completaria enquanto sistema de produção materialmente integrado nas fronteiras nacionais” (SALLUM JUNIOR, 2006, p. 420).

Nessa época, o grande desafio do governo federal consistia em fazer frente ao chamado “choque do petróleo”, ocorrido em 1973: uma vez que o Brasil ainda dependia, em grande escala, da importação desse produto, o brusco aumento de seus preços gerou um grave problema econômico-financeiro. Para pagar as importações, era preciso aumentar as exportações – e um dos caminhos encontrados foi ampliar a exportação de gêneros agrícolas. Nesse contexto é que se entende a criação pelo

apropriada, inicialmente pelos “pioneiros” e depois oficializada pela história oficial, tornando-o símbolo e um herói de Dourados (CREMONESE-ADAMO, 2010).

governo federal, em 1976, do Programa de Desenvolvimento da Grande Dourados – Prodegran²⁴ (cf. PEREIRA, 2013, p. 83-87).

Assim sendo, a década de 1970 foi marcada pela consolidação da agropecuária como a principal atividade econômica do município de Dourados e das cidades vizinhas²⁵. Esta atividade passou por um processo de modernização e a sua produção foi destinada ao mercado, deixando de ser de base familiar. Outra atividade econômica que recebeu estímulos e passou a ser destinada em grande escala para o comércio foi a pecuária (PEREIRA, 2013, p. 49).

As atividades econômicas do município, na década de 1970, estavam ligadas principalmente à agropecuária, mas também existiam atividades diversificadas. Neste sentido, destaca-se a presença de indústrias, sendo que a maioria e as que empregavam uma maior mão de obra estavam relacionadas aos produtos alimentares e as de tratamento de madeira e móveis (PEREIRA, 2013, p. 57).

Conforme pesquisa realizada por Pereira (2013, p. 61), a mecanização da agricultura, a implantação de novas técnicas, a dificuldade em adquirir produtos e ferramentas e a chegada de migrantes da região Sul são alguns dos fatores apontados para a ocorrência do êxodo rural em Dourados e o aumento da população urbana. Para esta autora, a cidade não recebeu somente esta população “rejeitada” pelo campo, mas também outros profissionais, como: médicos veterinários, agrônomos e pesquisadores do setor agrícola (PEREIRA, 2013, p. 64).

Com o aumento da população urbana, a cidade se transformou principalmente no seu aspecto físico, como: o asfaltamento e a iluminação das principais ruas, a construção de casas de alvenaria e de novos locais de lazer. Com relação ao setor de comunicação existiam os jornais *O Progresso* e *Folha de Dourados*, a emissora de rádio, a Clube de Dourados, e uma agência da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (PEREIRA, 2013, p. 69).

²⁴Em meados da década de 1970, foi criada a denominação *Grande Dourados*. Esta denominação faz referência ao município de Dourados e àqueles que compreendiam o extremo sul do antigo Estado de Mato Grosso, uma região de grande potencial agrícola e que seria beneficiada pelo Programa Especial da Região da Grande Dourados – Prodegran, no triênio 1976/1977/1978. Os municípios que abrangiam a Grande Dourados somavam o total de 28, sendo eles: Amambai, Anaurilândia, Angélica, Antônio João, Aral Moreira, Bataguassu, Bataiporã, Bela Vista, Caarapó, Deodápolis, Dourados, Eldorado, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Guia Lopes da Laguna, Iguatemi, Itaporã, Ivinhema, Jardim, Jateí, Maracajú, Mundo Novo, Naviraí, Nova Andradina, Ponta Porã, Rio Brillhante, Sidrolândia e Vicentina. A cidade polo deste grupo de municípios é Dourados (PEREIRA, 2013, p. 82).

²⁵ Sobre as transformações do conceito de “Grande Dourados” ver: MORENO, Bruno Bomfim. O Grande como solução à identificação regional: ampliações e retrações das delimitações da região de Dourados-MS. *Revista Eletrônica História em Reflexão* (UFGD), v. 6, p. 1-26, 2012.

O aumento populacional, na cidade de Dourados, também está relacionado a uma perspectiva de melhores condições de vida no espaço urbano, pois foi na década de 1970 que este espaço recebeu investimentos, principalmente, dos governos federais e estaduais, já que o poder municipal estava numa situação desfavorável. Segundo Silva (2000, p. 126), os fatores que desencadearam as melhoras tanto para Dourados quanto para a região foram:

por um lado pela chegada das lavouras tecnificadas de trigo e soja fortemente vinculadas ao complexo agroindustrial, por outro lado pela intensificação das intervenções do Estado federal desenvolvimentista. Esses dois novos vetores serão os principais responsáveis, a partir desse período, pela reestruturação do espaço urbano-regional e pela promoção de Dourados à condição de capital regional de todo o cone sul do Estado.

Dentre as intervenções estaduais destacam-se o fornecimento de energia elétrica, que passou a ser de responsabilidade das Centrais Elétricas Mato-Grossenses/Cemat; os serviços de água e esgoto foram transferidos através da concessão para a Companhia de Saneamento do Estado do Mato Grosso/Sanemat e a telefonia ficou a cargo das Telecomunicações do Mato Grosso – Telemat. As ações do governo federal estavam voltadas para os financiamentos habitacionais e também auxiliaram na ampliação da infraestrutura de drenagem pluvial e de pavimentação urbana. Para complementar as ações de urbanização a Prefeitura contratou os serviços do arquiteto Jaime Lerner – *Jaime Lerner Planejamento Urbano* (SILVA, 2000, p. 151-167).

Em 11 de outubro de 1977, pela lei complementar nº 31, foi criado o Estado de Mato Grosso do Sul. A criação deste era desejada por muitas pessoas da região sul do antigo Estado de Mato Grosso, acreditando que assim teriam uma maior autonomia e crescimento econômico. Dourados, após a divisão do Estado, passou a ser a segunda maior cidade de Mato Grosso do Sul, perdendo apenas para a capital, Campo Grande.

1.2.6 - Os movimentos de valorização da cultura e da história douradense (décadas de 1980 e 1990)

No início da década de 1980, os dados do censo demográfico demonstram que a população douradense era de 106.493 habitantes: na área urbana eram 84.849 e na área rural 21.644 (IBGE, 1982, p. 5)²⁶.

²⁶ Devido à criação de vários novos municípios, a área do município de Dourados passou por alterações ao longo das décadas. Em 1980, o município possuía nove distritos: Guaçu, Itahum, Picadinha, São

Conforme os dados apresentados, a população passou a viver mais na área urbana, o que provocou “um inchaço dos bairros mais pobres. O crescimento vertical, o calçamento e as construções mais sofisticadas passaram a fazer parte de uma realidade de modernização da cidade” (MOREIRA, 1990, p. 164).

A chegada de novos moradores e a saída do homem do campo para a cidade alterou a organização de Dourados. Silva (2000, p. 193) aponta que esta cidade não obteve somente um aumento populacional, mas que surgiram novas funções sócio-econômicas e uma demanda por serviços jurídicos, financeiros, tecnológicos, rede bancária, lojas de distribuição dos insumos agropecuários, centros de pesquisa, entre outros para sustentar as atividades agroindustriais.

Outro ponto importante é que a partir deste êxodo rural surgiram novas classes sociais de nível médio na cidade, o que interferiu na redefinição do conteúdo urbano, pois estes introduziram “hábitos e práticas típicos da sociedade de consumo, originando no contexto urbano douradense o surgimento de um conjunto mais amplo, variado e sofisticado de atividades e fluxos comerciais e de serviços” (SILVA, 2000, p. 193-194).

As ações da prefeitura estiveram presentes na paisagem urbana, construindo parques e adaptando o espaço urbano às novas necessidades da população. Surgiram novos loteamentos, bairros, atividades comerciais e o desenvolvimento da cidade, que sempre esteve em volta da Praça Antônio João, passou a ganhar novos espaços.

Estas características possibilitaram também um crescimento econômico, mas este não atingiu a todos os setores e a toda a população, afetando principalmente, e de forma negativa, os indígenas. Estes já habitavam toda esta região antes do povoamento dos não-índios e foram marginalizados durante todo este processo de ocupação.

Em meados da década de 1960, como já observei, havia-se iniciado a produção da história oficial do município, e, analisando-se a década de 1980, principalmente ao longo do ano de 1985, percebemos novamente a atuação da Prefeitura Municipal no sentido de valorizar essa história construída com base nas narrativas memorialistas. Neste ano foi comemorado o cinquentenário de Dourados e, conforme a pesquisa realizada por Camila Cremonese-Adamo (2010), os elementos simbólicos representativos de Dourados: a bandeira, o hino, o brasão e a medalha, foram aprovados pela câmara municipal no mês de dezembro daquele ano, evidentemente em correlação

Pedro, Indápolis, Vila Vargas, Vila Formosa, Panambi e a sede Dourados (Gressler; Swensson, 1988, p. 118).

com as atividades festivas que estavam previstas em comemoração ao aniversário do município.

Continuando com a preocupação de identificar e preservar símbolos douradenses, consideram-se relevantes os dados do livro organizado por Jovina Nevoleti Correia, *Dourados: guia de leis* (2000), pois foram vários os bens tombados pela Câmara Municipal como patrimônio histórico entre 1984 e 1996. Seguem abaixo o número da lei e a identificação do bem tombado:

- Lei nº 1293, de 1º de junho de 1984 – tomba para o patrimônio histórico de Dourados as Figueiras da Av. Aniz Rasslen e da Rua Albino Torraca (CORREIA, 2000, p. 128).
- Lei nº 1443, de 21 de outubro de 1987 – tomba para o patrimônio histórico municipal o cruzeiro, marco do início da colônia agrícola (CORREIA, 2000, p. 142).
- Lei nº 1600, de 15 de dezembro de 1989 – tomba para o patrimônio histórico cultural do município de Dourados uma casa de madeira no distrito de Vila São Pedro (CORREIA, 2000, p. 157).
- Lei nº 1621, de 6 de junho de 1990 – tomba para o patrimônio histórico municipal o marco do cimento da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CORREIA, 2000, p. 159).
- Lei nº 1694, de 15 de julho de 1991 – tomba para o patrimônio histórico municipal o prédio da antiga usina Filinto Muller (CORREIA, 2000, p. 166).
- Lei nº 2089, de 11 de setembro de 1996 – tomba para o patrimônio público histórico e cultural o prédio da Estação Ferroviária do distrito de Itahum (CORREIA, 2000, p. 203).

Outra lei importante, relacionada à preservação do patrimônio histórico-cultural, foi a Lei complementar nº 002, de 9 de novembro de 1990, que criou o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Ambiental de Dourados (CORREIA, 2000, p. 235).

Ainda na década de 1980, um significativo contingente da população douradense se uniu em defesa da preservação do edifício do Clube Social; este foi o primeiro movimento em defesa do patrimônio cultural, o qual tinha como objetivo o tombamento do edifício e a sua transformação num espaço cultural. O movimento independente pró-tombamento do Clube Social organizou abaixo-assinado, documentos, relatos, fotografias de pessoas que vivenciaram o auge do clube para comprovar a importância deste, e ao longo de dois anos lutaram para que o tombamento fosse efetivado. Apesar do objetivo principal do movimento não ter sido alcançado este foi relevante, pois a

partir de então identifica-se uma maior preocupação com os bens culturais do município²⁷.

Além disso, durante o primeiro mandato do prefeito Braz Melo (1989-1992) foram inaugurados monumentos em homenagem a representantes da história oficial. Em 1991 foi construída a estátua do Presidente Getúlio Vargas, em cujo governo foram criados o Território Federal de Ponta Porã e a CAND, e também os bustos de Joaquim Teixeira Alves e Toshinobu Katayama (*O Progresso*, 19-20/12/2008, p. 13). Em 1992 destacam-se o Monumento ao Colono (construído no final da Av. Marcelino Pires) e os bustos de personagens que são considerados, pela história oficial, os propulsores do crescimento econômico de Dourados, os escolhidos foram: Januário Pereira de Araújo, João Cândido da Câmara, Marcelino Pires, Weimar Gonçalves Torres (ERNANDES, 2009, p. 101).

Compreende-se que este foi um período em que a prefeitura desenvolveu ações ligadas aos aspectos que pudessem valorizar a história oficial local, ou seja, enaltecendo a atuação dos chamados “pioneiros”. Sobre a construção e a homenagem realizada para estes homens, Ernandes (2009, p. 101) considera que:

Esses monumentos representam uma estratégia de operacionalização do multiculturalismo plural. Trata-se de uma manipulação do imaginário para vincular e afirmar o compromisso da administração vigente (1989/1992) com a história da cidade e seus pioneiros.

Considerando os bens tombados e os monumentos criados, citados acima, identifica-se novamente que as histórias valorizadas eram as que estavam relacionadas ao crescimento e desenvolvimento da região, ou seja: em primeiro lugar os chamados “pioneiros”, isto é, aquelas figuras que já se encontravam em Dourados na época da criação do município (1935); e, embora com menor ênfase, também os “colonos” que para cá vieram após a política implantada por Getúlio Vargas da *Marcha para o Oeste*; os japoneses também foram lembrados, mas ainda eram excluídos os indígenas e os imigrantes paraguaios²⁸.

A partir de fins da década de 1990 percebe-se a atuação da prefeitura na transformação do espaço urbano, apresentando gradativamente, nestas construções, a

²⁷ O movimento em defesa do Clube Social será abordado no 3º Capítulo.

²⁸ Pode-se observar que, enquanto os ditos “pioneiros” receberam homenagens individualizadas, os “colonos” foram homenageados “em conjunto” (com a estátua do “colono anônimo” na Praça e o Monumento ao Colono no final da avenida principal).

diversidade étnica da população douradense. Em 1998, os imigrantes japoneses foram homenageados com a instalação, na rua Toshinobu Katayama, de duas réplicas de *Tori*, que são grandes pórticos utilizados em templos nipônicos, e neste mesmo ano foi inaugurada a Praça Paraguaia, que possui arcos com círculos estilizados nas cores da bandeira do Paraguai e um pequeno santuário com a imagem de Nossa Senhora de Caacupê (SILVA, 2000, p. 196).

Sobre as modificações do espaço urbano que aconteceram em Dourados durante a década de 1990, compreende-se que:

Nesse novo contexto, dominado por transformações aceleradas e permanentes, verifica-se o ressurgimento e a revalorização do passado local. Essa tentativa de resgate histórico apresenta repercussões espaciais; ela materializa-se no espaço urbano sob a forma da construção ou restauração de monumentos relativos ao passado comum da comunidade. A história local foi redescoberta e diversos marcos históricos foram agregados à paisagem urbana (SILVA, 2000, p. 197).

Com o objetivo de preservar suas tradições, demonstrar sua cultura e afirmar que são pertencentes a Dourados, os imigrantes começaram a organizar atividades envolvendo toda a comunidade, como foi o caso dos japoneses, que até o final dos anos 1980 haviam mantido suas tradições de forma privada mas depois passaram a realizar atividades abertas ao público; também os paraguaios organizaram diversos bailes com músicas e danças típicas e participaram das festas locais, como a Festa Junina (ERNANDES, 2009, p. 104).

Os grupos de migrantes, como os gaúchos e os nordestinos, começaram a divulgar suas tradições, através de festas típicas, almoços e jantares, demonstrando assim que estão presentes na história douradense. Conforme Ernandes (2009, p. 110):

Ao longo dos anos 1990, Clube Nipônico, Centro de Tradições Gaúchas, Casa Nordestina, Casa e Praça Paraguaia e a comunidade Indígena, evidentemente que nem sempre de modo amistoso, continuaram reafirmando suas diferenças, exigindo seu reconhecimento e inclusão nessa história e construção identitária. A existência dessas culturas e costumes passou a ser mais divulgada e vivenciada em lugares específicos, onde pares costumam se encontrar por condição de origem ou afinidade cultural.

Os grupos indígenas também começaram a ser mais vistos e a estarem mais ativos na luta por seu espaço, ou seja, reivindicaram suas terras, existindo mais conflitos entre os fazendeiros e os indígenas (ERNANDES, 2009, p. 106).

Na década de 1990 surgiu o Movimento Cultural de Dourados – MCD, formado por artistas, jornalistas, intelectuais e produtores culturais de diversas áreas (MCD, 1999²⁹) que atuaram diretamente na promoção de atividades ligadas à arte e à cultura, bem como reivindicaram ações em defesa do patrimônio cultural do município.

Após o movimento em defesa do Clube Social e com a promoção de mais atividades relacionadas à arte, à cultura, à história é que foi lembrado o abandono do prédio da *usina velha* e neste sentido destaca-se a atuação da Prefeitura Municipal, através da Fundação de Cultura e de Esportes de Dourados – Funced, que iniciou o processo do tombamento da antiga usina, e da atuação da poetisa Heleninha na divulgação da imagem da usina. A “usina termoelétrica Senador Filinto Muller” foi tombada como patrimônio histórico-cultural em 1991, através de um projeto de Lei Municipal, de nº 040/91, de autoria do então vereador Carlos Roberto Cristino de Oliveira. Esta Lei Municipal foi promulgada sob nº 1694, em 15 de julho de 1991 (*O Progresso*, 17/07/1991) e no seu artigo 3º apresenta que o prédio da *usina velha* seria restaurado pelo Poder Público Municipal e transformado no Museu de Dourados.

Após a publicação desta lei surgiram vários projetos de revitalização da *usina velha* para transformá-la num espaço cultural³⁰, porém nenhuma intervenção foi realizada no prédio da *usina velha* até hoje.

Uma das principais ações do MCD foi a realização em 1999 do I Fórum Cultural de Dourados³¹, que integrou entidades, órgãos públicos, autoridades municipais e estaduais para discutir a situação da cultura na região de Dourados e estabelecer propostas para melhoria neste segmento. Dentre os temas abordados destaca-se o da “história, memória, patrimônio e bens culturais”, que tinha como um dos pontos centrais a situação de abandono da *usina velha*.

No início do século XXI, no primeiro mandato do prefeito Laerte Tetila (2001-2004), também são identificados fatos que podem estar relacionados à preocupação da administração municipal com a preservação da história e a valorização das diferentes culturas que aqui vieram morar, bem como de aspectos ambientais que caracterizam Mato Grosso do Sul. Neste sentido, nos jardins situados nas rotatórias do centro da

²⁹ Os documentos mencionados sobre o 1º Fórum Cultural de Dourados e o Movimento Cultural de Dourados – MCD foram disponibilizados por Francisco Chamorro (Kinho). Aproveito para informar que este material ficará disponível para a pesquisa no CDR, Coleção Manifestações Artístico-Culturais Diversas, pasta Movimento Cultural de Dourados – MCD.

³⁰ Este assunto será discutido no 3º capítulo.

³¹ O Movimento Cultural de Dourados e o Fórum Cultural de 1999 são assuntos discutidos no 3º capítulo.

cidade foram colocadas figuras de animais que estavam relacionados ao Pantanal e vasos de cerâmica representando a cultura indígena.

Sobre esta administração destacamos outros fatos importantes, como:

floresceram as discussões sobre a restauração da Usina Filinto Muller, a Usina Velha, a reestruturação do Museu Histórico, a valorização do trabalhador dos ervais – o *mineiro* – e a suposta existência de comunidades quilombolas. Houve a reforma da Avenida Toshinobu Katayama, a rua que representa e homenageia a comunidade japonesa de Dourados; o apoio para a criação da Associação de Gays, Lésbicas e Transgêneros de Dourados – AGLTD, e para a Secretaria de Assuntos Indígenas (ERNANDES, 2009, p. 112).

Considera-se assim que foi durante as décadas de 1980 e 1990 que existiu uma maior preocupação com a história local. As autoridades locais se empenharam, principalmente, em homenagear os pioneiros e os colonos da CAND; os imigrantes e os migrantes passaram a divulgar suas tradições e a se apresentar como integrantes da história de Dourados e neste sentido a administração municipal atuou criando espaços, edificando símbolos destas culturas e assim se apresentando como uma cidade multicultural.

Compreende-se também que nestas décadas, de forma gradativa, tivemos a inserção dos imigrantes e migrantes na história oficial, bem como estes passaram a ser valorizados através de construções que os identificam na cidade; ressalta-se também que a atuação destes grupos, no sentido de demonstrar pertencimento à comunidade, foram importantes, até mesmo no sentido de demonstrar que estavam sendo excluídos deste processo.

Capítulo 2

AS ETAPAS DA LUZ ELÉTRICA EM DOURADOS: DA USINA TERMOELÉTRICA SENADOR FILINTO MULLER À HIDRELÉTRICA DE URUBUPUNGÁ

Entre o final de 1949 e o início de 1970 a cidade de Dourados passou por diferentes etapas no fornecimento de energia elétrica. Esta história iniciou-se com a obra proposta pelo governo federal, durante o período do Território Federal de Ponta Porã, em que foi construído um conjunto composto por serraria, carpintaria, oficina mecânica e a usina termoeletrica, uma obra complexa que dentre as suas funções proporcionou, pela primeira vez na cidade, a chegada da luz elétrica. O funcionamento da usina termoeletrica não atingiu o sucesso tão almejado e a partir de então o que seria abundante tornou-se uma ausência: a luz elétrica. Após a desativação da Usina Termoeletrica Senador Filinto Muller foram apresentadas e implantadas diferentes propostas para o restabelecimento da distribuição da energia elétrica. Assim sendo, este capítulo tem como objetivo apresentar os desdobramentos desta história que se iniciou com o projeto de construção da usina termoeletrica e encerra-se com a chegada da luz proveniente da hidrelétrica de Urubupungá.

2.1 - A administração do Território Federal de Ponta Porã

O Território Federal de Ponta Porã³² foi criado pelo Decreto-Lei nº 5.839, de 21 de setembro de 1943, e entrou em vigor no dia 1º de outubro do mesmo ano. Esta região foi desmembrada do Estado de Mato Grosso e passou a ser administrada por um governador nomeado pelo Presidente da República, Getúlio Vargas.

Já foi comentado neste trabalho, no capítulo anterior, o significado da criação desse Território Federal, no contexto da política do Estado Novo. Assim sendo, neste momento vou me concentrar em algumas informações de caráter mais pontual, as quais,

³² Os municípios que faziam parte deste Território eram: Porto Murtinho, Bela Vista, Dourados, Miranda, Nioaque, Maracaju e Ponta Porã.

embora possam parecer triviais, são importantes para o entendimento da história da construção da chamada *usina velha* de Dourados – constituindo também, é claro, uma contribuição ao conhecimento da história do próprio Território (já que não existe, até o momento, nenhuma obra dedicada especificamente a esse tema).

O primeiro governador do Território foi o Coronel Ramiro Noronha, que durante treze meses foi o responsável pela administração, e entre suas ações elaborou o plano quinquenal, o qual tinha por objetivo organizar e programar as obras que seriam desenvolvidas, como:

prédios para escolas, postos de saúde e postos de guardas, postos zootécnicos, cadeias, prefeituras e sub-prefeituras, fóruns e cartórios, hotéis, hospedarias para imigrantes, centros operários, mercados, clubes sociais e até cinemas. O plano, em suas linhas gerais, desenvolvia-se pelos setores: educação, saúde, segurança pública, administração, serviços públicos, assistência social, desenvolvimento da produção, justiça e diversas obras avulsas, nas quais se achavam pontes, armazéns, depósitos, cinemas, etc (Relatório TFPP³³, 1947, p. 9).

Considerando a situação econômica do país, que não era favorável, o plano quinquenal não foi aceito por completo pelo governo, sendo necessário retirar algumas obras previstas, como: hotel, centro operário, construções de quartel, entre outros. Outro ponto relatado sobre as obras era que a verba destinada aos projetos demorava a chegar, causando transtornos no início ou término das mesmas (Relatório TFPP, 1947, p. 9).

Para os administradores do Território este plano quinquenal traria pleno desenvolvimento para a região e isto fica claro pelo relatório do governador, o qual aponta que “se executado, traria, àquela ubérrima região, meses de benefícios tais que lhe possibilitariam progresso continuado, estável, seguro, nos setores da educação, saúde, saneamento, produção, transporte, colonização, enfim” (Relatório TFPP, 1947, p. 10).

Sobre a organização administrativa do Território Federal de Ponta Porã, o decreto-lei nº 7.771, de 23 de julho de 1945, dispõe que os órgãos da administração eram: I – governador; II – Secretaria Geral; III – Divisão de Saúde (D.S.); IV – Divisão de Produção, Terras e Colonização (D.P.T.C.); V – Divisão de Obras (D.O.); VI –

³³Relatório do Território Federal de Ponta Porã, já extinto, elaborado pelo governador José Alves de Albuquerque e apresentado ao Presidente da República Getúlio Vargas, no ano de 1947. Está disponível no Centro de Documentação Regional/CDR, em microfilme da coleção "Território Federal de Ponta Porã".

Divisão de Segurança e Guarda (D.S.G.); VIII – Serviço de Administração Geral (S.A.G.) e IX – Serviço de Geografia e Estatística.

A divisão de obras foi criada somente em abril de 1946 e teve como responsável o engenheiro civil Otávio Mendonça de Vasconcelos. A demora na instalação da mesma ocorreu principalmente devido à dificuldade em encontrar técnicos para este setor.

Esta divisão foi a responsável pela revisão dos contratos das obras que estavam em execução: prédios públicos e usina e serraria de Dourados; pelo estudo do plano de obras e equipamentos; pelo plano rodoviário e urbanístico e planejamento de novas obras – estrada de rodagem de Ponta Porã-Amambai e da Granja Modelo (Relatório TFPP, 1947, p. 86).

Com o quadro abaixo é possível verificar o tempo de administração dos governadores e as obras desenvolvidas:

Tabela 1 – Governadores e obras do Território Federal de Ponta Porã

Administradores	Adquiridas	Iniciadas	Concluídas	Deixadas em construção	Tempo de administração
Cel. Ramiro Noronha	-	23	11	13	13 meses
Maj. Guiomard Santos	1	16	14	12	3 meses
Dr. José Alves Albuquerque	1	20	24	8	10 meses
Soma	2	49[sic]	49	9	(As 9 ficaram por concluir)

Fonte: Relatório TFPP, p. 87, 1947.

Entre as obras realizadas e/ou iniciadas citam-se: prédios de escolas, pontes, estradas, melhoramentos de prédios de hospitais, usina e serraria de Dourados, a Granja Modelo, entre outros.

O Território Federal de Ponta Porã foi extinto em 18 de setembro de 1946 com a promulgação da nova Constituição Brasileira, sendo assim estas terras teriam que ser devolvidas para o seu antigo Estado, ou seja, o de Mato Grosso.

A devolução desta região foi organizada pelo último governador, Dr. José Alves Albuquerque, e uma equipe de técnicos que elaboram um inventário de tudo o que foi desenvolvido durante os três anos do território e o mesmo só foi concluído em 13 de novembro de 1946.

A entrega do Território ao Estado de Mato Grosso não aconteceu de forma imediata e, enquanto aguardavam os trâmites legais, alguns serviços continuaram:

Enquanto aguardávamos a Comissão de Mato Grosso, íamos reduzindo os encargos administrativos na medida do possível, mantendo os serviços inadiáveis e prosseguindo com as obras para as quais dispúnhamos de verba (Relatório TFPP, 1947, p. 174).

Após a conclusão dos relatórios e da definição pelo governo federal de como aconteceria esta devolução, a região do Território Federal de Ponta Porã foi incorporada ao seu antigo Estado em fevereiro de 1947.

2.2 - *Uma construção em Dourados: a usina termoelétrica a vapor e seu conjunto de obras*

Dourados era um dos municípios que pertenciam ao Território Federal de Ponta Porã e recebeu verba para a construção e melhoramento de sua estrutura, porém uma das obras enfatizadas era a construção de uma usina, serraria, carpintaria e oficina mecânica.

Segundo as informações disponíveis, a usina e seus anexos estavam localizados à margem direita do córrego Laranja Doce, região norte da cidade de Dourados, em terreno que era parte da Chácara de nº 22 com área de 12.222 m² (FERREIRA, 2003, p. 15). Tratava-se, na época, de uma área relativamente afastada do centro da cidade (cerca de 2 km), era a antiga zona suburbana³⁴.

Este conjunto de obras era um dos destaques do Território, não somente pelo seu valor econômico, mas também pelas melhorias que possibilitaria para a região e por incorporar em um único espaço diversas atividades.

Como já foi dito, de todos os trabalhos já produzidos sobre a chamada *usina velha* de Dourados, nenhum chegou a usar documentos oficiais do Território Federal de Ponta Porã. Assim sendo, considero relevante reproduzir, aqui, informações detalhadas e até mesmo técnicas sobre essas obras, tendo como fonte os referidos documentos. Entendo que esta é uma forma de contribuir para um melhor conhecimento desses importantes processos, muito embora eu não disponha, no momento, de outras fontes capazes de confrontar as informações fornecidas pelos relatórios.

Conforme o quadro demonstrativo das obras iniciadas, concluídas e por concluir no Território Federal de Ponta Porã, no período de fins de 1944 a 31 de dezembro de

³⁴ Esta informação consta na cadeia dominial do imóvel de propriedade da Prefeitura Municipal de Dourados, registrado sob a matrícula nº 662, livro 2 – Cartório do 1º ofício de notas e registro de imóveis da Comarca de Dourados

1945, apresentado no relatório, identifica-se a construção da usina, serraria, carpintaria e oficina mecânica de Dourados e a casa para a residência do encarregado da usina (Relatório TFPP, 1947, p. 88).

Para a construção da residência do encarregado da usina o valor orçado foi de Cr\$ 40.000,00, sendo este mesmo montante a despesa realizada. Esta obra iniciou-se e terminou na administração do Cel. Ramiro Noronha e foi de responsabilidade da própria administração (Relatório TFPP, 1947, p. 88).

A fonte informa que, com relação ao conjunto de obras, o valor orçado foi de Cr\$ 5.034.496,80, sendo que a despesa realizada até a extinção do Território foi de Cr\$ 3.691.233,50 (ou seja, a despesa realizada representou apenas 73,3% da orçada, com uma sobra de Cr\$ 1.343.263,30). A obra iniciou-se durante o governo do Cel. Ramiro Noronha e teve continuidade na administração do Major Guimard dos Santos e do Dr. José Alves Albuquerque, porém sua obra não foi concluída durante o último governo do Território (Relatório TFPP, 1947, p. 88).

O montante aplicado até a data da extinção do Território foi de Cr\$ 3.691.233,50, sendo que com este valor foram adquiridos: todas as máquinas, caldeiras e grande parte de material em depósito, inclusive 1.200 sacos de cimento para a conclusão da obra (Relatório TFPP, 1947, p. 92).

A fonte prossegue informando que o valor que ainda faltava para a conclusão da obra estava dividido da seguinte forma: Cr\$ 875.370,00 para os serviços administrativos, como transporte de areia, cascalho, madeira, pedra e mão de obra, inclusive pedreiros, carpinteiros, marceneiros, mecânicos, maquinistas, ajustadores e engenheiros encarregados da montagem de máquinas, juntando-se ainda o pagamento do engenheiro encarregado por parte da Prefeitura de Dourados. O valor de Cr\$ 466.893,30 era destinado ao pagamento da firma Bromberg & Cia., ressalta-se que o contrato com esta empresa foi firmado em 12 de novembro de 1945 e os valores pagos seriam conforme estava estipulado nas cláusulas contratuais (Relatório TFPP, 1947, p. 92; informa-se que a firma acima referida estava encarregada da montagem de máquinas, sem maior especificação, cf. p. 95).

Este conjunto de obras não tinha apenas a finalidade de fornecer energia elétrica para Dourados, mas também tinha funções de serraria, carpintaria e uma oficina mecânica e cada conjunto destes tinha equipamentos e objetivos específicos.

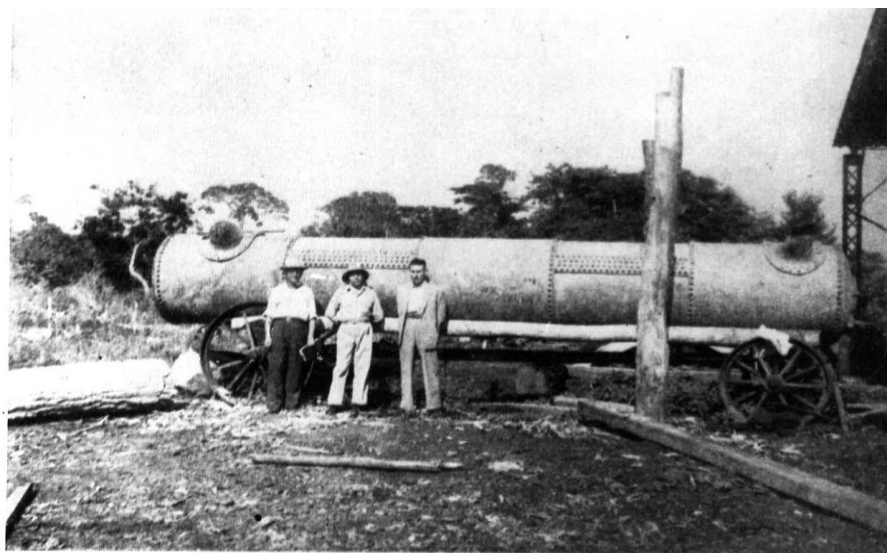
Conforme o Relatório TFPP, 1947, p. 92-93, é possível descrever os equipamentos de cada conjunto da obra, como segue abaixo:

1) **A Usina Termoelétrica:** construção de concreto armado e paredes de alvenaria de tijolos, a medida do prédio era de 10 x 20 m. As máquinas deste conjunto eram:

- 1 caldeira multitubular, tipo Babicok Wilcox, de construção nacional, com 180 m² de superfície de aquecimento, pressão até a 140 libras de 350 H.P. e 212 K.V.A.
- 1 gerador de corrente alternada, marca Henry Rogers Sons, de 170 K.V e 212 K.V.A.
- 1 máquina a vapor, tipo marítima;
- 1 bomba centrífuga, que deveria elevar a água do córrego próximo, onde seria construída barragem para reservatório que abastecerá a caldeira.

A fornalha seria do tipo econômico, ligada por um conduto à chaminé, de alvenaria de tijolos, com 30 metros de altura.

Foto 1: Caldeira da usina



ESTA CALDEIRA TORNOU-SE CÉLEBRE: EXTINTO O TERRITÓRIO, ACHAVA-SE ELA AINDA EM MARACAJU, PONTA DE TRILHOS DA NOROESTE, ESPERANDO TRANSPORTE PARA DOURADOS. O POVO, COM RECEIO DE QUE FOSSE DADO OUTRO DESTINO À CALDEIRA, FOI BUSCÁ-LA, PARA O QUE REUNIU EM UM SÓ, DOIS CAMINHÕES E A CALDEIRA CHEGOU AO SEU DESTINO — A USINA DE DOURADOS.

Fonte: Relatório TFPP, p. 91.

2) **Subestação:** ainda não tinha sido construída, mas a previsão era que fosse construída em um local mais próximo do centro da cidade. A proposta era de sair da usina uma corrente alta de 6.000 volts e no transformador reduzida a 220 volts. Segundo informações posteriores, essa subestação veio a ser instalada na Praça Antônio João, no centro de Dourados (*O Progresso*, 04/10/1953, p. 1).

3) **Serraria:** prédio já construído, a estrutura era de concreto armado com cobertura metálica e telhas de eternite, medindo 22 x 68 m. As máquinas para a serraria eram:

- 1 serra vertical Esterer Ag. Seting Bayen
- 1 serra americana
- 1 serra francesa
- 1 plaina de quatro facas
- 3 serras circulares
- 1 motor trifásico de 60 H.P. – A.E.G.

De acordo com a fonte, a serra americana e a vertical já estavam em funcionamento e preparavam todo o madeiramento necessário ao piso do prédio da serraria. A previsão de produção da serraria era de 25 metros cúbicos de madeira diariamente.

Foto 2: Serraria



Fonte: Relatório TFPP, p. 93.

4) **Carpintaria:** deveria funcionar no mesmo prédio da serraria, com os seguintes equipamentos :

- 1 tupia³⁵ com mesa de 100 x 90, acoplada com motor trifásico, de 220 volts.

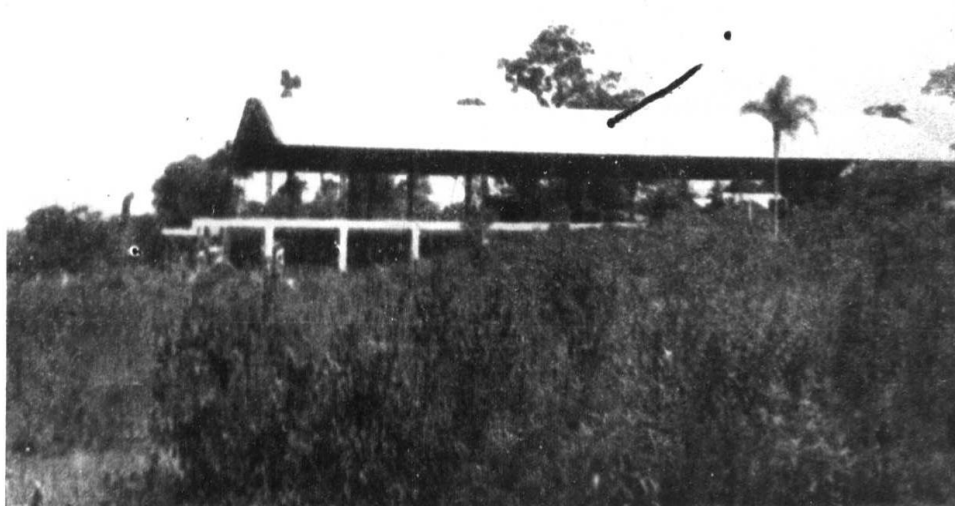
³⁵ É uma ferramenta elétrica usada em marcenaria indicada para fresar furos oblongos, ranhuras, arestas e chanfros, fresar modelos, desenhos, enfeites, padrões ou letras. Disponível em: <http://dicionariocriativo.com.br/wikipedia/tupia>. Acesso em 28 de ago. de 2014.

- 1 tupia universal.
- 1 furadeira com motor trifásico de 220 volts.
- 1 serra de fita, modelo B.P. 8º g 1.600, de construção aperfeiçoada.
- 1 desempenadeira.
- 1 desengrossadeira.

Com relação à finalidade da carpintaria, temos que ela iria:

fornecer, para todas as obras do governo, portas, janelas e os móveis necessários às diversas repartições, de que resultaria, por certo, grande economia, em trabalho de tão grande vulto, como seria a execução do Plano de Obras e Equipamentos. A serraria, por sua vez, prepararia todo o madeiramento, destinado aos prédios escolares, postos de saúde, de guarda, sedes de divisões e serviços, podendo, ainda, fornecer taboas, ripas, caibros e pranchões aos particulares, por preços razoáveis (Relatório, 1947, p. 93).

Foto 3: A obra – Pavilhão da serraria e carpintaria



USINA TÉRMO-ELÉTRICA DE DOURADOS — PAVILHÃO DA SERRARIA E CARPINTARIA.

Fonte: Relatório TFPP, p. 90.

5) A **oficina mecânica** seria instalada e juntamente com ela funcionaria a ferraria. As máquinas deste setor seriam:

- 1 torno mecânico de precisão, acoplado com motor trifásico de 2 H. P.
- 1 plaina de ferro.
- diversas furadeiras.
- 1 tesoura para ferro.
- Aparelhos de solda elétrica e a oxigênio e todos os demais pertences.

Segundo se informa, as máquinas citadas acima já tinham sido compradas e estavam no local da obra juntamente com os materiais para realizar a montagem completa de cada conjunto, como: “transformadores, chaves automáticas, quadros de comando, isoladores, fio de cobre para a rede elétrica e grande parte dos postes de aroeira, distribuídos pelos diversos pontos da cidade, onde serão localizados” (Relatório TFPP, 1947, p. 93).

Durante este período do Território Federal de Ponta Porã também foi criado em Dourados o Horto Florestal³⁶, que tinha como objetivo a conservação das riquezas florestais, pois:

com a criação, pelo Governo Central, da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, a Colônia Municipal [atual Itaporã], pelo município, a instalação da Usina e Serraria e o possível aparecimento do ramal da estrada de ferro naquela cidade, o Governo do Território, prevendo num futuro próximo a destruição das matas lá existentes, criou o Horto Florestal a fim de evitar tanto quanto possível o corte das matas para serem transformadas em lenha (Relatório D.P.T.C³⁷, 1946, p. 6).

No Horto Florestal foi organizado um viveiro para mudas e plantados 70.000 pés de eucalipto e 6.000 de cinamomos (Relatório D.P.T.C, 1946, p. 7)³⁸, destinados a serem usados como lenha, como forma de preservar as matas nativas. A criação do Horto Florestal iniciou-se em 1º de junho de 1945, sob a orientação do agrônomo Ney Cuiabano.

Com a extinção do Território o conjunto de obras da usina foi paralisado, de acordo com a fonte, no seguinte estado:

a) serraria: o prédio já construído, faltando terminar o assoalho e ainda por montar diversas máquinas; b) usina elétrica – o prédio se encontra no respaldo do piso e com alguns painéis já levantados e com diversas escavações para a fundação dos blocos das máquinas; c) carpintaria – funcionará, como dissemos, no próprio prédio da serraria, na parte dos fundos, faltando o piso; d) oficina mecânica – o prédio se acha na fase de cobertura; e) subestação: ainda não foi iniciada a sua construção (Relatório TFPP, 1947, p. 93).

³⁶ Esta informação, bem como outros dados apresentados na pesquisa, foram enfatizados por João Augusto Capilé Junior (Sinjão), que repassou informações para a autora por mensagens eletrônicas – e-mails.

³⁷ Relatório da Divisão de Produção, Terras e Colonização, elaborado por este setor no ano de 1946 devido à extinção do Território Federal de Ponta Porã. Está disponível no Centro de Documentação Regional/CDR, em microfilme da coleção "Território Federal de Ponta Porã".

³⁸ Segundo informações verbais que me foram fornecidas pela Prof^a Suzana Arakaki (UEMS), o Horto situava-se no local onde se encontra atualmente o Centro Universitário da Grande Dourados (Unigran).

A julgar pelo que dizem as fontes consultadas, neste momento a preocupação dos administradores do Território (extinto) era não deixar que a obra fosse paralisada, sendo enviada uma correspondência ao ministro da justiça, com detalhes da obra e a sua importância. Destaca-se aqui que no documento enviado pelo Dr. José Alves Albuquerque foram enfatizados os gastos já realizados com a obra e que o montante de Cr\$ 1.243.693,30 necessários para terminá-la estava depositado no Banco do Brasil em nome do governo do extinto Território. A instalação do restante das máquinas estava a cargo da firma Bromberg e Cia. e a última prestação só seria paga à empresa após os serviços finalizados. Solicitava que a quantia restante fosse depositada em conta especial no Banco, ficando a administração a cargo da prefeitura de Dourados (Relatório TFPP, 1947, p. 95-96).

No documento ainda foi destacado que a usina era vista como uma construção que promoveria o melhoramento máximo daquela região e asseguraria a implantação de indústrias. Existia o receio de que, se a importância acima mencionada fosse recolhida ao Tesouro, as obras ficariam paradas indefinidamente, justificando-se que Mato Grosso não poderia obter o montante que faltava, os equipamentos e materiais que haviam sido adquiridos ficariam entregues às intempéries e disso resultaria um prejuízo ao país. Informava que o pessoal habilitado para o trabalho já estava no local e a paralisação poderia dificultar o encontro destes profissionais novamente (Relatório TFPP, 1947, p. 95-96).

Apesar da solicitação enviada, não foi recebida, segundo a fonte, nenhuma instrução de como proceder com a obra, sendo assim em 31 de dezembro de 1946 as obras foram paralisadas. No entanto, a solicitação foi reenviada e, nesta segunda tentativa, pelo que se deduz da fonte, uma alta autoridade do governo do Território (o próprio secretário geral, que estava na época a serviço na capital da República) foi levar pessoalmente o documento ao gabinete de divisão de obras do ministério. Após a entrega do documento foi realizada uma reunião, com os Drs. Floriano Reis e Arquimedes Lima representando o estado de Mato Grosso, juntamente com o chefe da firma Bromberg & Cia, encarregada da instalação das máquinas, e foi resolvido que:

essas obras seriam continuadas nas bases que havíamos sugerido e sob fiscalização de um engenheiro da prefeitura de Dourados, ficando o saldo de que ainda dispúnhamos para a conclusão desse serviço, de Cr\$ 1.343,263,30, à disposição daquela Prefeitura, em conta especial no Banco do Brasil. Assim, pois, é de prever-se que, dentro de poucas semanas, sejam reiniciados os trabalhos, após a estagnação de mais de

dois meses, de que resultou sérios prejuízos, dos quais o principal foi a debandada dos operários e dos técnicos que ali se achavam (Relatório TFPP, 1947, p. 96-97).

A fonte acrescenta que, em fevereiro de 1947, havia sido resolvido que o estado de Mato Grosso deveria assumir os “encargos na área do antigo Território”. Antes, porém, como “medida preliminar” a esse futuro “ato de entrega”, o governo do Território transferiu às prefeituras “todos os bens móveis e imóveis que se encontravam em cada município, inclusive as obras em construção” (Relatório TFPP, 1947, p. 175). Sobre a passagem desses bens para o estado de Mato Grosso, o relatório acima citado diz apenas o seguinte: esses bens “passarão a fazer parte do acervo de Mato Grosso, mediante indenização futura aos cofres da União” (p. 175). Entre esses bens, conforme consta no inventário geral trazido pelo relatório, estavam os bens móveis da usina e serraria de Dourados bem como os prédios da serraria e da residência do encarregado das obras (Relatório TFPP, 1947, p. 175; observe-se que, nesse inventário, não aparece o prédio da própria usina, o que demonstra que sua construção foi posterior).

Com a continuação da obra da usina termoelétrica e seus anexos, após a extinção do Território Federal de Ponta Porã, foram encontrados relatos no jornal *O Douradense* sobre este período.

A expectativa da população era que a chegada da energia elétrica proporcionaria mudanças significativas na vida e no crescimento econômico da cidade, isto fica evidente nas notas publicadas pelo jornal, como a do dia 11/05/1948: “uma nova era de vida se abrirá para todos os setores da vida diária. O futuro nos dirá isto. Façamos votos de que a luz se nos apresente breve” (*O Douradense*, 11/05/1948, p. 1).

Após uma visita realizada pela equipe d’*O Douradense* à usina termoelétrica e serraria de Dourados, este periódico publicou no dia 10/07/1948 informações sobre esta obra. Conforme foi relatado pelo administrador responsável, o senhor Ruy Gomes, a obra estava em fase de conclusão com a montagem das máquinas a vapor, com capacidade de corrente de 220 e gerador para 6.000 volts.

Outra referência a esta construção está presente na *Monografia Histórica-Corográfica do Município de Dourados*³⁹, escrita por João Capilé Junior:

a apreciável obra Usina termelétrica, de sólida construção e em vésperas de inauguração que, ligada à instalação de uma bem montada

³⁹ A monografia foi dividida em partes e desde o dia 14 de outubro de 1948 estava sendo publicada no jornal *O Douradense*.

oficina mecânica ao lado de possante serraria, forma um bloco de inestimável valor para a cidade (*O Douradense*, 29/01/1949, p. 1).

Ao analisar as informações publicadas pelo *O Douradense* sobre a instalação da usina e da serraria de Dourados, percebe-se o uso recorrente de adjetivos para enaltecer esta construção. Este aspecto demonstra que existia uma grande expectativa de melhoria na vida da sociedade douradense com a chegada da luz elétrica.

Para o término da obra foi necessário utilizar mão de obra de outros lugares, cita-se assim o Sr. Ary Raghianti, que era mestre de obras e chegou a Dourados em outubro de 1948 e permaneceu na cidade até janeiro de 1949 (*O Douradense*, 29/01/1949, p. 1). Atuante nesta obra foi também o Sr. Evaristo Ferreira da Silva, era funcionário de Ponta Porã e com a extinção do Território foi designado para construir a fornalha, a caldeira e a chaminé da usina; destaca-se também a família do Sr. Bianchi, que era o responsável pela marcenaria⁴⁰ (FERREIRA, 2003, p. 13).

Foto 4: Usina Velha em construção (1946) – Estão na foto: Milton Milan, Milton Rosa, Adroaldo Pizzini, Julio Capilé, Ney Cuiabano e Sinjão Capilé.



Fonte: Arquivo pessoal de Suzana Arakaki e Manoel Capillé.

⁴⁰ Ferreira menciona que o Sr. Bianchi trabalhava na marcenaria, porém, conforme as informações verbais passadas pela Sr.^a Renata Bianchi, filha do Sr. Bianchi, e os dados da presente pesquisa, esta não existia e o mesmo trabalhava na serraria.

Foto 5: prédio da serraria e da usina



Fonte: arquivo pessoal de Suzana Arakaki e Manoel Capillé.

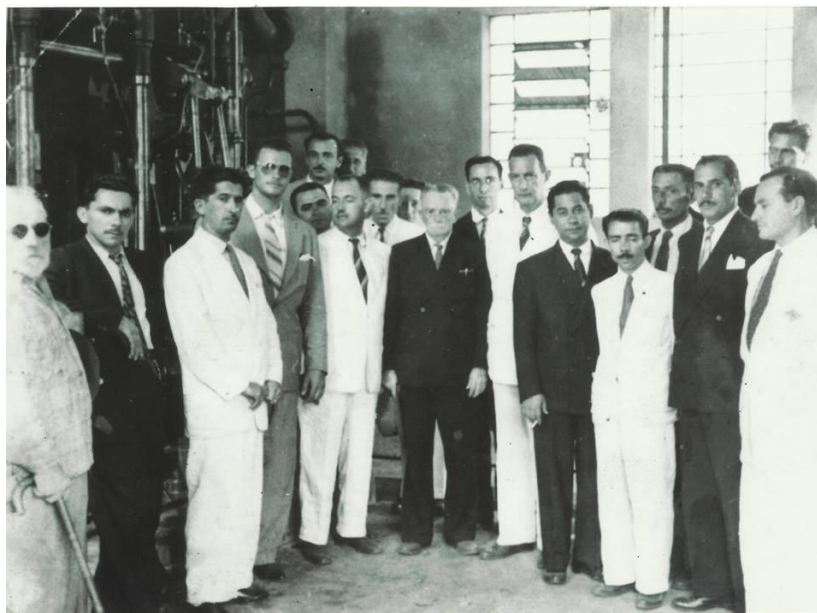
2.3 - A Usina Termoelétrica (a vapor) Senador Filinto Muller: em funcionamento

Conforme ofício enviado pelo encarregado da usina, Sr. Ruy Gomes, ao presidente do diretório municipal do Partido Social Democrata- PSD, Sr. Cel. Firmino Vieira de Matos, a usina começou a funcionar em 11/09/1949 (cópia deste documento, datado de 15/12/1949, está nos anexos do trabalho de Ferreira, 2003, p. 129). O mesmo documento afirma que, nessa data, havia ocorrido “a entrega da usina e serraria de Dourados ao governo do Estado” – não ficando claro, entretanto, se essa “entrega” significa a passagem dos bens ao acervo estadual ou simplesmente a entrega da obra em funcionamento. De todo modo, pelo mesmo documento, fica claro que, já naquela época, o encarregado da usina era nomeado pelo governo estadual.

A usina termoelétrica recebeu o nome de “Senador Filinto Muller”. As fontes consultadas não informam quando ocorreu esse “batismo”. Quanto à razão da adoção desse nome, pode-se deduzir que foi devida à importância política que tinha, na época, o senador Filinto Müller, além do fato de que ele pertencia ao PSD, isto é, o partido que estava no governo de Mato Grosso naquela época⁴¹.

⁴¹ O governador era Arnaldo Estêvão de Figueiredo, cujo mandato foi de 1947 a 1950. Vale notar que o ofício do encarregado da usina, acima citado, agradece expressamente o apoio de Filinto Müller na obtenção de verbas para a “continuação das obras da usina e serraria de Dourados, paralisadas com a extinção do território federal de Ponta Porã”.

Foto 6: inauguração do motor a vapor da usina em 1949⁴²



Fonte: Acervo de Zoroastro Stockler de Assis⁴³

O principal objetivo desta usina era abastecer as casas e as vias públicas comerciais, que se concentravam principalmente nas avenidas atualmente denominadas Marcelino Pires, Weimar Torres e Joaquim Teixeira Alves (MOREIRA, 1990).

A energia gerada era à base de lenha e, conforme relata o Sr. Pedro Rechi⁴⁴, a usina funcionava da seguinte forma:

A máquina funcionava com água limpa, a caldeira fazia o fogo que ia para o depósito do compressor que tocava o gerador, do gerador ia ao transmissor, a polia que tocava a usina, dínamo produtor de energia elétrica. Chegava à casa de transmissão que possuía os quadros distribuidores de energia elétrica chegando à cidade (RECHI, 1996 *apud* FERREIRA, 2003, p. 17).

Sobre a distribuição da energia elétrica, D^a Ercília Pompeu⁴⁵ (2005) relatou em uma entrevista que:

⁴² Identifica-se nesta fotografia os senhores: Filinto Muller, Weimar Torres, Horácio Cerzósimo de Souza, Milton de Sá Santos, Francisco Mecchi Filho, Ruy Gomes, Firmino Viera de Matos (OLIVEIRA, 2009, p.45).

⁴³ Essa fotografia foi disponibilizada pela professora Suzana Arakaki.

⁴⁴ Nasceu em São Borja/RS, chegou a Dourados no ano de 1938 e nesta cidade montou a primeira oficina mecânica e ferraria de Dourados, segundo Dal Bosco (1995, p. 33-37). Consta na pesquisa de Ferreira (2003, p. 18) que ele foi mecânico da usina.

⁴⁵ Ercília de Oliveira Pompeu. 2005. Entrevista produzida por Francisco Celso Cáceres. Dourados/MS.

Então as lâmpadas eram três quadras aqui do centro, com as lâmpadas penduradinhas num fio que acompanhava a linha telegráfica, então aproveitando aqueles postes, foram então estendidos aqueles fios e as lâmpadas penduradinhas ali, assim funcionava das 7 às 11 h [da noite], a nossa primeira usina de iluminação pública de Dourados foi assim.

No entanto, pelo que consta nos trabalhos de Ferreira (2003) e Além (2011), o fornecimento de energia elétrica não era perfeitamente regular, isto é, com certa frequência ocorriam interrupções no fornecimento. Assim sendo, as fontes da época, ao mencionarem esses assuntos, deixam entrever os desentendimentos entre a administração da usina e a prefeitura municipal – desentendimentos esses provocados, talvez, por questões partidárias.

Veja-se, por exemplo, o caso a seguir, relatado em agosto de 1950. O gerente da usina, Sr. Ruy Gomes (pertencente ao PSD), escreveu ao jornal *O Douradense* uma nota intitulada: “Respondendo a um apelo”, nesta o administrador relatou que, ao voltar da usina para verificar o que teria provocado o desligamento das luzes, encontrou o prefeito Antônio de Carvalho (União Democrática Nacional – UDN) e este solicitou que ele “cuidasse com mais carinho das máquinas da usina”. Em tons de ironia e desabafo, Ruy Gomes teceu críticas à administração do prefeito e se defendeu do apelo:

Tem a minha administração procurado por todos os meios manter a iluminação. Basta, para isso, notar-se que desde o dia 15 de dezembro de 1949, venho mantendo essa iluminação sem recursos financeiros, sem poder pagar operários [...] É lamentável que a Prefeitura Municipal, que devia pagar a iluminação das ruas, não tenha até a presente data cooperado para que eu pudesse manter a iluminação sem tantos sacrifícios e estou certo que se o Sr. Prefeito estimular a sua consciência há de reconhecer que se a Usina tem sofrido ele é um dos responsáveis por esta falta (*O Douradense*, 01/08/1950, p. 2).

Ainda sobre as questões políticas e partidárias que interferiram na administração da usina, aponta-se que tanto Ruy Gomes, quanto Antônio de Carvalho, nomeado encarregado da usina posteriormente, eram pessoas envolvidas diretamente na política e que os mesmos foram prefeitos em Dourados por algum tempo⁴⁶.

Deixando de circular *O Douradense* em 1951, foi inaugurado neste mesmo ano o jornal *O Progresso*, cujo fundador foi Weimar Gonçalves Torres, que era membro do Partido Social Democrata (PSD). A criação deste periódico foi devida aos interesses

⁴⁶ Ruy Gomes (PSD) foi o primeiro prefeito eleito após o Estado Novo e seu mandato foi entre 1947 e 1948. Antônio da Costa Carvalho, conhecido como *Carvalhinho* (UDN), atuou como prefeito entre 1948 e 1951 (LUCIANO, 2006, p. 80-81).

políticos do proprietário, e desde seu surgimento até os dias atuais possui vínculos com a classe política local e regional (ALÉM, 2011, p. 45).

Com relação ao discurso utilizado nas publicações d' *O Progresso*, nos seus primeiros anos:

o periódico não poupou esforços em construir um discurso que pudesse legitimar um estado de coisas diferente da realidade, vinculando a modernidade, a civilização e o progresso à migração e suas consequências, como se apenas tal fato fosse necessário para que a *terra prometida*, o *El dorado* fosse acessível a todos aqueles que aqui se encontrassem (ALÉM, 2011, p. 46-47).

O Progresso noticiava os problemas do cotidiano urbano douradense e dentre estes estava o fornecimento de energia elétrica. Conforme o entendimento de Fernando de Castro Além (2011, p. 66), “as reportagens dependiam da relação do diretor com o poder público local, e também conforme o momento, fosse este eleitoral ou não, dependendo do interesse imediato de Weimar e seu grupo político”. A esse respeito, convém notar que, na mesma época da fundação d' *O Progresso*, ligado ao PSD, iniciava-se o mandato do novo governador de Mato Grosso, Fernando Corrêa da Costa, da UDN (empossado no início do ano de 1951 e que governou até 1955).

Retornando ao funcionamento da Usina Filinto Muller, nota-se que era precário, a energia gerada servia apenas para as residências e algumas vezes não era oferecida ou sofria interrupções devido aos problemas nas máquinas, sendo os mesmos relatados constantemente nas páginas d' *O Progresso*.

Em publicação do dia 21/04/1951, p. 1 e 4, foi apontado que desde o dia 29/01/1951 a cidade estava sofrendo com a falta de luz elétrica devido a problemas na usina. O novo encarregado era o Sr. Antônio de Carvalho⁴⁷ e este informou que era preciso fazer reparos e comprar materiais para a usina voltar a funcionar, ressaltando ainda que estes já haviam sido comprados pelo encarregado em São Paulo e despachados pela empresa Real e em breve chegariam a Dourados.

Apesar da previsão da volta do funcionamento da usina, destacada na reportagem citada anteriormente, a energia elétrica não voltou a funcionar em data prevista, pois nem todos os materiais chegaram a tempo (*O Progresso*, 13/05/1951, p. 1).

⁴⁷ Trata-se do ex-prefeito, acima citado, certamente nomeado pelo novo governador, pertencente à UDN.

A possível volta da energia elétrica foi novamente noticiada no dia 10/06, em reportagem intitulada “Já está acesa a fornalha da Usina”, a qual relatou que a usina estava em condições de voltar a funcionar e que haviam sido colocadas lâmpadas nos postes que até então não as possuíam (*O Progresso*, 10/06/1951, p. 1). A energia elétrica foi disponibilizada para os douradenses novamente às 18 h do dia 12/06 (*O Progresso*, 17/06/1951, p. 6).

Apesar da volta da luz elétrica em Dourados, os problemas com a distribuição de energia continuavam. Considerando o abastecimento falho e os problemas enfrentados pela usina de força e luz, era preciso economizar luz elétrica, sendo este o pedido feito para os douradenses (*O Progresso*, 29/07/1951, p. 1).

Durante a visita do governador Fernando Corrêa da Costa a Dourados, em setembro de 1951, um dos assuntos discutidos com os vereadores na Câmara Municipal foi a doação da usina termoelétrica à prefeitura, “a fim de que a Prefeitura ponha em concorrência pública aquela usina e serraria anexa” (*O Progresso*, 23/09/1951, p. 4). Vale notar que, nessa época, o prefeito de Dourados era o médico Nelson de Araújo, também da UDN, isto é, o mesmo partido do governador (cf. Além, 2011, p. 63).

A notícia da doação da usina à prefeitura foi destacada pelo mesmo periódico, em publicação d’*O Progresso* (30/12/1951, p. 1) este informou que a Assembleia Legislativa havia dado parecer favorável à doação e que a decisão seria no próximo ano.

Já no início do ano de 1952 a notícia da falta de luz foi frisada, segundo o Sr. Pedro Vering o problema estava na fornalha e ainda não tinham iniciado o conserto desta, sendo assim não havia previsão da volta de energia (*O Progresso*, 20/01/1952, p. 4).

Na sessão da câmara municipal do dia 21/02/1952 foi aprovado pelos vereadores o credenciamento do prefeito para tratar com o governador do Estado os problemas da luz, era necessário resolver:

- 1) Nomeação imediata de um novo encarregado para a Usina Elétrica, levando o Sr. Prefeito a indicação para esse cargo;
- 2) Fornecimento pelo Estado, de uma verba para auxiliar a reconstrução da fornalha e
- 3) Sejam adotadas providências para a aprovação da doação da Usina ao município (*O Progresso*, 09/03/1952, p. 3).

Infelizmente, na presente pesquisa, não foi possível saber o desfecho das negociações para que a usina voltasse ao controle da prefeitura.

Desde o mês de janeiro de 1952, segundo o jornal, Dourados padecia sem luz, o valor do orçamento feito para resolver os problemas na usina foi Cr\$ 65.000,000, quantia esta solicitada ao Governo do Estado (*O Progresso*, 30/03/1952, p. 3), tendo sido autorizada por este a reconstrução da usina (*O Progresso*, 6/4/1952, p. 1).

Os problemas na usina de luz foram resolvidos e a cidade voltou a ser iluminada durante o mês de maio (*O Progresso*, 18/05/1952, p. 2). Mesmo assim, continuaram recorrentes as notícias do jornal *O Progresso* sobre o problema da luz elétrica na cidade no ano de 1952, em alguns momentos devido ao não funcionamento da usina e em outros devido ao fornecimento reduzido em algumas horas do período noturno. Em meio às críticas ao abastecimento de luz também estavam presentes as relacionadas à administração do prefeito municipal, Dr. Nelson de Araújo.

Destaca-se este fato, pois se percebe uma mudança no discurso do periódico, que, até o ano de 1951, noticiava os problemas no fornecimento de energia elétrica, porém sem críticas diretas à administração municipal: as matérias informavam os problemas, as providências que seriam tomadas e faziam comentários após o problema resolvido.

Considerando estas observações mencionadas e os interesses políticos que existiam nas páginas do jornal, Além (2011, p. 69) expõe que:

em 1951, apesar de Weimar estar em grupo político adversário do prefeito municipal e do governador do estado – dois udenistas –, o tom crítico em relação a tais administrações não era uma constante, o que podemos explicar pelo apoio em dinheiro da municipalidade para fundação de *O Progresso*. Dois anos depois, as críticas em relação à Prefeitura Municipal são mais rotineiras, haja vista Weimar Torres se situar na oposição ao executivo na Câmara de Vereadores.

Apesar destas críticas iniciais ao prefeito elas não se mantiveram por muito tempo, provavelmente devido a um acordo entre o Dr. Nelson de Araújo e Weimar Gonçalves Torres em 1953 (ALÉM, 2011, p. 70).

Inicialmente a cobrança da energia elétrica era realizada nas casas, a partir de 1952 passou a ser efetuada na prefeitura de segunda a sexta-feira das 13:00 às 17:00 horas, tendo como responsável o Sr. Arruda. O valor da cobrança era o mesmo para todos os consumidores, pois não existia o relógio para medir o consumo, o atraso no pagamento da conta gerava uma multa de 10% e se tivesse reincidência a energia era cortada (FERREIRA, 2003, p. 18).

Figura 1: Recibo de pagamento de energia – usina termoeétrica (1953)

Quantidade	ESPECIFICAÇÃO	Preço por unidade Cr.S	TOTAL
3	de 60 Watts	1000	3000
	de Watts		
	de Watts		
	de Watts		
1	Rádio ou Radiola	2000	2000
	Ferro Elétrico		
	370 Watt Cigarro Elétrico		1.50
	370 Watt Chuveiro Elétrico		1.50
	Fôrça Motriz		
1	medidor de energia		38000
	Enceradeira		300
	S O M A		433.50

Mês de Março de 195 3
 Sr. André Chamorro
 Rua N.º FORNECIMENTO DE LUZ E FORÇA Quadra N.º
 Dourados 12 de Março de 195 3
 Nº 775
 Gráfica N. S. Aparecida - Dourados (Mt)

Fonte: Arquivo pessoal de Francisco Chamorro (Kinho)⁴⁸

A cobrança de uma mesma taxa para todas as residências era considerado um problema, e este fato, segundo se noticiava, estava prestes a ser resolvido, pois seriam adquiridos medidores e a partir disto o pagamento seria conforme o consumo de cada residência. Outra promessa importante era de que seria disponibilizada luz a partir do meio dia (*O Progresso*, 22/02/1953, p. 1).

Na coluna *Brincar a sério por Rebumbela*, do dia 07/06/1953, a administração municipal foi elogiada por efetuar atividades que sinalizavam melhorias para Dourados. Um dos atos destacados foi o fornecimento de energia elétrica, que, conforme noticiado pelo jornal, estava sendo distribuída a partir do meio dia e estavam funcionando os relógios de contagem, porém nem todos tinham sido instalados (*O Progresso*, 07/06/1953, p. 6).

No dia 26/09/1953, durante o baile da rainha da primavera, ocorreu o incêndio na subestação da usina termoeétrica localizada na Praça Antônio João, que provocou a destruição do transformador e outras partes de suas instalações e a interrupção no fornecimento de energia elétrica. Para solucionar este problema a câmara municipal autorizou o conserto do transformador e a compra de outro, foi também dirigido um

⁴⁸ Os documentos reproduzidos nas figuras 1 a 4 foram digitalizados e deixados para pesquisa no CDR, “Coleção Patrimônio Cultural e Ambiental”, pasta “Usina Velha”.

apelo ao governador do estado para auxiliar nestas despesas (*O Progresso*, 04/10/1953, p. 1).

Em meados de outubro o prefeito Dr. Nelson de Araújo foi a São Paulo comprar o novo transformador, como informado pelo *O Progresso* em 18/10/1953, p. 1. A volta da luz elétrica aconteceu no final do mês de novembro daquele ano, após a compra do novo transformador e dos trabalhos do encarregado Pedro Wheren na instalação do aparelho e nos reparos da rede elétrica (*O Progresso*, 29/11/1953, p. 1).

É significativo mencionar que, durante este período em que Dourados ficou sem luz, circulou uma nota em *O Progresso* sobre a possibilidade do arrendamento da usina termoelétrica e serraria de Dourados, semelhante ao que havia acontecido no ano de 1951. Como não existia nenhum indicativo da concretização do fato continuava a especulação e a expectativa de melhorar o fornecimento de energia elétrica (*O Progresso*, 01/11/1953, p. 1).

Nota-se que as especulações sobre o arrendamento da usina de Dourados, assim como a construção de uma usina hidrelétrica no salto do Pirapó, no rio Amambai, eram acentuadas nos momentos que Dourados estava com problema no fornecimento de energia elétrica.

Considerando as informações levantadas, conclui-se que a responsabilidade pelo funcionamento da usina termoelétrica Senador Filinto Muller era compartilhada entre a prefeitura municipal de Dourados e o governo do estado.

Ao terminar o ano de 1953 a usina termoelétrica estava em funcionamento, porém com baixa capacidade de distribuição de energia.

2.4 - Da desativação da Usina Termoelétrica Filinto Muller à inauguração da Usina Elétrica Municipal (movidada a óleo combustível)

No início de 1954 surgiu uma nova solução para melhorar o abastecimento de luz. A empresa Techint ofereceu para a cidade a compra de uma usina termoelétrica no Rio de Janeiro, a qual pertencia à Marinha e de capacidade de 1.500 HP. O valor do maquinário e o transporte destes até Dourados foi orçado em seis milhões de cruzeiros, o governo do estado propôs pagar dois milhões de cruzeiros e o resto deveria ser disponibilizado pela prefeitura. Analisando o valor orçado e o caixa da prefeitura a câmara rejeitou por unanimidade a compra da mesma e optou por solicitar, através de

um ofício, que o governador mantivesse o auxílio para que assim pudessem comprar um grupo de gerador a diesel para ser instalado na cidade (*O Progresso*, 24/01/1954, p. 1).

Após a decisão da câmara o prefeito, Dr. Nelson de Araujo, juntamente com o Sr. Antônio de Carvalho, foram os responsáveis por encaminhar o ofício ao governador do estado, que, acolhendo as razões e a proposta da câmara, decidiu por manter o auxílio de dois milhões de cruzeiros para a compra de dois grupos geradores de 250 HP cada um⁴⁹ (*O Progresso*, 31/01/1954, p. 1).

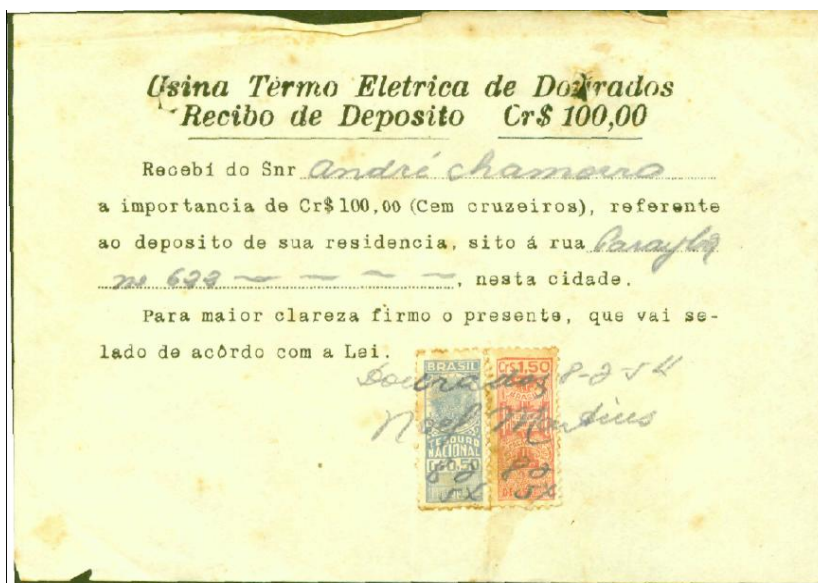
Conforme a coluna *Aquarela*, escrita por Jota Junior, o fornecimento da energia elétrica estava piorando, aparecendo novas falhas a cada dia. As providências para uma possível melhora foram tomadas, o autor em tom de crítica mencionou que os representantes do município optaram por não aceitar a grande turbina (refere-se provavelmente ao equipamento oferecido pela Techint), que chegaria rapidamente ao município, e iniciar um novo debate que provavelmente duraria uns seis a oito meses até efetuar a compra do conjunto diesel. Jota Junior ironicamente coloca que “quando se conseguir a compra do mesmo provavelmente entrará em racionamento o óleo diesel e quando a sua liberação for determinada então terminará o mandato dos edis douradenses” (*O Progresso*, 31/01/1954, p. 4).

Em nota oficial, publicada pelo mesmo jornal, a câmara municipal repudiou a matéria e se defendeu da exposição apresentada na coluna de Jota Jr. Esclareceu que não havia nenhuma proposta oficial para a compra de uma turbina a vapor, mas sim a compra de uma nova usina no valor de Cr\$ 6.000,00 (seis milhões de cruzeiros), quantia essa não disponível pela casa. Ressaltou ainda que o articulista se baseou em falsas informações e em público fez um falso conceito da boa vontade dos vereadores

Apesar das discussões sobre a melhoria deste sistema, *O Progresso* (07/02/1954, p. 1 e p. 4) publicou duas notas de aviso sobre a usina termoelétrica Filinto Muller: a primeira era uma convocação para comparecerem à prefeitura as pessoas que haviam pago os medidores de energia e que ainda não haviam sido colocados; e a segunda era que, para organizar e regularizar o fornecimento de energia elétrica, os consumidores deveriam efetuar o depósito de cem cruzeiros na prefeitura municipal.

⁴⁹ Entende-se que cada “grupo gerador” era constituído por um motor, movido a óleo combustível, e um aparelho gerador que, tocado pelo motor, produzia a energia elétrica.

Figura 2: Recibo de depósito usina termoeétrica (1954)



Fonte: Arquivo pessoal de Francisco Chamorro

Com a decisão de comprar os conjuntos de geradores a diesel para o fornecimento de energia elétrica iniciou-se o processo da compra dos motores, esta notícia ocupou durante algumas semanas as páginas d'*O Progresso*.

A proposta recebida pela prefeitura foi da firma Techint, que, pelo valor de Cr\$ 52.000,00, instalaria os dois motores e realizaria outros serviços, como a construção de uma nova casa de máquinas e a reforma da usina já existente, que seria mantida como reserva (*O Progresso*, 21/02/1954, p. 1).

Para decidir sobre a proposta da empresa Techint a câmara municipal realizou sessão extraordinária no dia 25 de março de 1954, sendo que estavam presentes, além dos vereadores, o prefeito municipal. Uma das discussões foi sobre a possibilidade de comprar dólares a um preço mais elevado para que assim a compra dos motores fosse adiantada, porém ao invés de dois motores a óleo diesel compraria apenas um. Os vereadores, por unanimidade, decidiram pela compra dos dólares pelo câmbio oficial, mesmo que isto gerasse uma maior demora na efetivação da compra. A decisão tomada pela Casa deveria ser repassada através do prefeito ao governador do estado (*O Progresso*, 04/04/1954, p. 4).

Com relação ao funcionamento da usina termoeétrica Filinto Muller, conclui-se que, ao mesmo tempo em que eram apresentadas as propostas para a compra dos motores, ela estava em funcionamento. A paralisação do seu funcionamento aconteceu

por volta de junho de 1954, pois em reportagem d'*O Progresso* (13/06/1954, p. 1) temos a seguinte informação: “Dizem que a fornalha da usina caiu, mas o povo não foi informado de nada e continua esperando e reclamando providências para restaurar a luz”.

Para Ferreira (2003, p. 21) esta usina parou de funcionar em 1952, porém durante a pesquisa encontramos dados de que isto aconteceu posteriormente. Segundo a pesquisadora acima citada, o motivo que levou à paralisação do seu funcionamento foi o crescimento populacional da cidade:

Com um considerável índice de crescimento econômico, tanto populacional quanto econômico, houve um grande consumo de energia elétrica. A termelétrica, que já funcionava com grandes deficiências, tanto no que diz respeito à geração de energia quanto no seu fornecimento, não suportou atender a demanda local, vindo a paralisar seu funcionamento em 1952 (FERREIRA, 2003, p. 21).

A constatação dos motivos que levaram à paralisação da usina, feita por esta autora, devem ser efetivamente considerados, pois durante este período Dourados recebia os colonos da CAND, o que acarretou um aumento populacional e econômico considerável.

A respeito da reforma da usina termoelétrica, o candidato à prefeitura municipal pela União Democrática Nacional/UDN, Antônio Moraes dos Santos, informou ao jornal *O Progresso* que, conforme a discussão em Cuiabá, brevemente se iniciariam as reparações necessárias na usina para que ela voltasse a funcionar (*O Progresso*, 18/07/1954, p. 1).

É importante mencionar que o ano de 1954 era de eleições para prefeito e para vereadores e isto se refletiu numa mudança nas reportagens publicadas pelo *O Progresso*, pois estas passaram a criticar e a desvalorizar as ações da prefeitura municipal, então comandada pela UDN. Segundo Além (2011, p. 73):

Os problemas que mais afligiam a população da cidade de Dourados, relativos ao fornecimento de energia elétrica no município e ao melhoramento das vias urbanas, retornaram em tom de crítica à administração municipal quando se aproximaram as eleições.

Ao analisar as publicações d'*O Progresso* neste período eleitoral, foi possível encontrar diversas reportagens de Weimar Torres (diretor executivo do jornal e candidato à reeleição como vereador) solicitando a volta do fornecimento de energia elétrica. O mesmo alegava que a usina estava abandonada e aproveitava para enaltecer

os trabalhos do antigo encarregado da usina Filinto Muller, Sr. Ruy Gomes, que neste momento disputava as eleições municipais como candidato a prefeito pelo PSD.

A situação descrita ficou evidente na reportagem de capa “Queremos Luz” (escritas em destaque), pois foi citado que a cidade estava há quase quatro meses sem luz e que nenhuma providência havia sido tomada, e no mesmo texto afirmou que Ruy Gomes, com o apoio de Filinto Muller, foi quem havia conseguido verba para colocar a usina em funcionamento no ano de 1949 (*O Progresso*, 08/08/1954, p. 1).

Passado o período eleitoral⁵⁰, a usina termoeétrica não voltou a funcionar e a discussão sobre a compra dos motores retornou a circular nas páginas d’*O Progresso*. Conforme o relatório⁵¹ apresentado por Weimar Torres, o governo de Mato Grosso não havia conseguido a autorização junto à Sumoc⁵² para fazer as trocas cambiais para a compra dos motores para Dourados. Diante desta situação a câmara aprovou a indicação para que o prefeito fosse até ao governador para fazer a reformulação do pedido (*O Progresso*, 21/11/1954, p. 1).

No início do mês de dezembro foi publicada a notícia de que a câmara reuniu-se em sessão extraordinária para analisar a proposta trazida por Antônio Moraes dos Santos para a compra de um grupo gerador diesel, potência de 630 HP e capacidade de 540 KVA da Companhia Theodor Wille, do Rio de Janeiro, a entrega seria imediata e o valor orçado em três milhões e duzentos e cinquenta e cinco mil cruzeiros.

Após um ano de especulação sobre o fornecimento de luz, em que se discutia a respeito da expectativa da usina Filinto Muller voltar a funcionar e da chegada dos motores a diesel, nada foi efetivamente solucionado. Dourados encerrou o ano sem ter a distribuição de energia elétrica regularizada e sem a compra dos motores a diesel.

O ano de 1955 foi marcado por reportagens n’*O Progresso* sobre a situação em que se encontrava Dourados, uma cidade que, desde a desativação da Usina Sen. Filinto Muller, não tinha distribuição de energia. Durante este ano a prefeitura desenvolveu ações para a reorganização deste sistema, como segue abaixo.

Em abril de 1955 encontrou-se a notícia de que a câmara municipal havia autorizado o prefeito a adquirir um conjunto elétrico diesel, com motor de 300 cavalos e gerador de 240 KVA, para iluminar a cidade (*O Progresso*, 10/05/1955, p. 1).

⁵⁰ Foi eleito como Prefeito Municipal o Sr. Antônio Moraes, candidato pela UDN.

⁵¹ Este relatório, lido em uma reunião da Câmara Municipal, foi elaborado pelo vereador Weimar Torres, com base nos dados encontrados no Rio de Janeiro (*O Progresso*, 21/11/1954, p. 1).

⁵² Superintendência da Moeda e do Crédito, órgão do Ministério da Fazenda.

Conforme anunciado por Oscar Mungini Fernandes, em nota intitulada “Dourados em 1955”, o prefeito havia ido pessoalmente a São Paulo e Rio de Janeiro providenciar a compra do motor para o fornecimento de luz elétrica (*O Progresso*, 24/04/1955, p. 4).

Conforme a ata da câmara municipal, do dia 25/05/1955, o motor para o fornecimento de luz já se encontrava em Maracaju⁵³ (*O Progresso*, 05/06/1955, p. 3). O local destinado para a instalação do motor para a iluminação pública foi publicado no *O Progresso*, dia 26/06/1955, p. 1: “o lote era determinado pelas letras CDF da quadra 53, tem a área de 2.500 m² e está situado nas proximidades da residência do Sr. Valdomiro Monteiro”, e a previsão da inauguração era de 90 dias. Com base nos dados encontrados durante a pesquisa e pelas informações do Sr. Jamil de Campus Aum deduz-se que esta usina municipal foi instalada onde atualmente é a Rua Onofre Pereira de Matos, entre as Ruas Melvin Jones e Albino Torraca, mais especificamente onde hoje é o prédio da Sanesul.

O terreno onde estava instalada a Usina Elétrica Municipal (lotes C-D-F-Qt) foi comprado pela prefeitura da senhora Zilda Brandão Dauzacer [sic] e seu marido pelo valor de Cr\$ 95.000,00, conforme o Boletim diário da Tesouraria – Prefeitura Municipal de Dourados, de 22/09/1956 (*O Progresso*, 23/09/1956, p. 4). Ressalta-se que a Lei nº 104, de 12 de dezembro de 1955, já publicada, autorizava o prefeito municipal a adquirir o terreno onde estava sendo instalada a usina mediante a compra ou permuta (*O Progresso*, 18/12/1955, p. 3).

“Chegou o motor da luz”: assim a reportagem da capa anunciava a chegada em Dourados do motor, promovendo a esperança de voltar à energia elétrica (*O Progresso*, 24/07/1955, p. 1). A partir de então começou a especulação e as promessas de inauguração do motor a diesel, a primeira previsão foi para o dia 25/09 (*O Progresso*, 28/08/1955, p. 1). Na data marcada não foi possível inaugurar o motor devido às dificuldades da montagem deste, e a nova previsão era para outubro (*O Progresso*, 15/09/1955, p. 1).

O periódico *O Progresso* publicava o Boletim diário da Tesouraria – Prefeitura Municipal de Dourados, e a partir do dia 15/10 apareceram nas especificações deste documento os valores que eram gastos na construção da Usina Elétrica Municipal, com base neste boletim fica-se sabendo que o mestre de obras era Arlindo Dias (*O Progresso*, 16/10/1955, p. 4).

⁵³ Essa informação indica que o equipamento estava sendo transportado pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, em seu ramal de Ponta Porã, e que provavelmente seria descarregado na estação de Itahum.

Sobre as despesas para a construção da nova usina entende-se que foi concedido pelo governo do Estado um empréstimo para a montagem do grupo a diesel, pois, conforme a ata da 23ª sessão ordinária da câmara municipal, realizada no dia 14/09/1955, fica evidente tal fato (*O Progresso*, 30/10/1955, p. 3)⁵⁴.

Estava encerrando-se o ano de 1955 e o novo sistema de fornecimento de energia elétrica ainda não estava pronto. Conforme o Boletim diário da tesouraria – Prefeitura Municipal de Dourados, percebe-se que este permanecia em desenvolvimento, pois foram mencionados registros de pagamentos feitos ao eletricista Wilson Ordones pela reforma da rede elétrica, ao mestre de obras José Gonçalves, a Dário Ribeiro e seus serventes e aos auxiliares do eletricista (*O Progresso*, 04/12/1955, p. 4).

Sobre o funcionamento do novo sistema de fornecimento de energia elétrica, este tinha as seguintes características: a) nas residências a energia era monofásica de 110 v; b) para instalação de força, trifásica de 220 v. O pagamento da conta era conforme o consumo de cada residência e seriam feitas análises dos medidores antigos e, quando necessário, efetuadas trocas (*O Progresso*, 11/12/1955, p. 4).

Considera-se assim que ao longo do ano de 1955 foram tomadas medidas importantes para a volta do fornecimento de energia elétrica, porém ainda não havia sido inaugurado o novo sistema de abastecimento de luz, que serviria a cidade com um motor a diesel localizado na região central de Dourados.

Para o ano de 1956 ficou a promessa de voltar a distribuição de energia elétrica, estava “marcada para sábado de aleluia a inauguração da luz elétrica” (*O Progresso*, 04/03/1956, p. 4).

No que diz respeito ao dinheiro para a construção da nova usina, sabe-se que, como foi dito acima, foi concedido empréstimo do governo do Estado do Mato Grosso, mas identificava-se também que, através do Decreto-Lei municipal n.º 110, de 1º de março de 1956, artigo 2º, após a venda de um trator da prefeitura municipal parte da verba seria aplicada na suplementação das despesas feitas com a montagem da usina elétrica (*O Progresso*, 18/03/1956, p. 3).

Segundo as fontes, a população douradense aguardava ansiosamente a inauguração do motor a diesel e o prefeito Antônio Morais dos Santos convidou a todos

⁵⁴ Em nota d’*O Progresso* (01/01/1956, p. 3) consta que, dentre as aprovações conseguidas pelo Deputado Alberto Monteiro (PSP) junto à Assembleia Legislativa do Estado estava o valor de CR\$ 2.000.000,00 para a reforma dos serviços de luz e força de Dourados.

para participarem deste dia festivo. Em convite publicado na primeira página d' *O Progresso*, o prefeito conclamou a todos para a “inauguração do conjunto fornecedor de luz elétrica desta cidade, no próximo dia 31, às 17h30min da tarde”, informou também sobre a realização de uma benção nas instalações pelo Frei Teodardo e que, após esta, as instalações ficariam expostas à visitação do público (*O Progresso*, 25/03/1956, p. 1).

E assim, como informado no convite, aconteceu a inauguração da “nova” luz elétrica em Dourados, neste dia foi montado um palanque em frente à nova usina, onde algumas autoridades fizeram seus discursos. *O Progresso* (08/04/1956, p. 1) publicou uma nota em destaque sobre o fato: “A inauguração da luz elétrica representa para Dourados um novo marco de progresso e de fé nos destinos de nossa terra”.

A partir desta data o sistema de distribuição de energia passou a ser de responsabilidade do município e feito pela Usina Elétrica Municipal, que funcionava com um motor a óleo diesel, sendo substituída a usina termoelétrica Sen. Filinto Muller, que funcionava à base de lenha e estava desativada desde meados do ano de 1954.

As informações do jornal foram confirmadas e ampliadas em entrevista a mim concedida pelo topógrafo Jamil de Campus Aum⁵⁵, que veio para Dourados em fevereiro de 1957 para trabalhar na Comissão das Estradas de Rodagem – CER. Ele relatou que quando chegou à cidade a distribuição de energia elétrica era fornecida por:

dois motores a diesel, era justamente onde está hoje o escritório da Sanesul, aí era a distribuidora da luz em Dourados, da cidade, cujo pagamento dessas luzes era feito por guia da prefeitura, dos dois motores que funcionava a diesel, [um] de 320 kva outro 275, eu não sei bem certeza mas por aí.

Sobre o funcionamento destes motores e a distribuição de energia elétrica, ele relatou que, mesmo com as novas instalações, o serviço continuava sujeito a interrupções:

era precário este serviço de fornecimento em virtude dos motores a diesel que não aguentava muito em funcionamento e o horário de funcionamento era das 5 [da tarde] às 10 h da noite [...] quando não havia problemas nos motores, entendeu, quando havia problema às vezes ficava uma semana, duas semanas, três semanas às vezes sem funcionar.

A informação de que era a prefeitura a responsável pela distribuição da energia elétrica, a partir da inauguração desta nova usina, corresponde ao que foi estabelecido

⁵⁵ Jamil de Campus Aum. Entrevista em março/2014. Dourados/MS.

pelo Decreto-Lei nº 111, de 1º de março de 1956. Conforme este decreto-lei, no seu artigo 1º, o Serviço Municipal de Fornecimento de Energia Elétrica – S.M.F.E.E. estava subordinado diretamente à prefeitura municipal; pelo artigo 2º caberiam ao poder executivo as providências para o controle, manutenção, produção e economia da força gerada pelo Conjunto Elétrico e pelo parágrafo único o valor cobrado foi fixado em Cr\$ 5,50 por quilowatt⁵⁶.

Este serviço ainda era regido pelo Decreto nº 7, de 31 de março de 1956, que regulamentava o Serviço Municipal de Fornecimento de Energia Elétrica e estava dividido no Título I – da Organização e Fins do Serviço; Título II – Fornecimento de Energia; da Concessão de fornecimento; Controle de fornecimento e cobrança; do horário de funcionamento e das especificações (*O Progresso*, 22/04/1956, p. 2).

Deste decreto é relevante mencionar que o governo municipal, através do S.M.F.E.E., era responsável por adquirir novas unidades geradoras, fazer a prolongação da rede, cuidar da manutenção e conservação do material e que o pagamento do serviço seria feito na tesouraria municipal. Com relação à distribuição da luz e energia seria fornecido entre as 17h30min e as 24 h, com a possibilidade de prolongamento do horário conforme as possibilidades da usina (*O Progresso*, 22/04/1956, p. 4).

⁵⁶ As leis municipais utilizadas neste trabalho estão disponíveis no site da Câmara Municipal de Dourados: www.camaradourados.ms.gov.br

Figura 3: Recibo de pagamento da conta de luz e energia elétrica

Nº 202

Prefeitura Municipal de Dourados
Estado de Mato Grosso

FORNECIMENTO DE LUZ E ENERGIA ELÉTRICA

Consumidor *Francisco Chamorro*
Rua *Saraiá* Nº _____

Exame e aferição de Medidor Monofásico	Cr\$ 10,00	Cr\$ <i>10,00</i>
Exame e aferição de Medidor Trifásico	Cr\$ 30,00	Cr\$ _____
Vistoria em instalação de iluminação. <small>«Cr\$ 5,00 por pendente mínimo Cr\$ 20,00»</small>		Cr\$ <i>8,00</i>
Vistoria em instalação de força motriz. <small>«Cr\$ 2,00 por motor ou aparelhos»</small>		Cr\$ _____
Ligação ou restabelecimento de ligação de luz	Cr\$ 30,00	Cr\$ <i>30,00</i>
Ligação ou restabelecimento de ligação de força	Cr\$ 50,00	Cr\$ _____
Ligação Provisoria para luz	Cr\$ 50,00	Cr\$ _____
Ligação Provisoria para força	Cr\$ 100,00	Cr\$ _____
TOTAL A PAGAR		Cr\$ <i>208,00</i>

RECEBEMOS A QUANTIA ACIMA INDICADA

Dourados, de **PR** de **1956**

Recibos superiores a Cr\$ 30,00 estão devidamente selados

Dourados - Mato Grosso

Fonte: Arquivo pessoal de Francisco Chamorro (Kinho)

Figura 4: Depósito para garantia do consumo de energia elétrica – S.M.F.E.E (1956)

Prefeitura Municipal de Dourados
ESTADO DE MATO GROSSO

SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE LUZ E ENERGIA ELÉTRICA

Deposito de Garantia Cr\$ 200,00

Consumidor *Francisco Chamorro*
Rua *Saraiá* Nº *622*

O consumidor acima nomeado, depositou a quantia supra, para garantia de seu consumo de Energia Elétrica.

Pref. Municipal de Dourados de 1956

Nº 00182

PREFEITURA MUNICIPAL
30 AGO 1956
Dourados - Mato Grosso

Fonte: Arquivo pessoal de Francisco Chamorro (Kinho)

Com relação à usina termoeétrica Filinto Muller, entende-se que desde que ela parou de fornecer energia elétrica este sistema ficou desativado. Logo após a inauguração da usina municipal encontrou-se uma reportagem n' *O Progresso* relatando que o governo do Estado havia nomeado uma comissão para apurar a situação em que a mesma encontrava-se, os pontos para analisar eram:

- 1) Levantamento e inventário da atual existência da Usina e Serraria;
- 2) verificação do material faltante, em confronto com a relação entregue ao governo estadual em 1951;
- 3) Indicação das medidas necessárias para arrecadação desse material desaparecido e responsabilização dos culpados (*O Progresso*, 15/04/1956, p. 1).

Em reportagem de capa e com destaque, *O Progresso* noticiou “Depredação criminoso – Milhões transformados em ferro velho, eis a triste e dolorosa condição da Usina Elétrica, Serraria e oficina Mecânica construída pelo governo federal”. As informações contidas nesta reportagem retratam que a usina havia sido criminosamente destruída, os equipamentos tinham sido quebrados, e devido à cena presenciada a comissão decidiu por convidar uma pessoa “insuspeita” para confirmar a situação, sendo assim chamado o prefeito Antônio Moraes dos Santos que prontamente compareceu (*O Progresso*, 22/04/1956, p. 1).

No entanto, pelo que se percebe pela matéria do jornal acima citada, além da destruição ocorreu também o roubo de máquinas, equipamentos e materiais. Este fato também foi apresentado na entrevista concedida pelo Sr. Jamil de Campos Aum, este contou que quando chegou à cidade, em fevereiro de 1957, ficou instalado por dois anos na antiga usina de força e luz, que já estava:

sem qualquer movimento de função porque já não existia nem maquinário, mas não sei quem que levou, sumiram de lá, aquele material foi sumido sabe, ficou apenas a chaminé e uns pedaços de máquinas, já não tinha mais nada, era ferro velho que existia lá.

Compreende-se que a antiga usina abrigou por algum tempo os funcionários da CER e que ela já não possuía mais equipamentos, o que comprometia a sua restauração e até a própria possibilidade dela voltar a funcionar como termoeétrica.

O periódico *O Progresso*, no ano de 1957, passou por mudanças de redatores, e como consequência as publicações deixaram de atacar tão criticamente as ações da

prefeitura, sendo colocados de forma mais tênue. Menciona-se também que a partir deste ano o jornal passou a divulgar as leis, decretos, licitações, entre outras publicações da prefeitura, o que se constituía em importante fonte de renda para o jornal, o que de certa forma balizava a relação do jornal com a prefeitura de Dourados, porém ainda era um espaço para servir aos interesses do seu fundador e respectivo grupo político (ALÉM, 2011, p. 75).

Sobre a pesquisa que realizei nas publicações do jornal *O Progresso*, entre os anos de 1957 e 1962, aponta-se que não foi possível encontrar todas as publicações deste período e que o jornal teve uma interrupção em sua veiculação de aproximadamente 17 meses, entre final de agosto de 1960 e início de fevereiro de 1962. Quando o periódico voltou a circular, Weimar Torres retomou o posto de diretor e o vice-diretor era Vlademiro do Amaral, as publicações passaram a ter seis páginas, com espaço para peças publicitárias e divulgação de propagandas das mais diversas (ALÉM, 2011, p. 66).

Levando em consideração estes fatos os resultados da pesquisa ficaram escassos, pois foram encontradas poucas notícias sobre o fornecimento de energia elétrica entre os anos de 1957-1962, e conseqüentemente algumas informações não foram completas, deixando lacunas.

Sobre as informações encontradas temos que em 1957 a publicação relevante foi sobre a compra de um novo conjunto motor para a Usina Municipal. Conforme a ata da Câmara Municipal do dia 20 de fevereiro de 1957 havia sido aprovado o projeto de lei que abria crédito para a aquisição e instalação do novo conjunto Diesel-elétrico (*O Progresso* 10/03/1957, p. 4). Posteriormente foi criada a Lei nº 141, de 3 de maio de 1957, que autorizava o poder executivo a adquirir um novo conjunto diesel para a usina elétrica (*O Progresso* 12/05/1957, p. 4). Não foi possível confirmar a compra deste novo motor.

Durante o ano de 1958 as reportagens que circularam neste periódico relacionadas à energia elétrica estavam associadas à destinação de verbas para melhoramento da distribuição de luz e a possível reforma da usina termoelétrica Filinto Muller.

Em nota n' *O Progresso* (09/11/1958, p. 1), o governador João Ponce de Arruda⁵⁷ informou que a Comissão de Orçamento aprovou uma emenda concedendo

⁵⁷ Seu mandato foi de 1956-1961. Era membro do PSD.

melhoramentos no fornecimento de luz no estado, sendo que para Dourados foram destinados dez milhões de cruzeiros para este serviço.

Sobre a *usina velha*⁵⁸ a promessa do governador era de que ela seria reformada e para isto enviou a Dourados o técnico João Hughes, que residia em Campo Grande, para fazer o orçamento da reforma. Com a reativação da usina existiria a “possibilidade dela funcionar juntamente com os motores da prefeitura, aumentando o potencial de energia elétrica a ser fornecida à cidade” (*O Progresso*, 23/11/1958, p. 1).

Sobre este fato *O Progresso* (08/02/1959, p. 1) publicou que o “Sr. João Hughes Filho contratou com o governo do Estado, através da Comissão de Planejamento da Produção, a reforma e a recuperação da Usina Elétrica Filinto Muller”. Nesta mesma nota foi apontada a expectativa de que, com a reforma da *usina velha* e mais o conjunto diesel, o problema da luz em Dourados seria resolvido.

Durante a pesquisa não foi encontrada nenhuma informação confirmando se de fato se iniciou a reforma da usina Filinto Muller, mas os dados levantados mostram que tal fato não aconteceu.

No início de 1959 foi divulgada a notícia sobre a chegada de um novo motor para a usina elétrica municipal. Este havia sido doado pelo governo do estado e deveria ser instalado pelo engenheiro Mandelick, chefe da Comissão de Estradas de Rodagem – C.E.R. (*O Progresso*, 01/02/1959, p. 1). Pelo que se deduz, este novo motor deveria substituir os antigos, que estavam em uso desde 1956.

Sobre este motor identifica-se que foi doado durante a administração do governador João Ponce de Arruda e que no mês de abril ainda não estava instalado, pois na coluna *Peneirando* foi mencionado que: “o gerador enviado a esta cidade continua apanhando chuva, sem dar à luz. Dê ordem para melhorar nossa luz, senhor governador” (*O Progresso*, 26/04/1959, p. 4). Este motor era da Cemate⁵⁹ e foi autorizada a sua instalação na usina municipal (*O Progresso*, 10/05/1959, p. 1).

Considerando a nota “A luz em Dourados anda tão fraca que é preciso acender uma vela para ver se uma lâmpada está acesa” (*O Progresso*, 10/05/1959, p. 1) compreende-se que o sistema de fornecimento da luz elétrica continuava precário.

Conforme as notícias do periódico, durante o mês de junho o novo motor não estava instalado e eram os presos que estavam ajudando no assentamento da base para o

⁵⁸ Como já existia outra usina na cidade, a partir deste momento, para me referir à “Usina Termoelétrica Filinto Muller”, utilizo o termo *usina velha*.

⁵⁹ Centrais Elétricas Matogrossenses.

motor (*O Progresso*, 28/06/1959, p. 1). No mês de agosto foi relatado que a usina permanecia em obra e que a Cemat havia entregado 90 mil cruzeiros para a prefeitura custear a obra de instalação do motor (*O Progresso*, 30/08/1959, p. 1).

No entanto, não foi possível descobrir, pela pesquisa no jornal, se e quando ocorreu a instalação completa do motor e quando começou seu funcionamento na usina municipal.

O ano de 1960 era de eleição para governador do Estado e, seguindo as características das notas do ano anterior, de enaltecimento das ações do governador João Ponce de Arruda, as publicações de *O Progresso* de 1960 continuaram marcadas por uma constante campanha para Filinto Muller, então candidato a governador pelo PSD⁶⁰, como apresenta a nota que segue abaixo:

No setor de energia elétrica [Filinto] fez doação de um conjunto gerador à Prefeitura Municipal no momento em que nossa luz estava em colapso. E, agora vem de reconstruir a Usina Filinto Muller recebida completamente depredada do governo passado (*O Progresso*, 31/01/1960, p. 1)⁶¹.

Em razão desta preocupação eleitoral e devido ao fato do jornal sofrer uma interrupção nas suas publicações neste ano, não foi encontrada nenhuma informação relevante sobre o sistema de fornecimento de energia elétrica em 1960.

Durante o ano de 1961 a câmara municipal, através da Lei nº 278, de 26 de maio de 1961, alterou o valor cobrado dos serviços de energia elétrica, sendo que, conforme o artigo 1º desta lei ficou estipulado o valor de 12,00 cruzeiros o custo do KW/hora.

Em 1962 a prefeitura publicou uma nota sobre a administração do prefeito Jonas Francisco Dourado⁶², afirmando que haviam sido comprados materiais para a renovação e conservação da rede de energia e que o gerador de luz do município estava inativo, mas que seria recuperado brevemente (*O Progresso*, 30/09/1962, p. 1).

A reportagem publicada sob o título “Balanço das reivindicações da cidade” citou o problema da luz elétrica e que a situação era: “temos dois pequenos motores quase inúteis. Um grande motor está em instalação pela Cemat” (*O Progresso*, 18/11/1962, p. 1). Devido à falta de maiores informações nas páginas do jornal, como já

⁶⁰ Foi derrotado por Fernando Côrrea da Costa/UDN.

⁶¹ Ressalte-se que nesta pesquisa não foi possível identificar o que a matéria acima quis dizer ao afirmar que Filinto “vem de reconstruir a Usina Filinto Muller”.

⁶² Era presidente da câmara municipal e substituiu o então prefeito Vivaldi de Oliveira, que saiu candidato a deputado estadual. Seu mandato foi entre agosto e outubro de 1962 (LUCIANO, 2006, p. 85).

foi mencionado, não é possível saber se esse “grande motor” era o mesmo do qual se falava no final do mandato de Ponce de Arruda ou se era um outro equipamento.

Compreende-se assim que, mesmo com a criação da usina elétrica municipal, que funcionava com os motores a diesel, o problema da distribuição da energia elétrica não foi resolvido na cidade. A capacidade dos motores era fraca e sofria com problemas de manutenção, pois as peças eram compradas em São Paulo e Rio de Janeiro, além do fato de a prefeitura municipal não dispor de dinheiro suficiente e o governo do estado não enviar regularmente as quantias para a manutenção e compra dos motores.

2.5 - Dos novos conjuntos geradores de energia elétrica à chegada da energia produzida pela Hidrelétrica de Urubupungá

O ano de 1963 iniciou-se com críticas ao fornecimento de energia elétrica em Dourados pelo *O Progresso* (13/01/1963, p. 2). Na coluna *Perguntas cretinas*, questionava-se “Você acha que funcionará o motor da luz o mês que vem?” E na coluna *Dicionário Douradense* mencionava-se “Luz: divide-se em dois tipos, natural e artificial. A primeira, graças a Deus, dura 16 horas por dia. A segunda, graças aos homens, vem quando quer e por algumas horas. Esta é paga”.

A prefeitura de Dourados tinha dificuldade em fazer a manutenção da rede elétrica, o que provocava interrupções no fornecimento de luz. Analisando-se a ata da câmara municipal do dia 20 de fevereiro de 1963 entende-se que uma das medidas tomadas para regularizar este sistema foi o aumento do preço do Kw/h⁶³, solicitação esta feita pelo prefeito; a outra decisão tomada foi de enviar a Cuiabá dois vereadores para tratar com a direção da Cemat a possibilidade de transferir a usina elétrica para a companhia. As duas medidas foram aprovadas por unanimidade pela casa (*O Progresso*, 31/03/1963, p. 5). Apesar da tentativa, esta foi infrutífera, pois a Cemat e o governador⁶⁴ não aceitaram receber o serviço de eletricidade, alegando que já tinham prejuízos com esta tarefa em outros municípios (*O Progresso*, 12/05/1963, p. 1).

O início de uma possível melhora no sistema de energia elétrica foi repassado pelo prefeito Napoleão Francisco de Souza⁶⁵. Ele informou sobre um convênio firmado

⁶³ Lei nº 357, de 25 de julho de 1963, alterou os valores das taxas de iluminação pública, sendo o valor estipulado em Cr\$ 30,00 o KW/h de energia, conforme art. 1º (*O Progresso*, 28/07/1963, p. 6).

⁶⁴O governador era Fernando Côrrea da Costa e seu segundo mandato foi de 1961-1966.

⁶⁵ Seu mandato foi de 1963-1967. Era membro do Partido Trabalhista Brasileiro/PTB.

entre a prefeitura e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Fronteira Sudoeste/SPVERSUD e que dentre os setores que receberiam investimentos estava o de eletrificação, com o montante de 27 milhões de cruzeiros para aplicar na rede elétrica da cidade (*O Progresso*, 12/05/1963, p. 1).

Para melhora do sistema era necessário uma reforma da rede elétrica e a prefeitura municipal publicou o edital de concorrência pública nº 2/63 para os interessados no fornecimento de postes de aroeira (*O Progresso*, 04/08/1963, p. 2).

O problema da energia elétrica era algo constantemente criticado pelo *O Progresso* e o grupo político do qual fazia parte, e com o objetivo de obter informações a respeito do fornecimento de luz e energia elétrica da cidade o diretor, fundador do jornal e deputado Weimar Gonçalves Torres enviou um ofício ao governador Fernando Côrrea da Costa.

Analisando-se a resposta enviada pelo governador destaca-se que: o grupo gerador diesel de 880 KWA, marca SGCM, adquirido das Centrais Elétricas de Minas Gerais S/A pela Cemat, já estava instalado desde março de 1963 na cidade e a construção civil havia sido realizada sob contrato com a firma Sotec Ltda. As providências para que a usina entrasse em funcionamento eram: construção da linha de transmissão; a reforma geral da rede de distribuição da cidade; assinatura de um comodato com a prefeitura, a qual se responsabilizaria pelo ônus do funcionamento; a Cemat pagaria o encarregado pela usina e a absorção do sistema de Dourados era prevista pela chegada da energia do Mimoso⁶⁶. Informou ainda que para iniciar as obras a prefeitura havia recebido um montante da SPVERSUD e que tinha orientado o prefeito a obter informações sobre o projeto com a firma Cuomo & Fucks, que já tinha desenvolvido projetos na região (*O Progresso*, 20/10/1963, p. 1). Supõe-se que, ao mencionar o “grupo gerador diesel”, o governador estava referindo-se ao “grande motor” que, segundo acima citado, estava sendo instalado em Dourados pela Cemat em novembro de 1962. Além disso, é muito importante assinalar que, conforme informações posteriores (ver adiante), o conjunto gerador mencionado pelo governador foi instalado não no centro da cidade, mas sim na “antiga” usina, isto é, a Usina Filinto Müller.

⁶⁶ A Usina do Mimoso, construída no Rio Pardo, foi um empreendimento da Cemat e iniciou seu funcionamento em 1969, seu principal objetivo era suprir a falta de energia em Campo Grande (RECH, 2010, p. 113-114).

Outra informação sobre o serviço de energia nesta edição d’*O Progresso* foi a publicação da Emenda federal 49.804⁶⁷, que destinava um valor de Cr\$ 180.000.000,00 “para despesas de qualquer natureza com os serviços de energia elétrica na cidade de Dourados” (*O Progresso*, 20/10/1963, p. 1).

Terminado o ano de 1963 o problema da luz elétrica não foi resolvido, continuavam a funcionar precariamente os motores da usina elétrica municipal e sem completar a instalação do motor doado pela Cemat. Este fato foi noticiado na 1ª edição d’*O Progresso* em 1964:

Agora mesmo a cidade tem penado na escuridão. Enquanto isso, um magnífico grupo gerador da CEMAT **está instalado na antiga Usina Filinto Muller, há mais de um ano**, faltando apenas instalar o seu sistema de refrigeração e ajustar a rede de alta tensão para que Dourados tenha luz suficiente para a atual demanda de energia (*O Progresso*, 05/01/1964, p. 1; destaques meus).

Após uma década foi retomado o pedido de “Queremos Luz” nas páginas d’*O Progresso*. Em reportagem de capa intitulada “Queremos luz: brada o povo douradense”, publicada no dia 26/01/1964, foram feitas críticas às “promessas não cumpridas do governador” e clamado ao prefeito municipal “que tome providências urgentes”.

Além das críticas a reportagem mencionava os prejuízos que acarretava à cidade a falta de luz, acrescentando que o povo douradense organizou uma “mesa redonda” e tomou as ruas com cartazes pedindo providências urgentemente para o problema de energia elétrica (*O Progresso* 26/01/1964, p. 1).

Seguiram publicações n’*O Progresso* sobre o problema da luz em Dourados. Ressalta-se que ainda estava em funcionamento a usina elétrica municipal, mas de forma bem precária. As notícias dão enfoque principalmente para a falta de providências do governador sobre o término da instalação do grupo gerador doado pela Cemat, o qual foi apelidado de *Fernandão*.

Com relação às críticas feitas ao governador udenista Fernando Corrêa da Costa, é importante frisar que este havia disputado as eleições em 1960 com Filinto Muller, membro do PSD, partido político do diretor fundador d’*O Progresso*, Sr. Weimar Gonçalves Torres:

⁶⁷Emenda proposta pelo deputado Wilson Barbosa Martins/UDN.

Tal postura frente ao governador do estado fazia sentido se pensarmos as eleições para o executivo estadual em 1960, momento em que Filinto Muller, *chefe* do PSD no Mato Grosso, perdia as eleições para Fernando Côrrea da Costa, da UDN. Portanto, tal derrota devia ter causado um constrangimento a Weimar em noticiar as ações de Fernando Côrrea da Costa, o que poderia gerar retaliações por parte de seu principal e mais *ilustre* aliado, Filinto Muller (ALÉM, 2011, p. 79).

No dia 22/03/1964, p. 1, foi publicada a nota “O Fernandão vai funcionar” n’*O Progresso*, relatando que estavam em Dourados técnicos da Cemat para colocar em funcionamento o grupo gerador que há tempo era motivo de discussão na cidade.

Após a chegada dos técnicos da Cemat o *Fernandão* funcionou por um tempo a “título de experiência” (*O Progresso*, 05/04/1964, p. 1), porém logo parou de funcionar.

Como apresentado na nota anterior o que estava em funcionamento era o motor da Cemat, sendo que para fornecer a luz era preciso estar pronto também o gerador e isto estava previsto para o dia 10 de agosto (*O Progresso*, 23/07/1964, p. 1).

Percebe-se que durante o ano de 1964 as publicações d’*O Progresso* permaneceram no mesmo sentido, ou seja, indicando as dificuldades da prefeitura em resolver este problema e cobrando medidas de ajuda do governo estadual. As notícias sobre este tema foram encontradas tanto em notas publicadas pelos redatores do jornal como nas atas da câmara municipal.

A câmara municipal realizou sessões ordinárias e extraordinárias para discutir o tema da energia elétrica em Dourados e, conforme as atas, observa-se que existia uma constante participação da população, principalmente das pessoas envolvidas na política, do Rotary e das Associações.

Pelas reportagens averiguadas entende-se que existiu o chamado “jogo de empurra” entre o governo do Estado e a prefeitura municipal no sentido de resolver o problema, sendo que ao primeiro caberia a instalação do gerador e à segunda a organização da rede elétrica. Esta questão foi anunciada pelo *O Progresso* (05/07/1964, p. 1) com a nota de capa “Já funcionando o motor da Cemat! É chegado o momento da Prefeitura empenhar todos os esforços para dar solução ao problema da luz elétrica em Dourados”, e a informação da coluna *Trampolim de notícias* era de que a Cemat “já colocou o grande motor ‘Fernandão ou 3 de junho’ em funcionamento. A ligação com a rede elétrica das ruas da cidade é tarefa da prefeitura”.

No que se refere às ações da prefeitura, em entrevista ao periódico o secretário geral Ruy Gomes informou que: “Prosseguem estudos, com um especialista, para

melhoria da rede elétrica de Dourados, para que o racionamento cesse tão logo seja feita a ligação, pela Cemat, da rede de alta tensão até a Rua Rio Grande do Sul [atual Weimar Torres]” (*O Progresso*, 23/09/1964, p. 1).

A partir do final de outubro *O Progresso* utilizou-se de dados fornecidos pela prefeitura municipal e publicou a coluna *A verdade tal como ela é*, relatando os gastos e o que estava realizando a administração municipal. Foi apresentado o balanço dos gastos com este setor entre janeiro e setembro de 1964.

Deste balanço destaca-se que a diferença entre a arrecadação e os gastos da prefeitura com o sistema de energia elétrica deixou um déficit de Cr\$ 9.303.764,50. Com relação ao convênio firmado pela prefeitura com a SPVERSUD informou que: “existe, portanto, um saldo de Cr\$ 17.300.842,00 (dezessete milhões, trezentos mil e oitocentos e quarenta e dois cruzeiros) a aplicar-se, no momento exato, em benefício do melhoramento da nossa deficientíssima energia elétrica” (*O Progresso*, 31/10/1964, p. 5).

Analisando-se as informações dos redatores d’*O Progresso*, as atas da câmara municipal e levando-se em consideração que o discurso do periódico era de defender a prefeitura e de criticar o governo do estado, compreende-se que não existia um acordo firmado entre o município e o estado, o que dificultava resolver o problema da luz. Enfatiza-se novamente que Dourados não ficou sem luz elétrica, mas o abastecimento nas casas e nas ruas era falho.

Iniciando o mês de dezembro o periódico publicou em matéria de capa: “A Prefeitura não mais espera pela Cemat: vai reformar a rede elétrica por conta própria”. Conforme a reportagem o secretário geral Ruy Gomes já estava em São Paulo para adquirir fios e transformadores para a reforma e, como forma de agilizar a chegada dos materiais, havia levado um caminhão (*O Progresso*, 05/12/1964, p. 1).

Novamente a promessa de resolver o problema da energia elétrica foi divulgada e agora os méritos estavam voltados para o Sr. Ruy Gomes, que tinha voltado de viagem com o material necessário, a prefeitura já tinha contratado um técnico e “na próxima segunda-feira, impreterivelmente, terão início os trabalhos de recuperação da atual rede elétrica da cidade” (*O Progresso*, 12/12/1964, p. 1).

As providências tomadas pela prefeitura municipal foram apresentadas na coluna *A verdade tal como ela é*, a qual descreveu os materiais comprados e aproveitou para esclarecer que:

Assim a Prefeitura tomou as providências para evitar o colapso total no fornecimento de energia elétrica, adquirindo os materiais indispensáveis para segurança não só do fornecimento de Luz, como também do material, sem com isto quebrar os entendimentos tratados com a Cemat, cujos materiais adquiridos em São Paulo e já em nosso poder (*O Progresso*, 16/12/1964, p. 2).

Encerrando o ano de 1964, os indicativos eram de que em 1965 o fornecimento da luz elétrica iria melhorar, pois os operários da prefeitura estavam trabalhando para colocação de “novos postes da rede elétrica que receberão os novos transformadores adquiridos e a nova linha de alta tensão” (*O Progresso*, 26/12/1964, p. 1).

Segundo as fontes, a perspectiva de uma melhora no fornecimento de energia elétrica aumentou após a conversa que os representantes das entidades, do legislativo e do executivo douradense tiveram com o Dr. Victor de Andrade Brito, chefe superior da Cemat. A solução definitiva seria somente com a energia da hidrelétrica de Urubupungá (que estava sendo construída naquela época no rio Paraná), porém para resolver imediatamente a situação de racionamento de energia a Cemat e a prefeitura fizeram acordos para manter em funcionamento o sistema diesel da cidade (*O Progresso*, 06/01/1965, p. 1).

Uma das dificuldades apresentadas pela prefeitura municipal para manter em funcionamento a luz elétrica era com relação aos gastos, pois existia um déficit, ou seja, as despesas eram maiores do que as receitas. Para o executivo municipal a solução era aumentar a taxa de energia, e propôs para a câmara municipal que aprovasse uma lei sobre tal medida.

As discussões realizadas na câmara municipal foram constantemente veiculadas pelo periódico, sendo aprovada tal medida pelo legislativo através da lei nº 472, de 3 de maio de 1965, que estabeleceu, conforme artigo 1º, o valor de Cr\$ 100,00 o KW/hora.

A reforma da rede de energia elétrica foi concluída no início do mês de abril, faltando apenas o *Fernandão* funcionar, responsabilidade esta da Cemat (*O Progresso*, 03/04/1965, p. 4).

Sem fazer uma reportagem de capa, apenas utilizando de suas colunas, foi noticiado pelo jornal o funcionamento do motor: “O Fernandão roncou bonito. Parece que agora teremos luz de verdade, pois a prefeitura e a Cemat acertaram os ponteiros”; e “O Fernandão está mandando brasa. Agora sim, vamos parabenizar o prefeito e pagar a luz mais cara, sem chorar” (*O Progresso*, 01/05/1965, p. 1).

Com relação ao funcionamento do motor *Fernandão*, D^a Ercília Pompeu (2005) em uma entrevista contou que:

já quando era governador Fernando Côrrea da Costa ele mandou dois motores a óleo diesel que a gente chamava o *Fernandão*, que funcionava, então a Usina de iluminação já era mais extensa a área onde podia levar a iluminação, mas o período era só este, das 7 às 11 h⁶⁸, o *Fernandão* funcionava assim de motor a diesel. Ficou com o nome *Fernandão* porque foi Fernando Côrrea da Costa que trouxe, então tinha o nome de *Fernandão*, ah o *Fernandão* já vai funcionar, ah o *Fernandão* já vai desligar, era como todo mundo falava (POMPEU, 2005).

A partir do dia 04/10/1965, o fornecimento de energia foi disponibilizado no período matutino das 8 h às 10 h e no vespertino das 18 h às 24 h (*O Progresso*, 06/11/1965, p. 1).

Nesta história é relevante destacar que a *usina velha*, que por aproximadamente uma década ficou sem distribuir energia elétrica, neste momento foi reativada, não funcionando mais com o motor a vapor, mas sim através do motor a óleo diesel, já que este local foi adaptado para que o *Fernandão* fosse ali instalado.

O sistema de distribuição de energia elétrica havia melhorado, porém permaneciam os pedidos de mais investimentos para este setor em Dourados. A solicitação foi feita ao Ministro de Minas e Energia, Mauro Thibau, que esteve em Campo Grande numa reunião com chefes executivos municipais, o governador do Estado e deputados estaduais e federais. As promessas feitas pelo ministro eram de que:

irá autorizar, de imediato, o pagamento da verba pleiteada, que virá toda ela em material elétrico, para a reforma da rede da “cidade progresso”⁶⁹. Prometeu ainda a imediata liberação de uma verba de 190 milhões, destinada à construção da linha de transmissão entre Dourados e a Hidrelétrica do Mimoso (*O Progresso*, 26/05/1965, p. 1).

Devido à melhora no funcionamento da energia elétrica e na expectativa da chegada de novos materiais elétricos, foi anunciada a realização da extensão da rede elétrica até o bairro da Cabeceira Alegre (*O Progresso*, 5 de julho de 1965, p. 1). Sobre esta extensão aponta-se que a prefeitura municipal organizou uma campanha de doação de postes, pois o objetivo era que fossem instalados postes de cimento, tipo Cavan, o que proporcionaria um maior embelezamento da cidade. Os doadores deveriam entrar

⁶⁸ Pelo que se deduz, a entrevistada refere-se neste caso ao período noturno (das 19 h às 23 h).

⁶⁹ “Cidade Progresso” foi um dos cognomes de Dourados na década de 1960.

em contato com a prefeitura para tomarem conhecimento dos preços (*O Progresso*, 16/06/1965, p. 1).

Na tentativa de melhorar os problemas urbanos ligados à energia, água, esgoto e assistência social, a câmara municipal autorizou a criação de uma comissão especial para tratar destes assuntos diretamente em São Paulo e Brasília (*O Progresso*, 10/11/1965, p. 1).

Destaca-se também que outra medida tomada pela câmara municipal foi a Lei nº 518, de 29 de outubro de 1965, que autorizava à prefeitura municipal a abertura de um crédito no valor de Cr\$ 20.000.000,00 para atender às despesas do Serviço Público Municipal e a Usina Elétrica (*O Progresso*, 10/11/1965, p. 5).

Em publicação comemorativa do aniversário de Dourados compreende-se que, no que se refere ao setor de energia elétrica, a cidade terminou o ano de 1965 atendendo 1.500 prédios pela rede de energia e que este serviço estava “quase solucionado, estando a Prefeitura, construindo uma grande extensão da sua rede distribuidora de energia, bem como equipando” (*O Progresso*, 20/12/1965, p. 3).

Outra nota publicada sobre este setor foi de que já estava disponibilizada a verba do Ministério das Minas e Energia, no valor de Cr\$ 190.000.000,00 valor este que deveria ser retirado em equipamentos através da Cemat (*O Progresso*, 20/12/1965, p. 1 – Segundo Caderno).

Diferentemente do que acontecia nas publicações de finais de ano, ao encerrar-se o ano de 1965 não foi enfatizado de forma negativa o problema da distribuição de energia elétrica, sendo considerado um problema quase resolvido.

Analisando-se a publicação do dia 20/12/1965, em conjunto com as anteriores, percebe-se que o periódico tornou-se um “boletim informativo da Prefeitura Municipal”, apresentando nas suas publicações, frequentemente, notícias do que estava desenvolvendo o prefeito e seu secretário, e estas elogiavam tal administração.

As reportagens publicadas pelo *O Progresso* durante o ano de 1966 foram bem diferentes do que apresentavam as últimas edições de 1965 sobre o sistema de distribuição de energia elétrica na cidade, pois os motores da usina elétrica Municipal e o motor da Cemat chamado de *Fernandão*, instalado na usina Filinto Muller, tiveram problemas no decorrer do ano.

A princípio os problemas de distribuição, “que estavam quase resolvidos”, seriam solucionados completamente, pois, como foi anunciado, Dourados tinha recebido verba do governo federal para melhorar o sistema de energia elétrica. O

prefeito Napoleão relatou que, quando foi a Cuiabá, a “Cemat assinou um convênio com o Ministério de Minas e Energia, através do qual fará a remodelação da rede de abastecimento de energia da cidade. Ainda a Cemat, empregará na Avenida Marcelino Pires, 100 postes de concreto em substituição aos atuais” (*O Progresso*, 01/01/1966, p. 1).

A expectativa da reforma da rede elétrica aumentou com a notícia de que o material para tal obra já estava em Campo Grande, a promessa era de que com o reaparelhamento da rede ela seria estendida e o serviço seria melhor distribuído (*O Progresso*, 05/03/1966, p. 1). Em meados de abril foi publicada a notícia de que os postes de cimento para tal reforma estavam chegando a Itahum pela Estrada de Ferro Noroeste Brasil (*O Progresso*, 13/04/1966, p. 5).

Entretanto, no início do mês de abril, após um desentendimento entre o chefe do executivo municipal e o da Cemat, os problemas relacionados ao setor de energia elétrica tornaram-se evidentes nas reportagens d’*O Progresso*.

Os materiais que estavam “quase chegando” não chegaram e como consequência os problemas aumentaram. A câmara municipal discutiu a respeito da verba de 190 milhões⁷⁰, pois a Cemat culpava o prefeito pela falha na chegada dos materiais na cidade e este culpava a instituição por adquirir materiais erroneamente e que ainda estava faltando gastar 5 milhões de cruzeiros (*O Progresso*, 11/06/1966, p. 1).

A comissão dos vereadores elaborou um documento com os pontos mais importantes sobre a situação da energia elétrica na cidade para entregar ao governador Pedro Pedrossian⁷¹, como: o problema da verba de 190 milhões de cruzeiros, os gastos com a manutenção do motor da Cemat e os desentendimentos entre a prefeitura e a Cemat (*O Progresso*, 29/06/1966, p. 1 e 2).

A resposta do governador foi promissora para o setor de energia elétrica, pois concedeu dez milhões de cruzeiros para a reforma dos dois motores da prefeitura municipal e também providenciou junto à Cemat medidas concretas para a reforma da rede elétrica e que esta colaborasse efetivamente na manutenção do motor da Usina Filinto Muller (*O Progresso*, 29/06/1966, p. 1).

⁷⁰ Conforme a ata da 111ª Sessão ordinária da Câmara Municipal, foram feitos questionamentos sobre tal verba e aprovada a ida para Cuiabá de uma comissão de vereadores para conversar sobre este assunto diretamente com o governador do Estado, Pedro Pedrossian (*O Progresso*, 15/06/1966, p. 2).

⁷¹ Eleito pela coligação PSD/PTB, seu mandato foi de 1966-1971.

Enquanto eram discutidas as questões da prefeitura municipal e da Cemat foi divulgado o convênio com o INDA⁷² para o recebimento de 3 bilhões de cruzeiros para a construção da linha de transmissão, entre Campo Grande e Dourados, da energia de Urubupungá (*O Progresso*, 22/06/1966, p. 1).

As promessas do governador recém chegaram a Dourados e outro problema foi apresentado pelo chefe do executivo municipal: agora era o motor da Usina Filinto Muller, o *Fernandão*, que apresentava uma falha. Informou que enquanto o técnico da Cemat não terminasse o conserto a cidade estaria num período de racionamento de energia, pois funcionavam apenas os motores da usina municipal (*O Progresso*, 06/07/1966, p. 5).

Com a demora em consertar o *Fernandão*, as críticas sobre as atividades da Cemat em Dourados ocuparam por diversas semanas as páginas d'*O Progresso*. É relevante mencionar que nestas críticas não se fazia referência negativa à administração do governador do Estado, Sr. Pedro Pedrossian (PSD), e sim, ao contrário, era apresentado que este se dispôs a ajudar a cidade, sendo citado algumas vezes que os problemas decorriam da administração passada.

Nas publicações d'*O Progresso* estava o quadro *In vino veritas*, que apresentava a conversa do Colono com o Zé Pinga sobre o que estava acontecendo na cidade. Sobre a situação vivenciada por Dourados naquele momento a fala foi a seguinte:

COLONO – Você viu a inovação que a Prefeitura adotou por causa da Cemat, cumpadre?

ZÉ PINGA — Se vi cumpadre. A gente vai pagar a conta da luz e recebe o troco em velas (*O Progresso*, 31/08/1966, p. 1).

No dia 03/09/1966, em reportagem de capa, *O Progresso* informou que os técnicos da Cemat estavam realizando uma revisão no motor da Usina Filinto Muller e anunciaram que dentro de 20 dias o *Fernandão* voltaria a funcionar. Outras atividades dos técnicos eram a renovação da rede e a construção da primeira torre da linha de transmissão entre Campo Grande – Dourados. Esta última ficou pronta um pouco antes do final do mês de setembro, porém a reforma do *Fernandão* não estava concluída (*O Progresso*, 24/09/1966, p. 1).

No início de outubro as expectativas na melhoria no fornecimento da energia elétrica na cidade aumentaram, pois o *Fernandão* estava quase pronto e o prefeito

⁷²Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário.

estava disposto a aceitar a ajuda oferecida pela Cemat na reforma dos motores da prefeitura municipal (*O Progresso*, 05/10/1966, p. 1).

“A cidade toda iluminada”: foi com esta frase que, em reportagem de capa, *O Progresso* noticiou a volta do funcionamento da *Fernandão*. As críticas constantes transformaram-se em elogios à Cemat, bem como ressaltaram a participação ativa dos vereadores e do periódico nesta “luta” em prol da volta do funcionamento do motor da Cemat. Novamente foi informado que o executivo municipal tinha interesse que a Cemat reformasse os motores da usina municipal que durante este período funcionou para manter a cidade iluminada; falou-se também sobre a reforma que estava sendo feita na rede de distribuição e as ações da empresa Nativa, que fazia o serviço de posteamento em Dourados (*O Progresso*, 12/10/1966, p. 1).

Pesquisando nas publicações que seguiram após a volta do funcionamento do motor da Cemat, pontua-se que permaneceram os elogios às atividades da instituição em Dourados e enfatizavam também as ações da empresa Nativa, trabalho este ligado ao aperfeiçoamento do sistema de distribuição de energia elétrica.

Diante destes fatos noticiados o cenário do setor de energia elétrica era promissor. No final do ano de 1966 foi aprovada pela Câmara e sancionada pelo prefeito municipal de Dourados a lei nº 635, de 26 de dezembro de 1966, que estabelecia:

Artigo 1º Fica o Sr. Prefeito Municipal de Dourados, autorizado a doar sem ônus, para a Centrais Elétricas Matogrossense (Cemat), todo o acervo da Usina Elétrica Municipal;

§ Único — As condições para a doação serão estipulados pelo snr. Prefeito Municipal, e uma Comissão do Legislativo Municipal (*O Progresso*, 28/12/1966, p. 6).

Essa operação de doação, no entanto, somente seria concretizada, com algumas modificações, cerca de dois anos mais tarde, conforme será visto adiante neste trabalho.

Nas primeiras edições d’*O Progresso* de 1967 foram poucas as reportagens que tiveram como tema a energia elétrica na cidade e sem informações sobre possíveis problemas na distribuição deste sistema.

Os primeiros problemas relatados foram encontrados na ata da 3ª sessão ordinária da câmara municipal. Os vereadores questionaram a paralisação das atividades da empresa Nativa e a demora da Cemat em terminar a reforma do motor da usina municipal. Os vereadores solicitaram que o prefeito municipal enviasse um telegrama à Cemat para esclarecimento dos fatos (*O Progresso* 15/03/1967, p. 2).

Os indícios eram de que Dourados passava por dificuldades no fornecimento de energia elétrica e a confirmação do problema deste setor tornou-se mais evidente, pois, para manter o sistema de fornecimento de energia elétrica, o executivo municipal solicitou que “nos períodos noturnos, não se usassem máquinas pesadas, nem tão pouco acelerassem o consumo e isto porque o *Fernandão* não está suportando o peso da carga de distribuição” (*O Progresso*, 03/05/1967, p. 1).

Os serviços da empresa Nativa foram retomados em meados de maio, a rede da Marcelino Pires já estava concluída, mas era preciso continuar os trabalhos da reforma da rede (*O Progresso*, 17/05/1967, p. 1).

Analisando as informações encontradas n’*O Progresso* entende-se que o fornecimento de luz elétrica em meados de 1967 era deficiente, pois o *Fernandão* estava com problemas, os motores da usina municipal não estavam prontos, a nova rede estava sendo concluída pela empresa Nativa e ainda aguardavam a confirmação da chegada de mais um motor que havia sido prometido pelo governador.

Ao mesmo tempo em que o periódico apresentava estes problemas também enfatizava que o novo prefeito, Totó Câmara⁷³, estava trabalhando em prol da melhora deste setor e que confiavam nas promessas do governador.

Em outubro foi anunciado que o governador encaminhou a Dourados os técnicos da Cemat para a instalação de um motor de 1.000 KVA e que a instituição tinha alugado os barracões da I. J. B Duarte para a instalação do equipamento (*O Progresso*, 14/10/1967, p. 1).

A inauguração do “conjunto gerador II” estava incluída na programação do aniversário da cidade. Na publicação comemorativa dos “32 anos de Dourados” foi informado que “a rede de distribuição urbana que tantas promessas do passado já provocavam a descrença geral aí está funcionando plenamente em sua esplendorosa afirmação de beleza e de eficiência” (*O Progresso*, 20/12/1967, p. 1).

Nesta mesma edição foi divulgado que o engenheiro Fernando de Paula Delgado, que trabalhava na instalação do novo motor, permaneceria na cidade para regularizar o fornecimento de energia e melhoramentos do setor (*O Progresso*, 20/12/1967, p. 1).

D^a Ercília Pompeu escreveu sobre a história de Dourados nas primeiras publicações d’*O Progresso* de 1968 e informou que a energia elétrica na cidade era

⁷³ Seu primeiro mandato foi de 1967-1970. Pertencia ao PTB, mas “foi perseguido pelo governo militar em 1964, sendo forçado, politicamente, a aderir à ARENA” (LUCIANO, 2006, p. 87).

fornecida por 3 geradores e atendia um total de 1.139 ligações na cidade. Relatou que, conforme fora anunciado pelo prefeito, este pretendia:

Resolver precariamente, através da reforma de 2 motores da Usina Municipal e ainda a colocação de outro conjunto de 1.000 KWA, o crucial problema de energia elétrica. Fato que já vem surtindo efeito, visto que um dos motores da Usina Municipal totalmente recuperado já está ajudando o sistema, o outro deverá estar reformado até o final do ano e o 3º será inaugurado dia 20 de dezembro (*O Progresso*, 06/01/1968, p. 4).

A inauguração do novo conjunto gerador foi anunciada para o dia 20/12/1968, porém, considerando a nota de capa “Geradores em funcionamento” e as notícias do dia 10/01/1968, o indicativo é de que este só começou a funcionar no início de janeiro de 1968:

Sábado último, às 20:30 horas, o Engº Francisco Martins, da Cemat, convidou o Prefeito João da Câmara, na presença do Dep. Federal Weimar Torres, vereadores, autoridades e povo em geral, a acionar o botão que colocou em funcionamento o gerador cedido pelo Governador Pedrossian (*O Progresso*, 10/01/1968, p. 1).

Outra informação apresentada nesta mesma reportagem foi de que o Prefeito iria a Cuiabá para definir o processo de doação do serviço de energia elétrica para a Cemat.

Com relação à instalação deste último motor, o senhor Jamil de Campos Aum, em entrevista a mim concedida, relatou que:

o Pedrossian mandou um outro motor, até parece que era Piracicabano, não sei porque deram este nome, mas era um motor de navio que eu sei, aí instalou onde é [hoje] o mercado ABEVÊ, era a antiga serraria dos irmãos Nocera, aí onde tá aquele mercado, aqueles prédio, aquela coisa toda, era uma serraria, posteriormente, esta serraria deixou de existir, esta área ficou pra Prefeitura e aí instalou o motor que o Pedrossian mandou, aí já melhorou a luz de Dourados, já começou do pessoal ter mais condições de comprar utensílios domésticos, como geladeira elétrica, estas coisas aí funcionava normalmente.

A julgar, portanto, por essas informações, trata-se aí de um terceiro local onde chegou a funcionar em Dourados uma usina termoelétrica: o quarteirão localizado entre as atuais ruas Oliveira Marques (norte), Major Capilé (sul), Albino Torraca (leste) e Quintino Bocaiuva (oeste).

Este mesmo entrevistado informou que a situação começou a melhorar com o funcionamento dos dois motores de 1.000 kva cada um, e citou como exemplo que as pessoas passaram a comprar geladeiras elétricas.

Considerando que o problema no fornecimento de energia elétrica estava praticamente solucionado, as publicações d' *O Progresso* que se seguiram apresentavam notícias sobre o desenvolvimento da extensão da rede de transmissão de energia elétrica de Urubupungá, no trecho de Campo Grande – Dourados.

Neste ano foi promulgada a Lei municipal nº 696, de 6 de março de 1968, que tratava dos valores estipulados no fornecimento de energia elétrica e, conforme estabelecido no artigo 1º, o valor era de NCr\$ 0,15 o preço do Kw/hora.

Como Dourados tinha mais de um motor para a distribuição de energia elétrica, estes eram divididos por setores, fato este mencionado em nota publicada pela prefeitura municipal que avisou sobre o problema sofrido pelo motor da Cemat no sábado, 10/08:

o setor da cidade compreendido desde a Rua Ceará⁷⁴ até a Cabeceira, se viu às escuras nas noites de sábado e domingo. Por outro lado, o trecho que se apresentou iluminado, o foi não só para dar cobertura aos técnicos que trabalharam à noite, no reparo do motor mencionado, como porque a capacidade do conjunto da Prefeitura que ali ilumina atende somente aquele setor (*O Progresso*, 14/08/1968, p. 1).

Uma das expectativas para a melhora no sistema de fornecimento de energia elétrica, que estava sendo aguardada pela população douradense, era a entrega deste sistema para a Cemat. No final de 1966, como já foi aqui mencionado, havia sido publicada a lei nº 635, que autorizava a doação da usina elétrica municipal ao estado, mas a doação não foi concretizada e o tema voltou a ser discutido durante o ano de 1968 entre a prefeitura municipal e o estado de Mato Grosso.

Neste sentido, através da lei nº 701, de 05 de novembro de 1968, a Câmara Municipal de Dourados reafirmou e ampliou a decisão anterior, por meio de uma modificação na lei anterior:

Art. 1º — Passará a ter a seguinte redação o artigo primeiro da Lei nº 635, de 26/12/1966:

Art. 1º — Fica o Senhor Prefeito Municipal autorizado a doar sem ônus, para as Centrais Elétricas Matogrossenses S/A (CEMAT), todo o acervo da Usina Elétrica Municipal compreendendo Rede de Distribuição existente na cidade, postes, motores, quadros de comando, fios, medidores, transformadores, etc. e ainda o terreno e

⁷⁴ Atual Rua Albino Torraca.

respectiva casa de Maquinas (usina) situado na confluência das Ruas Santa Catarina [atual Onofre Pereira de Matos] e Melvin Jones, nesta cidade (*O Progresso*, 06/11/1968, p. 5).

Nesta mesma data foi publicada uma outra lei, que estava relacionada à distribuição da energia pela hidrelétrica de Urubupungá, era a doação de um terreno. A lei nº 702, de 5 de novembro de 1968, estabeleceu que:

Art.1º - Fica o Prefeito Municipal de Dourados, autorizado a doar, às Centrais Elétricas Matogrossenses S/A (Cemat), sem ônus para esta, uma área de 10.000 (dez mil) metros quadrados, determinada pela quadra 5 (cinco) da Vila Maxwell, nesta cidade.

Art. 2º - A Área de que trata o artigo anterior, se destina à instalação da ESTAÇÃO REBAIXADORA DE DOURADOS (*O Progresso*, 06/11/1968, p. 2)⁷⁵.

Pelo que se percebe, a construção de uma “estação rebaixadora” era necessária para viabilizar o futuro recebimento da energia de Urubupungá, a qual deveria chegar à cidade em uma voltagem muito elevada (daí a necessidade de um “rebaixamento” da voltagem).

Para que de fato a Cemat aceitasse a responsabilidade de administrar este sistema era necessário aceitar o termo de doação.

Em nota, *O Progresso* (16/11/1968, p. 1) apresentou que a Cemat havia organizado uma assembleia geral para o dia 18/11 e a pauta era para decidir sobre a entrega do acervo da usina elétrica municipal e a doação do terreno de 10.000 m², sendo que, após a assembleia, “deverá ser assinada a escritura pública de transferência entre a Prefeitura Municipal de Dourados e a Cemat”.

A entrega para a Cemat ocorreu como previsto, conforme consta na publicação do periódico:

Chamados com urgência, seguiram, na semana passada, representando o senhor Prefeito Municipal, João da Câmara, para a capital do Estado, o Vice-Prefeito, Estudante Theotônio Alves de Almeida e o Vereador David Rosa Barbosa, que juntamente com o Economista Alceu Sanches representando a CEMAT, assinaram os documentos necessários à transferência de todo o acervo pertinente ao fornecimento de Energia Elétrica para nossa comunidade (*O Progresso*, 24/12/1968, p. 1).

⁷⁵ Trata-se do quarteirão localizado entre as atuais ruas Monte Alegre (norte), Pref. João Vicente Ferreira (sul), Floriano Brum (oeste) e José de Alencar (leste), onde a referida estação rebaixadora existe até os dias de hoje.

Ao terminar o ano de 1968 conclui-se que o sistema de fornecimento de energia elétrica, que até então era de responsabilidade da prefeitura municipal, com auxílio da Cemat, foi doado para esta instituição e ela tornou-se a responsável a partir de 1969.

Com relação à pesquisa no periódico *O Progresso* esclarece-se que não foi possível encontrar as publicações do ano de 1969.

Para o ano de 1970, a expectativa era da inauguração da energia elétrica que seria oferecida através da Hidrelétrica de Urubupungá. As edições de *O Progresso*, desde que foi anunciada a construção da linha de transmissão de Campo Grande – Dourados, publicavam o andamento da obra, sendo estes fatos ressaltados durante o ano de 1970.

No final de janeiro foi divulgado que a estação rebaixadora de luz da cidade estava pronta (*O Progresso*, 28/01/1970, p. 1). A perspectiva era da inauguração do novo sistema de distribuição de energia para o mês de fevereiro, mas não foi possível e assim foi transferida para o dia 31/3 (data que, provavelmente não por acaso, correspondia ao aniversário do movimento civil-militar que, em 1964, havia deposto o presidente João Goulart).

Entretanto, na primeira edição de abril, em nota intitulada “Esclarecimento sobre a luz”, foi informado que a inauguração do novo sistema não aconteceu porque estava faltando uma peça do transformador instalado em Campo Grande, mas que tal peça já havia sido adquirida e em breve ocorreria a inauguração da luz (*O Progresso*, 04/04/1970, p. 1).

A partir do dia 22/04 a energia gerada pela usina de Urubupungá passou a funcionar de forma experimental, para que posteriormente fosse feita a inauguração oficial pelo governador (*O Progresso*, 25/04/1970, p. 1).

Assim, a inauguração da rede de energia elétrica foi finalmente marcada para o dia 16/05, com a presença do governador do Estado, sendo que, através do decreto nº 3/70 este dia foi considerado feriado municipal (*O Progresso*, 16/05/1970, p. 1).

Conforme relatado pelo periódico, no dia 16/05 aconteceu efetivamente uma grandiosa festa em Dourados, simbolizando, de acordo com a fonte, o início de uma nova era:

À zero hora desse dia que passou à história da vida pública de Dourados, o soar de apitos de fábricas e o toque da banda de música local, deram início às festividades comemorativas do mais feliz evento, com que esta cidade já foi contemplada. E essa manifestação popular assumiu horas depois proporções de caráter tão grandioso, que a todos surpreendeu (*O Progresso*, 20/05/1970, p. 1).

A narração da história feita pelo Sr. Jamil também se encerra com a inauguração da luz produzida pela hidrelétrica e os seus reflexos na cidade:

A inauguração, o lançamento, foi aqui, ali onde tá a matriz. Já tava colocada a ligação, coisa e tal, Jorge Antônio era prefeito, aí já melhorou, aí tomou um impulso danado, todo mundo começou a comprar geladeira, coisas elétricas, isto aí [...] começou a aparecer instalação de indústria pequena, enfim uma série de coisas, de indústria, serraria, esquadrias metálicas, estas coisas todas.

Com base na pesquisa realizada compreende-se que a chegada de uma luz elétrica de qualidade era considerada o grande desejo do povo douradense, era sinônimo de “progresso” e de “desenvolvimento” econômico. As indústrias poderiam ser instaladas com uma melhor infraestrutura e para a população proporcionaria uma melhor qualidade de vida.

Capítulo 3

A TRANSFORMAÇÃO DA *USINA VELHA* EM PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DOURADENSE: UMA HISTÓRIA DE ILUSÃO E ABANDONO

Este capítulo tem como objetivo identificar como foi o processo de transformação da *usina velha* em patrimônio histórico-cultural douradense. Para isto tornou-se relevante identificar características das administrações municipais e a formação de grupos com interesse nesta temática, utilizando-se assim de pesquisas nos documentos do poder legislativo municipal, nos jornais e as fontes orais. As ruínas da antiga usina, no início da década de 1980, não eram lembradas pela população. De forma geral o interesse pela preservação do patrimônio era pequeno, sendo este instigado a partir de uma política do governo do Estado de valorização e preservação do patrimônio, neste momento (1984) surgiu o 1º movimento cultural em defesa de um patrimônio, o Clube Social, e desta ação percebeu-se a falta de uma política cultural no município neste setor e o abandono dos prédios históricos. A *usina velha* voltou a ser valorizada neste contexto e assim apareceram as primeiras ações em defesa da sua preservação, lideradas pela Funced (Fundação Cultural e de Esportes de Dourados) e pela poetisa Heleninha. O tombamento do prédio da antiga usina é um ponto de referência para entender o ressurgimento e a valorização da sua história e o início de uma longa luta pela sua preservação e reutilização.

3.1 As atividades culturais e a valorização da história douradense ao longo da década de 1980

A ditadura militar em Dourados⁷⁶ não foi diferente do resto do país, muitas pessoas ligadas aos partidos de esquerda, colonos, professores, estudantes, artistas foram presos e fortemente reprimidos

⁷⁶ Sobre este tema ver: ARAKAKI, Suzana. *Dourados: memórias e representações de 1964*. Dourados: Ed. UEMS, 2008.

e após este período, principalmente os grupos de artistas, de professores e intelectuais começaram a se mobilizar por seus direitos e maior participação nas decisões do país. Neste sentido o jornalista Luis Carlos Luciano⁷⁷ lembrou que ao longo dos anos 1980 e 1990 as pessoas se envolviam e se mobilizavam mais, faziam passeatas, protestos, manifestações e apontou uma diferença entre as que aconteceram nesta época e as de atualmente: “[...] aliás não há nenhuma, quase nenhuma movimentação assim que tenha **uma raiz realmente do meio do povo**, tudo é quando existe algum político infiltrado no meio, interesse político de um lado, do contrário a gente não vê nada” (LUCIANO, 2015; destaques meus).

O professor Biasotto⁷⁸ relembrou que durante o regime civil-militar as disciplinas de História, Sociologia e Filosofia foram banidas das escolas e substituídas pelas aulas de Estudos Sociais e estas disciplinas que estavam ausentes é que formam a “consciência” dos alunos. No que se refere à volta destas disciplinas e o fim deste período militar ele apontou que:

os artistas e os professores foram muito reprimidos na Ditadura Militar, então assim que houve um fôlego, que a gente pode respirar de verdade, então houve também um movimento pró-conhecimento mais profundo da história e da preservação [...], então é com o fim da ditadura, o restabelecimento da disciplina de história, de geografia, é um pouco antes já quando chegou a ter uma certa abertura às universidades, começaram a restabelecer esses cursos e os artistas com mais liberdade, começaram então a falar mais sem temor, então nós temos aqui vários artistas que se preocuparam com o patrimônio e nós temos vários professores que também se preocuparam, então tem muita lógica, final do regime militar uma tomada de consciência em benefício do restabelecimento da história e da preservação (BIASOTTO, 2014).

Considera-se que após o período do regime-civil-militar, com uma maior efervescência dos movimentos da população, que expressavam suas opiniões, se organizavam e se manifestavam, é que os assuntos relacionados ao patrimônio e à preservação, bem como à história de Dourados, tornaram-se mais discutidos na cidade. Sobre esta temática o prof. Biasotto entende que essa consciência de preservação:

começou a ser tomada a uns, no final dos anos 80 né, porque muitos professores que vinham de fora, vinham com uma visão diferente, de ganhar dinheiro, né? Pra muitos de nós, não era o dinheiro que tava

⁷⁷ Luis Carlos Luciano. Entrevista em janeiro de 2015. Dourados/MS.

⁷⁸ Wilson Valentin Biasotto. Entrevista em novembro de 2014. Dourados/MS.

fazendo parte, era a educação, nós éramos numa época que nós lutávamos contra a Ditadura Militar, nós éramos idealistas, tinha muitos jovens professores aqui em Dourados que vinham de outros Estados que eram idealistas, então eles começaram a ver isto, a disseminar, começaram a mostrar isso e eu acho que essa geração foi muito importante pra que se tomasse consciência (BIASOTTO, 2014).

Na entrevista realizada com Luis Carlos Luciano ele relatou que quando chegou em Dourados em 1979 ainda não era jornalista, mas que as questões relacionadas ao Clube Social, a *usina velha*, a preservação do prédio da primeira prefeitura, que já destruíram, a preservação das figueiras, estas questões estavam sempre na “pauta” das discussões da imprensa, do meio artístico e intelectual douradense. Ele ressaltou ainda que as pessoas que se organizavam em defesa do patrimônio e da história de Dourados eram geralmente os:

produtores culturais, os artistas, os militantes políticos de esquerda, entendeu, o pessoal do movimento estudantil, do movimento acadêmico e do próprio do meio jornalístico e da imprensa, sempre, geralmente foram essas pessoas, essas pessoas que faziam pressão sobre a gestão pública para que algo fosse feito né, sempre são essas pessoas (LUCIANO, 2015).

Deste grupo de artistas cita-se aqui Francisco Marcos Rosseti Chamorro, mais conhecido como Kinho, artista plástico e um dos representantes do Movimento Cultural de Dourados (MCD)⁷⁹. Ele informou que o envolvimento deste grupo ficou mais intenso a partir da criação do curso de Educação Artística na Socigran⁸⁰, pois muitos estudantes foram para grandes centros participar de encontros e traziam para Dourados este conhecimento⁸¹.

Com relação aos eventos que reuniam a comunidade artística da região em Dourados destaca-se que em 1985 aconteceu a 1ª Exposição Coletiva de Artes da Socigran – Sociarte⁸² e o 1º Salão de Artes de Dourados, sendo este realizado entre os dias 8 e 15/11/1985 e promovido pela Fundação Cultural e de Esportes de Dourados – Funced e a Faculdade de Artes de Dourados, da Socigran.

⁷⁹ Trata-se de um movimento criado na década de 1990 por artistas douradenses e que será melhor analisado adiante, neste capítulo.

⁸⁰ O curso de Educação Artística foi implantado em 1984 e atualmente este é denominado Artes Visuais e a Socigran desde 1998 chama-se Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN.

⁸¹ Francisco Marcos Rosseti Chamorro. Conversa realizada em outubro de 2011. Dourados/MS.

⁸² Atualmente o nome do evento é Uniarte.

Figura 5: Convite da 1ª Sociarte e capa do Regulamento do 1º Salão de Artes de Dourados



Fonte: Arquivo pessoal de Francisco Chamorro

Neste contexto é relevante mencionar que em 1983, durante a administração do prefeito Luís Antônio Gonçalves (1983-1988), foi instituída a Fundação Cultural e de Esportes de Dourados – Funced e de acordo com a Lei nº 1261, de 5 de agosto de 1983, que a regia, entre as suas competências estavam: formular a política cultural e de esportes do município, a articulação com instituições municipais, estaduais e federais para execução de programas culturais e esportivos, promover a defesa do patrimônio histórico do município, promover exposições, espetáculos, conferências, debates, festividades populares, campeonatos, jogos; entre outros.

Com a criação da Funced o município passou a ter um órgão responsável pela articulação das atividades culturais e esportivas e conseqüentemente aumentou e promoveu estes segmentos⁸³. No editorial do jornal *Enfoque* do dia 22/03/1986, p. 2, foi apresentado um balanço da atuação da Funced desde a sua criação e mencionou que nestes anos ela conseguiu atingir seu objetivo de desenvolver atividades culturais que envolvessem a população:

Nesses dois anos, muitos projetos e eventos culturais foram idealizados ou tiveram o apoio da Fundação. O setor cultural, de um modo geral, sempre reclamou da falta de apoio para a satisfação de suas necessidades. Com a Fundação, de certa forma esse apoio foi possível. Evidentemente, muitos projetos não puderam ser viabilizados ou por causa da falta de recursos – se nos outros setores o dinheiro esteve escasso, na cultura ele praticamente não existiu – ou então pelas próprias condições sócio-culturais ainda latentes em nossos municípios que de certa forma, cerceiam e impedem avanços

⁸³ Conforme a Lei Complementar nº 192 de 23/12/2011 a denominação FUNCED foi alterada para Fundação de Esportes de Dourados – FUNED e foi criada a Secretaria Municipal de Cultura (SEMC).

no setor (*Enfoque*, 22/03/1986, p.2).

Outro dado importante para entender este contexto douradense é que no ano de 1985 comemorou-se o cinquentenário da criação do município de Dourados, sendo assim foram realizados eventos comemorativos e aprovados pela câmara municipal os elementos simbólicos representativos de Dourados como a bandeira, o hino, o brasão e a medalha (CREMONESE-ADAMO, 2010).

Conforme relatado por Edil da Silva (2015⁸⁴), para comemorar o cinquentenário aconteceram alguns eventos que chamavam a atenção da população sobre a história de Dourados. Ele relembrou que foi elaborado, por uma empresa de Curitiba, o “Álbum dos 50 anos⁸⁵”; foi organizada uma exposição de fotografias; a equipe da Funced desenvolveu uma pesquisa de aproximadamente 4 meses, para identificar os chamados “pioneiros” e no dia 20/12/1985 (data do cinquentenário), durante uma sessão solene, entregaram às famílias dos ditos pioneiros uma medalha e um certificado para homenageá-los. Outra ação desenvolvida foi o museu itinerante, em que faziam visitas nas escolas e nas ruas dos bairros, tanto para expor o museu como para promover eventos esportivos.

É importante apontar aqui que as ações da Prefeitura Municipal, principalmente as da época do cinquentenário, estiveram relacionadas a uma valorização da história narrada pelos “pioneiros”, baseada no modelo positivista e fortalecendo a chamada “história oficial do município”. Para Betoni (2010, p. 9), foi somente a partir da década de 1980 que se iniciou a produção dos trabalhos de profissionais universitários sobre a história de Dourados, e concluiu que:

Ao estudar a produção histórica de Dourados, percebe-se que ela esteve baseada, sobretudo, na memória de seus pioneiros e nos documentos oficiais por eles produzidos. Isso atesta que a produção historiográfica douradense repetiu os mesmos modelos usados para a produção da dita História do Brasil e mesmo da chamada “História Geral”. Parte da historiografia foi influenciada pelo modelo positivista que estava em vigor, criando a ideia de que se podia produzir uma história neutra (BETONI, 2010, p. 18).

Um dos projetos mencionados por Edil foi o de recuperação da Memória Fotográfica de Dourados, este foi desenvolvido pela Funced, Ceud (Centro

⁸⁴ Edil da Silva. Conversa realizada em abril de 2015. Dourados/MS.

⁸⁵ Disponível para pesquisa no CDR, em folhetos: DOURADOS 50 anos – 1935-1985: capital econômica de Mato Grosso do Sul. Concórdia: Equiplan, 1985. [não paginado]

Universitário de Dourados, pertencente à Universidade Federal de MS) e contou com o apoio da Funarte e o objetivo era o “resgate do material existente em mãos de particulares e de instituições para construir acervo integrante do patrimônio histórico douradense” (*O Progresso*, 12/12/1985, p. 1). Como uma das atividades do cinquentenário foi realizada uma exposição, entre os dias 12-16/12 no espaço da loja Requite Móveis, no mini *shopping* “Dona Josefa”, onde foram apresentados os primeiros resultados do projeto, que até então tinha aproximadamente mil fotografias e na exposição foram mostradas em torno de 120 (*O Progresso*, 12/12/1985, p. 1).

Aponta-se também que as 38 figueiras, plantadas na região central da cidade em 1949 na administração do prefeito Antônio de Carvalho, foram tombadas como patrimônio histórico de Dourados neste ano. A solenidade, realizada no dia 23/09 na av. Pres. Vargas, entre as avenidas Marcelino Pires e Joaquim Teixeira Alves, foi incluída no calendário das comemorações da semana da árvore e do cinquentenário. Neste dia foi instalada, pelo prefeito, uma placa comemorativa do tombamento e foram distribuídas cerca de 500 mudas de árvores (*O Progresso*, 24/09/1985, p. 3).

Outro elemento pensado para presentear a cidade foi a construção da Praça do Cinquentenário, que deveria ter sido inaugurada em 20/12/1985. A expectativa era de que esta praça atendesse a uma das principais solicitações dos artistas douradenses: espaço para as atividades culturais. O diferencial da praça é que ela tem uma concha acústica, com capacidade para receber até 700 pessoas sentadas, área com gramado, camarins, sanitários e um parque infantil. Na opinião da então diretora da Funced “a praça é um espaço cultural que há muito é reivindicado pelos douradenses, ainda não é o ideal já que não supre totalmente a carência de espaços para shows em Dourados, mas já é um bom começo” (*Enfoque*, 29/03-05/04/1986, p. 12).

Conforme as informações publicadas n’*O Progresso* (15/04/1986, p. 3) a praça, localizada no bairro Cabeceira Alegre, foi uma homenagem da prefeitura aos ditos pioneiros e a inauguração aconteceu no sábado, dia 12/04/1986.

Sobre o período do cinquentenário, Cremonese-Adamo (2010, p. 151) apresenta que em 1985 foi aprovada a “lei mais recente envolvendo elementos identitários do município com a presença da figura heróica de Antônio João” e dentre os elementos cita-se a *Medalha do Cinquentenário de Dourados – Tenente Antônio João Ribeiro*. Esta medalha estava prevista na lei nº 1.369, de 11 de dezembro de 1985, e foi regulamentada pelo decreto do prefeito Luiz Antônio de 16 de dezembro de 1985, para

ser utilizada nas comemorações daquele ano. Ainda conforme Cremonese-Adamo (2010, p. 152):

O que parece ter acontecido neste caso foi uma aproximação de interesses na criação da medalha e nas homenagens que estavam sendo prestadas na ocasião, pelo cinquentenário da emancipação política do município. Prestou-se justamente para homenagear as figuras consideradas “personagens principais” da história douradense: os pioneiros. Unidos na mesma homenagem estavam, portanto, Antônio João e os pioneiros; o primeiro homenageado na medalha, e os segundos, homenageados com o recebimento da medalha.

Durante as comemorações do cinquentenário a prefeitura teve uma preocupação com a “história local” e as atividades culturais. Conforme os relatos do então diretor de cultura da Funced, Edil da Silva (2015), estas atividades intensificaram a partir do início da década de 1980, eram mais dinâmicas; durante o mandato do prefeito Luis Antônio Gonçalves as atividades culturais passaram a ser mais valorizadas e incentivadas, e exemplifica ao lembrar que recebiam apoio da FUNARTE e organizaram as apresentações dos projetos Pixinguinha e da Rede Nacional de Música.

No livro sobre *Legislativo de Dourados*, Luis Carlos Luciano (2006, p. 57) identificou que entre os anos 1983 e 1988 foi comemorado o cinquentenário douradense. Dentre as principais ações da Câmara, nesta época, estavam: a autorização da Funced; o negligenciamento dos vereadores em relação às obras do Clube Social e da primeira prefeitura, ambas destruídas neste período; projetos para tombamentos; tombamento das figueiras do centro; defenderam as Diretas Já; propuseram o ensino da história local no currículo escolar e “aplaudiram” a vinda do projeto Pixinguinha.

Uma questão importante para pensar sobre o período do cinquentenário é com relação ao envolvimento da população na “construção” da história de Dourados. O diretor do conselho do cinquentenário, Juarez Fiel Alves, considerou que a população estava participando ativamente deste momento:

as pessoas estão imbuídas no firme propósito de apoiarem a administração municipal em mais essa luta, fornecendo subsídios para a criação do patrimônio histórico, bem como contribuindo para que os eventos a serem realizados pela Prefeitura espelhem os anseios de todo o povo douradense (*O Progresso*, 2/8/1985, p. 3).

Aponta-se que esta contribuição mencionada por Juarez foi fornecida pelas famílias dos “pioneiros” de Dourados, que eram as pessoas que possuíam as fotografias e que contavam as suas versões da história local.

Ao identificar as atividades culturais e a atuação do poder público durante a década de 1980 percebe-se que este foi um período relevante para mudanças no comportamento de grupos da sociedade douradense e que o fim do regime-civil-militar possibilitou essa liberdade que até então era fortemente reprimida.

A criação da Funced e a época do cinquentenário também são pontos importantes, pois a interferência do poder público propiciou o incentivo financeiro às atividades culturais e esportivas e possibilitou o desenvolvimento destas em diferentes locais da cidade. Aponta-se também a importância das reuniões e dos salões de arte para debater assuntos como: falta de espaço adequado para apresentações culturais, a valorização da história e cultura local, a realização de mais atividades culturais e esportivas, entre outros aspectos.

3.2 O primeiro movimento em defesa do patrimônio douradense: o caso do Clube Social

A criação do novo Estado de Mato Grosso do Sul (implantado oficialmente em 1979) deu início a um processo de criação ou fortalecimento de uma identidade sul-mato-grossense⁸⁶. Assim, o primeiro governo estadual escolhido em eleições diretas (aliás, um governo de oposição à ditadura militar, eleito em 1982) lançou em novembro de 1983 a campanha “Patrimônio Histórico Cultural: Registro de Nossa Memória. Preserve”⁸⁷, que colocou na pauta das discussões dos sul-mato-grossenses os temas relacionados à história e a preservação do patrimônio histórico-cultural. No que se refere às discussões e à valorização do patrimônio do MS menciona-se que o patrimônio

⁸⁶ Sobre este tema ver: ZILIANI, José Carlos. Tentativas de construções identitárias em Mato Grosso do Sul (1977-2000). 2000. 132 f. Dissertação (Mestrado em História) – UFMS, Dourados.

⁸⁷Essa campanha pela preservação da memória cultural do MS foi lançada em Corumbá no dia 24/11/1983 e teve a presença de políticos, representantes das organizações Globo, do Ministério da Cultura, do Ministério da Educação/MEC e do governador do Estado. Nessa ocasião o governador assinou o Decreto para regulamentar a Lei nº 245, sobre a preservação do patrimônio histórico e artístico de MS, solicitou ao secretário de Desenvolvimento Social a realização de estudos para efetuar o “tombamento” de bens móveis e imóveis como: cadeia pública em Bela Vista, Forte Junqueira em Corumbá, cemitério dos Heróis da Retirada da Laguna em Jardim e o marco da feira do gado em Três Lagoas e realizada a doação dos acervos bibliográficos e do museu do Pantanal, pelo Dr. Gabriel Vandoni de Barros (*O Progresso*, 29/11/1983, p. 2).

natural sempre esteve em destaque, como são os casos do Pantanal e da cidade de Bonito, com relação ao patrimônio histórico-cultural destaca-se a cidade histórica de Corumbá⁸⁸.

Foi neste contexto, após o lançamento desta campanha, que se iniciou a organização de um movimento, em Dourados, que objetivava o tombamento do Clube Social. Este assunto foi destacado na reportagem do jornal *O Progresso*⁸⁹, 6/9/1984, p. 3:

Mais difundido no Estado após o lançamento pelo Governo de Wilson Martins da campanha “Patrimônio Histórico Cultural Registro de Nossa Memória. Preserve”, deflagrada em novembro de 1983, em Corumbá, Conjunto de paisagens, construções objetos e papéis que formam o patrimônio cultural sul-mato-grossense é, hoje um assunto bastante discutido e até mesmo polêmico. Situados ou localizados nos recantos mais diversos de Mato Grosso do Sul, **parcelas desse conjunto tornaram-se alvo das atenções e reivindicações populares, como no caso da campanha efetivada pela comunidade douradense, Pró-Tombamento do Clube Social, já incorporado hoje à memória da cidade** (*O Progresso*, 6/09/1984; destaques meus).

Para entender alguns fatos dessa época destacam-se algumas informações encontradas no documento entregue ao governador do Estado e publicado n’*O Progresso*, sobre a campanha que estava acontecendo em Dourados, em favor da sensibilização e conscientização da comunidade para proteger o patrimônio material que estava exposto à especulação imobiliária. Neste documento também foi enfatizada a atuação do governador com uma política voltada para a valorização e preservação do patrimônio estadual, destacando a criação da Fundação de Cultura do Mato Grosso do Sul – FCMS⁹⁰ e ressaltando a importância de se valorizar a história do interior do Estado. No documento foi exposto que:

⁸⁸Conforme a lista de bens tombados do Iphan, até o final da década de 1980 eram tombados como patrimônio no MS: em Jardim: lugar em que estiveram sepultados o Guia Lopes, o Coronel Camisão e o Tenente Coronel Juvêncio – túmulo (1955); em Bonito as Grutas do Lago Azul e de Nossa Senhora Aparecida (1978), em Corumbá o Forte Junqueira (1973), o Conjunto de edificações que compõem o Forte de Coimbra e o Presídio de Nova Coimbra – antigo (1974) e o Pantanal Sul-Mato-grossense (1983). Aponta-se também que em 1985 foi aberto o processo de tombamento do conjunto histórico, arquitetônico e paisagístico de Corumbá, sendo este tombado em 1993 (Lista de Bens Tombados e Processos em Andamento do Iphan. Disponível no site: <<http://www.iphan.gov.br>>).

⁸⁹ No recorte consultado não aparece o nome do jornal, porém devido às características gráficas do impresso deduz-se que é uma publicação d’*O Progresso*.

⁹⁰ A Fundação de Cultura do Mato Grosso do Sul foi criada pela Lei nº 422, de 6 de dezembro de 1983 - publicada no Diário Oficial nº 1.125, de 7 de dezembro de 1983. Disponível no site: <<http://www.fundacaodecultura.ms.gov.br>>.

Sabemos que, no roteiro das preocupações de seu Governo, consta o Casario do Porto, o Forte Coimbra, as Grutas de Bonito, os monumentos de Três Lagoas e Campo Grande, além de outros marcos históricos relevantes. **Motivados por esta ação cultural de sua administração, deflagramos o referido movimento, que busca resgatar a esquecida presença e o desprezado papel, até então, do interior no curso de nossa história** (*O Progresso*, 31/08/1984; destaques meus).

As discussões em Dourados sobre a preservação do patrimônio histórico e cultural da cidade iniciaram-se com a proposta do “tombamento histórico” do Clube Social, ideia esta apresentada no evento sediado nesta cidade e organizado pela FCMS: o 1º Encontro Regional de Cultura, realizado no dia 11/08/1984 no anfiteatro da Escola Imaculada Conceição. Esta reivindicação foi encabeçada pelo Centro Acadêmico de Letras de Dourados – CALD (*O Progresso*, 11-12/8/1984).

Para os idealizadores do tombamento do Clube Social a proposta era de transformar este espaço num polo cultural, para a realização de cursos, palestras, apresentações artísticas, pois os douradenses careciam de um espaço adequado para tais atividades já que dependiam do anfiteatro do Centro Universitário de Dourados – Ceud e ainda não tinha sido construído um Teatro Municipal.

Quando a diretoria do CALD propôs o “tombamento do Clube Social” estava ciente da importância histórica que este espaço teve para Dourados durante décadas, pois foi nele que até meados de 1970 aconteceram as festas, as reuniões políticas, apresentações culturais e foi um dos principais espaços de convivência da “alta classe”⁹¹ douradense. Outra questão pertinente era que o Clube era composto por sócios, sendo assim era necessário conscientizá-los da importância do tombamento (*O Progresso*, 11-12/8/1984).

Ainda sobre a utilização do espaço do Clube Social o prof. Wilson Biasotto (2014) relatou que em 1978, durante a ditadura militar, ele foi demitido da universidade e que como consequência o grupo de Teatro Universitário de Dourados – TUD que ele dirigia ficou sem “pátria”, pois ensaiavam no anfiteatro do Ceud. Assim, para continuar suas atividades passaram a utilizar o espaço do Clube Social, que estava meio abandonado, para realizar os ensaios e as apresentações do TUD. Ele destacou ainda que no clube existia um palco e um camarim muito bom.

⁹¹ Com a construção do Clube Indaiá esta classe passou a frequentar este outro local (*O Progresso*, 11-12/8/1984).

Para os organizadores do movimento em defesa do tombamento do Clube Social os fatores relevantes para a tal proposta eram: a importância histórica e a falta de um centro cultural. Estes aspectos foram apresentados na reportagem “Tombamento Histórico” do Clube Social destaque hoje no Encontro de Cultura”:

Sua importância cultural e seu papel na formação da personalidade de nosso povo, convenceram um número contingente de pessoas, que pesquisando seu passado e tentando compreender seu presente, despertaram para a necessidade urgente de se recuperar a memória através de um intenso movimento de consciência e mobilização. A carência de unidade física municipal, que acompanhe a impulsão do movimento artístico de nossa cidade e que proporcione uma justa perspectiva aos douradenses, inspirou a elaboração desse documento (*O Progresso*, 11-12/8/1984).

O Clube Social, localizado na região central da cidade – próximo à Praça Antônio João –, construído no início da década de 1950, durante décadas foi o principal espaço para eventos na cidade (bailes e formaturas), bem como era utilizado para eventos oficiais (recepção de autoridades).

Durante o Encontro Regional de Cultura foi aprovada a moção de apoio à campanha do tombamento histórico do Clube Social. A partir disto, caberia a este movimento independente pró-tombamento se organizar e fazer um levantamento histórico para sensibilizar a comunidade a preservar o espaço. O então diretor da Funced, Paulo Palhano, destacou a importância do Clube para a história da cidade e enfatizou a importância do apoio da FCMS, principalmente devido à falta de recursos da Prefeitura, e foi apresentada a proposta da realização de um baile no antigo clube⁹². Foram feitos os seguintes encaminhamentos: o presidente da FCMS, José Octávio Guizzo, apoiou a iniciativa e se dispôs a dar um assessoramento jurídico e se empenhar para acelerar uma legislação em defesa do patrimônio no município, e o diretor executivo da FCMS destacou que o “movimento passa por 3 etapas diferenciadas, a mobilização popular que caracteriza o interesse coletivo, o tombamento que descarta a especulação imobiliária e por último a destinação a ser dada para o bem cultural” (*O Progresso*, 14/08/1984, p. 4).

Devido ao apoio que o movimento independente pró-tombamento do Clube Social recebeu no Encontro Regional de Cultura, o grupo ganhou “forças” e iniciou várias atividades para mobilizar a sociedade douradense e assim concretizar esse

⁹² Não foram encontrados registros que comprovem a realização deste baile.

tombamento. A imprensa apoiou o movimento, como foi o caso do jornal *O Progresso*, que constantemente publicava reportagens sobre a história do Clube Social e depoimentos dos sócios que eram a favor do tombamento. É importante ressaltar que Weimar Gonçalves Torres, fundador do periódico, foi também um dos fundadores do Clube.

Como já mencionado, uma das principais questões envolvidas neste tombamento era a organização administrativa do clube, ou seja, apesar do terreno onde estava localizado ter sido doado especificamente para construção do Clube, existiam os sócios e eram estes que decidiam o destino do clube. O presidente deste, Luiz Augusto de Oliveira, era contra o tombamento e para ele o seu principal objetivo era fazer com o que o clube retomasse as suas atividades habituais; dizia ainda que, com relação ao baile proposto pelo movimento, o clube não tinha condições de receber tal evento (*O Progresso*, 18-19/09/1984).

O posicionamento contrário do presidente não interferiu nas ações do movimento independente pró-tombamento do Clube Social, que durante o ano de 1984 recebeu apoio da comunidade artística sul-mato-grossense e douradense, dos sócios, dos professores universitários, dos estudantes e organizou um abaixo-assinado⁹³.

Ao longo dos anos de 1985 e 1986 este movimento independente continuou sua atuação para evitar a venda do Clube Social e ocupar este espaço como um centro de cultura, que atendesse a toda a sociedade douradense. Em outubro de 1986 os professores universitários do Ceud, Laerte Tetitla e Wilson Biasotto tentaram entregar ao então presidente do clube, o Sr. Wilson Veríssimo, um documento elaborado por professores e alunos do 1º, 2º e 3º grau pró-tombamento do Clube Social. O presidente recusou-se a recebê-lo, pois era contra o tombamento e apontou que estavam em negociação com empresas para demolir o clube. Mesmo com a recusa do presidente o professor Tetitla informou que daria seguimento ao movimento e que iria contatar pessoas envolvidas no movimento independente para estabelecer novas estratégias coletivas (*O Panorama*, 17/09/1986, p. 3).

Apesar de toda a organização e a mobilização feita pelo movimento independente pró-tombamento este não conseguiu impedir que os interesses

⁹³ As informações relacionadas ao movimento independente pró-tombamento do Clube Social estão disponíveis no CDR (Centro de Documentação Regional da FCH/UFGD) na coleção “Manifestações Artístico-Culturais Diversas” - “Campanha pelo Tombamento do Clube Social de Dourados” e em sua maioria são reportagens do jornal *O Progresso*.

imobiliários prevalecessem e assim o Clube Social foi vendido. No dia 02/10/1986, na capa d' *O Progresso* foi publicado: “25 pessoas acabaram com o sonho de ‘tombamento’ do Clube Social”. Conforme as informações desta notícia havia sido aprovada uma permuta do terreno por uma área já construída e a aquisição de um apartamento de 66 m². No terreno vendido seria construído um edifício e o clube receberia uma loja de 258 m²; no 1º andar, que teria 734 m², funcionaria uma secretaria, salão de festas, boate, biblioteca, *american bar*; no 2º andar seria construído um escritório de 160 m² e teria também três garagens. Sobre a questão que há tempo vinha sendo discutida, do “tombamento” do clube e a transformação do espaço em um centro cultural, o Sr. Mário Sérgio de Oliveira, secretário do conselho deliberativo do clube, informou:

Admitimos que esta cidade precisa de uma casa para abrigar o Centro Cultural, mas acho que o poder público precisa construí-lo num local mais adequado, onde possa ter um bom estacionamento, e um terreno mais barato. O terreno permutado custa em torno de 8 milhões de cruzados, e para uma reforma atual do prédio seria necessário mais 10 milhões de cruzados. Em contrapartida, o município, que possui vários terrenos baldios, gastaria menos de 5 milhões de cruzados para construir um Centro Cultural (*O Progresso*, 02/10/1986, p. 3).

Percebe-se assim que, apesar de todo o movimento contra a venda do Clube Social, prevaleceram os interesses pecuniários e que a sensibilização e a movimentação em defesa do imóvel como patrimônio histórico douradense não interferiu na decisão dos sócios. Decisão esta que pode também ser considerada para entender como alguns douradenses pensavam a cidade, ou seja, voltada para o desenvolvimento, a ideia de progresso em que prevalecem os interesses comerciais sobre os culturais.

Sobre este assunto, na entrevista realizada com o professor Wilson Biasotto ele relembrou a sua atuação no movimento em defesa do Clube Social e apontou que existia uma mentalidade em Dourados de que a cidade tem que ser moderna, nessa ideia do progresso não são valorizados a história e o patrimônio. Ele ressaltou ainda que juntamente com o Clube Social havia a Capela Nossa Senhora das Graças, que foi a primeira capela construída aqui e que ela foi destruída do dia para a noite para construir uma quadra, sem que tivessem tempo de se mobilizar para preservá-la; incluiu também a *Usina Velha* que estava sendo deteriorada, para ele estávamos numa época de destruição do patrimônio, sobressaindo a proposta de que Dourados tinha que ser uma cidade moderna, para Biasotto até hoje esta ideia continua evidente.

Para o professor, outro ponto importante que explica a pouca valorização dos douradenses para com o seu patrimônio e a preservação da história está relacionada ao

processo de povoamento da região, pois muitos migrantes vieram para cá com o objetivo de ganhar dinheiro através do plantio da soja e que estas pessoas que tinham o “espírito aventureiro não permitiram que Dourados preservasse o seu patrimônio” (BIASOTTO, 2014).

Na entrevista realizada com o jornalista Luis Carlos Luciano, ele considerou que a preocupação em preservar algo em Dourados nunca existiu, que é:

uma cidade com memória muito pequena, então, uma cidade com uma história tão rica, mas se preserva muito pouco, se não fosse alguns atores, alguns escritores, estudiosos na questão, fazer algum levantamento, o pessoal da pesquisa como vocês, acadêmicos, aí, nossa, isso aqui seria pior (LUCIANO, 2015).

A destruição do patrimônio em favor do crescimento econômico, do progresso de Dourados também foram pontos apresentados no editorial do jornal *Enfoque* (27/09 – 03/10/1986, p. 2):

Primeiro, foi o Cine Ouro Verde, de gloriosos filmes e apresentações musicais, hoje transformado numa imponente loja comercial. Como se não bastasse, agora o Clube Social parece ter o mesmo destino com o anúncio de sua demolição e a construção de um edifício de quase dez andares. [...]

Neste mesmo editorial ainda é questionado se é através da destruição de prédios antigos é que a cidade seria reconhecida de fato:

E será que queremos construir realmente uma cidade humana com seus valores culturais ou uma selva de pedra, imprópria para a reprodução de seres humanos? Será que as pessoas que estão querendo modernizar a cidade levam em consideração detalhes como esse? Senão, manifestações como um abaixo assinado contendo três mil assinaturas favoráveis ao tombamento deveria servir de alerta. Alerta de que existe uma comunidade preocupada com o seu destino e com a preservação de seus valores elementares (*Enfoque*, 27/09 – 03/10/1986, p. 2).

Estes aspectos relacionados ao progresso, ao crescimento econômico de Dourados, em que prevalecem estes interesses sobre os culturais também foram apontados no documento organizado pelo Movimento Cultural de Dourados – MCD⁹⁴, em que apontam:

⁹⁴ Documento disponível para pesquisa no CDR, “Coleção Manifestações Artístico-Culturais Diversas”, pasta “Movimento Cultural de Dourados-MCD”.

esse crescimento vertiginoso e “progressista” de Dourados relegou o seu passado pela ânsia desenvolvimentista, que simplesmente ignorou o valor histórico e arquitetônico de sua memória e desconsiderou as genuínas manifestações nativas e populares (MCD, 1999, p. 7).

Outro aspecto salientado neste documento é a carência da cidade em espaços para atender os anseios culturais da população e os patrimônios culturais já destruídos como: Cine Santa Rita, Hospital Evangélico, a primeira Prefeitura de alvenaria, o Cine Ouro Verde e o Ouro Branco, bem como o Clube Social. Neste também encontra-se uma referência ao movimento pró-tombamento do Clube Social como sendo o primeiro movimento coletivo em defesa do patrimônio, e que a dilapidação patrimonial cultural ainda é atual, restando apenas como bem cultural a *Usina Velha* (MCD, 1999, p. 5 e 7).

Compreende-se assim que a questão da preservação do patrimônio de Dourados é algo que sensibiliza algumas pessoas que sabem da importância de conhecer e preservar o passado, mas que devido aos interesses imobiliários e de alguns segmentos da sociedade os anseios preservacionistas foram sufocados. Esta temática também nunca foi algo que mereceu um amplo destaque e apoio dos agentes públicos municipais, ressalta-se que em algumas administrações tivemos algumas ações e preocupações com estes assuntos, mas nunca esteve como prioridade.

Os estudos, as pesquisas sobre as cidades ganharam espaço no campo da História ao longo dos anos e ao considerá-la como um espaço construído pelo homem e para o homem é importante destacar que a maneira como sua construção foi pensada depende do contexto vivido e ainda que cada cidadão interpreta o espaço de modo diferente e este deixa de ser apenas matéria, passando a ser um espaço de sociabilidade.

Conforme Pesavento (2007, p. 17):

Assim, cada cidade é um palimpsesto de histórias contadas sobre si mesma, que revelam algo sobre o tempo de sua construção e quais as razões e as sensibilidades que mobilizaram a construção daquela narrativa. Nesse curioso processo de superposição de tramas e enredos, as narrativas são dinâmicas e desfazem a suposta imobilidade dos fatos. Personagens e acontecimentos são sucessivamente reavaliados para ceder espaços a novas interpretações e configurações, dando voz e visibilidade a atores e lugares.

Os significados que são dados a certos espaços, as construções, as obras e os monumentos de uma cidade não são iguais para todas as pessoas, sendo assim existem alguns que são mais valorizados e tornam-se patrimônios históricos culturais oficiais e outros apenas ficam na história e na memória dos cidadãos. Roberto Corrêa (1989, p. 9)

aponta que “O espaço urbano assume assim uma dimensão simbólica que, entretanto, é variável segundo os diferentes grupos sociais, etários, etc.”.

Neste sentido, a “eleição” dos patrimônios envolve aspectos sociais, históricos, culturais e de relações de poder. Eduardo Roberto Jordão Knack menciona que:

A própria ação política que é direcionada para escolha de bens a serem tombados, oficializados e protegidos por lei transforma-se em uma relação de poder entre diferentes grupos sociais. É muito difícil todos os grupos de uma sociedade atribuírem o mesmo significado a um determinado bem, o “valor” histórico, artístico, cultural, etc., varia, por isso, é preciso compreender a prática de preservação do patrimônio como um campo de disputas, conscientes ou inconscientes (2012, p. 20).

A maneira como cada grupo compreende a formação da cidade e dos seus espaços é algo dinâmico e que depende de interesses, provocando em alguns casos disputas. Ao pensar na cidade de Dourados, isto fica evidente ao conhecer a história do Clube Social, que ao longo de dois anos foi “disputado” por grupos que conheciam a sua história, sabiam da importância que este teve enquanto espaço de vivência, sociabilidade, bem como muitas pessoas que viveram o “auge” do clube tinham recordações, lembranças dessa época, o que as sensibilizava para defender a sua preservação e apoiar a transformação do clube em um centro cultural. Ressalta-se porém que nesta cidade este não é um caso isolado, mas existem outros espaços que são “disputados” por outros grupos sociais devido à divergência de opiniões e de interesses.

3.3. Usina Velha: as primeiras ações em defesa da sua preservação

Neste cenário de discussão sobre o tombamento histórico do Clube Social foram diversas reportagens e debates realizados sobre o tema da preservação do patrimônio histórico de Dourados, e algumas vezes aproveitou-se para mostrar que existiam outras construções que precisavam ser preservadas, que faltavam espaços adequados para as apresentações culturais e a importância do setor público investir nesta área.

Numa reportagem sobre a reutilização do Clube Social como centro de cultura, foram destacados os pontos citados anteriormente e no final da reportagem o professor Biasotto mencionou que existia outro espaço para ser preservado: a *usina velha*:

Para encerrar, o Wilson Biasotto lançou a ideia de se preservar um outro patrimônio histórico de Dourados, a antiga usina, nas proximidades do Tênis Clube. Sugeriu que a usina seja transformada

num grande museu e a área a sua volta, aproveitada para horto-florestal ou zoológico. ‘Aquela usina precisa ser preservada: turbinas eram tocadas por um enorme motor de submarino, hoje completamente danificado. O seu tombamento seria mais uma homenagem prestada aos pioneiros da cidade’, concluiu (*O Progresso*, 19-20/01/1985, p. 3).

Em outro momento *O Progresso* (29/01/1985, p. 7) apresentou na íntegra o debate realizado sobre o tombamento do Clube Social, que aconteceu no programa “MS Urgente”, da TV Caiuás. Ao analisar o debate ficou evidente a carência de espaço para as atividades culturais, sendo apresentado por Biasotto que “a cultura em Dourados não tem moradia” e que o clube seria o lugar ideal para ser a “morada ao nosso movimento cultural, que tanto necessita”, assim como novamente ressaltou a importância de se tombarem outros espaços como, a *usina velha*: “Não é só o Social que temos pra ‘tombar’. Temos ainda a Usina Velha que poderia, porque não, ser transformada na ‘usina da cultura’, aquele terreno num horto florestal, zoológico”.

Entende-se assim que o debate iniciado com o tombamento do Clube Social proporcionou aos envolvidos refletir sobre outras questões ligadas à preservação do patrimônio e da história local, mas, principalmente através das falas do prof. Biasotto, foi chamada a atenção para a importância da *usina velha*, já pensando numa maneira de reutilizar o local.

Apesar destas citações sobre a usina, não foi encontrada mais nenhuma informação sobre este assunto nos anos de 1985 e em 1986, sendo que somente após quase dois anos a usina foi lembrada.

No final do ano de 1987, a *usina velha* reaparece, neste momento não somente destacando-se a importância de ser preservada, mas sim como um espaço para uma atividade cultural, servindo de “palco” para a exposição “Arte Memória”. Esta exposição foi relatada pelos entrevistados Kinho e Edil, ambos destacaram que a ideia partiu de um professor de arquitetura da então Socigran chamado Roberto Maia e que foram expostos no local quadros da artista plástica Leda Cruz.

Ao analisar o vídeo do Projeto Arte Memória verificou-se que este aconteceu entre os dias 19/09 e 21/09/1987, na antiga usina Filinto Muller e foi coordenado pelo prof. Roberto Maia. Durante o evento, no período noturno, a *usina velha* foi iluminada e recebeu um público bem significativo, além da exposição das telas e painéis da artista Leda Cruz, que estavam dispostos nas ruínas, teve uma *performance* de máscaras em papelmachática do artista Paulo Rigotti, apresentações de danças da Academia Ana

Pavlowa e o musical da orquestra Serenata ao Luar. O evento recebeu o apoio da Funced, Socigran e do jornal *Enfoque* (cf. vídeo Arte Memória⁹⁵).

Os registros deste evento nos periódicos douradenses só foram localizados no jornal *Folha de Dourados*, pois não foram encontradas as publicações completas deste ano do *Enfoque* e d’*O Progresso*. Ao analisar as reportagens, verifica-se que a exposição “Arte Memória” estava inserida como uma das atividades do “1º Festival da Primavera e da Semana da Árvore”. Este evento foi promovido pela prefeitura municipal através da Funced, com apoio de diversas instituições e como programação, entre os dias 13 e 27 de setembro, estava prevista a realização de “passeio ciclístico, pintura livre, plantio de árvores, exposição de artes, dança, torneio, entre outras atividades que marcarão a chegada da primavera” (*Folha de Dourados*, 15/09/1987, p. 3).

Na proposta do Festival, um dos principais objetivos era integrar as tendências culturais através de atividades culturais e esportivas para a comunidade e de realizar a maioria das atividades em áreas ao ar livre (*Folha de Dourados*, 10/09/1987, p. 1). Ainda constava na proposta do evento:

integrar as entidades em atividades conjuntas visando desenvolver e dinamizar a cultura e o esporte a nível local; sensibilizar e conscientizar a comunidade douradense para participar de eventos dessa natureza **e ainda preservar áreas verdes e o patrimônio histórico do Município** ‘buscando harmonizar o homem, a natureza e a história’ (*Folha de Dourados*, 10/09/1987, p. 1; grifos meus).

Considerando que um dos objetivos do “Festival da primavera e a semana da árvore” era a preservação do patrimônio histórico, percebe-se o intuito da realização do evento “Arte Memória” na antiga usina, pois conforme a explicação do então diretor de cultura da Funced, o sr. Edil, esta exposição tinha como objetivo chamar a atenção para preservar a *usina velha*, devido ao seu valor histórico e também transformá-lo num centro de Cultura, pois Dourados carecia deste espaço.

Após anos de desativação a *usina velha* voltou a ser “iluminada”, recebeu apenas uma energia elétrica momentaneamente, mas foi reacendida para os douradenses, para a história, para ficar na história e ser repensada como um “palco” para os artistas.

Após a exposição “Arte Memória” o poder público municipal, através da diretoria de cultura da Funced, iniciou a proposta de tombamento da usina. Ao analisar

⁹⁵ O vídeo foi disponibilizado por Francisco Chamorro (Kinho).

os documentos identifica-se a comunicação interna – CI, enviada por essa esta diretoria para a diretoria executiva da Funced, representada neste momento pela prof.^a Shio Yoshikawa, sobre este assunto (cf. CI nº 019/87/DC, de 17 de novembro de 1987⁹⁶).

Neste documento percebe-se a preocupação com a preservação do acervo histórico no sentido de que este estava desaparecendo devido à especulação imobiliária e que era necessário manter e restaurar algumas construções, entre elas a usina Filinto Muller, bem como solicitava que o conselho deliberativo da Fundação analisasse o pedido de “preservação e tombamento das instalações da Usina Filinto Muller”. O embasamento jurídico utilizado eram os relacionados ao tombamento e a preservação do patrimônio histórico e artístico: Decreto Federal de 1937 e a Lei Estadual nº 245 de 01/07/1981 (cf. CI nº 019/87/DC, in Processo do Projeto de lei nº 40/91).

Em resposta ao pedido do diretor cultural, a diretoria executiva encaminhou um ofício ao presidente do conselho deliberativo da Funced, o prefeito Luiz Antônio Alvarez Gonçalves, solicitando uma reunião com este conselho para a análise da viabilidade do tombamento da usina Filinto Muller (cf. ofício nº 275/87/Funced, de 19 de novembro de 1987, in Processo do Projeto de lei nº 40/91), sendo esta solicitação atendida com a convocação do conselho deliberativo no dia 03/12/1987 para uma reunião ordinária no dia 05/12/1987⁹⁷ (cf. Convocação 002/87 – Funced⁹⁸). Compareceram a esta reunião: o prefeito Luiz Antônio (presidente do conselho); Shio Yoshikawa (vice-presidente do conselho), os conselheiros Edil Luiz da Silva, Rubens Hissao Minaguti e Marilda Souza Machado, inicialmente estes receberam a cópia do anteprojeto de tombamento da Usina Filinto Muller e após uma avaliação aprovaram por unanimidade o tombamento (cf. cópia da ata de 05/12/1987⁹⁹).

Para o pedido de tombamento da usina a diretoria cultural da Funced fez um levantamento da história da usina e realizou entrevistas com os pioneiros da cidade, bem

⁹⁶ Os documentos aqui referidos encontram-se no processo burocrático referente ao projeto apresentado em 1991 pelo vereador Carlos Roberto com vistas ao tombamento da *usina velha* (Projeto de lei nº 40/91), processo esse pertencente ao arquivo da Câmara Municipal de Dourados. Aproveito para informar que uma cópia deste material ficará disponível para pesquisa no CDR, Coleção “Patrimônio Cultural e Ambiental”, pasta “Usina Velha”.

⁹⁷ A pauta da reunião era: tombamento da Usina Filinto Muller, reenquadramento de diretores – FG; reestruturação de tabela e ascensão funcional por tempo de serviço; avaliação da Funced; calendário/88 e assuntos gerais.

⁹⁸ Este documento está na pasta “Usina Filinto Muller” cedida pela prof^a Lori Gressler. Uma cópia deste material ficará disponível para pesquisa no CDR, “Coleção Patrimônio Cultural e Ambiental”, pasta “Usina Velha”.

⁹⁹ Idem.

como organizou uma listagem de trabalhos que deveriam ser feitos para efetivar o tombamento. Esta lista encontra-se na pasta “Usina Filinto Muller”, porém está solta e sem nenhuma referência quanto à data de sua elaboração, mas Edil, após ver esta lista, lembrou que a equipe da diretoria cultural da Funced elaborou um “guia dos passos que deveriam seguir para efetivar o tombamento” e que os X ao lado de cada ponto representavam o que já haviam cumprido.

Sobre este guia de ações percebe-se que o procedimento seguido pela Funced estava baseado no decreto estadual nº 2.351/1983, artigo 3, que definia a formulação das propostas de tombamento e determinava alguns pontos obrigatórios, como: a descrição e exata caracterização do bem; delimitação da área do objeto, as fotografias, mapas e informações culturais do objeto a ser tombado (cf. decreto estadual nº 2.351/1983).

Na lista da Funced são identificadas 9 ações; com base nas anotações ao lado de cada uma e nas informações contidas na pasta da *usina velha*, conclui-se que até o final do ano de 1987 a Funced já tinha organizado:

- 1 – fotografias de todos os ângulos (prédios + área);
- 2 – Levantamento fotografias históricas;
- 3 – Levantamento de dados históricos e dossiê;
- 4 – Levantamento de documentos da área/registros e planta de localização, da área e da construção;
- 5 – Elaboração de um documento completo da usina;
- 6 – Documento do Diretor Cultural/D. Executiva da Funced solicitando encaminhamento do pedido de tombamento ao conselho deliberativo
- 7 – Decisão do conselho deliberativo pelo tombamento.

Restavam ainda como ações a serem desenvolvidas:

- 8 - Proceder à notificação ao proprietário a respeito do tombamento (15 dias para impugnar);
- 9 – Conselho remete ao Prefeito opinando pelo tombamento e expedição dos atos legais;
 - Solicitar a averbação do decreto de tombamento ao registro da matrícula, bem como dos bens – patrimônio existente na área.
 - Usina (restaurar) – parte histórica.

Deste guia de ações da Funced alguns procedimentos deveriam ser concluídos no ano de 1988, porém encontrou-se apenas a informação do encaminhamento de notificação ao proprietário dos bens imóveis, o Sr. Orlando Theodoro Sobrinho¹⁰⁰, de que esta usina foi considerada patrimônio histórico do município (Ofício 001/88/Cons. Delib., 1º de fevereiro de 1988¹⁰¹). Conforme o recibo da entrega do ofício o proprietário foi notificado no dia 23/02/1988¹⁰².

A aprovação do tombamento da usina pelo conselho deliberativo da Funced aconteceu no final do ano de 1987 e deveria ser concretizado todo o processo ao longo do ano de 1988, porém este não foi concluído durante o último ano do mandato do prefeito Luiz Antônio.

De fato, verifica-se que o efetivo tombamento da *usina velha* veio a ocorrer, alguns anos depois, não por iniciativa da prefeitura, mas sim da câmara municipal.

No final da década de 1980 destaca-se no cenário cultural douradense, na defesa da preservação e revitalização da *usina velha*, a poetisa Maria Helena de Oliveira, conhecida como *Heleninha*, a *poetisa dos sonhos* e a *guardiã da usina velha*. Sua atuação em prol deste patrimônio vem desde o final da década de 1980, com ênfase no ano de 1990, quando lançou o livro *Poemas e Poesias “Memórias”*, em que a capa era uma imagem da antiga usina (OLIVEIRA, 2009, p. 15). Conforme as informações fornecidas pela poetisa, foi na década de 1980 que ela fez os primeiros registros fotográficos da usina, sendo o fotógrafo o Sebastião Diez, o Tião (OLIVEIRA, 2015¹⁰³).

¹⁰⁰ Nesta pesquisa não cheguei a investigar o processo pelo qual os terrenos em que se situava a antiga usina acabaram passando para o domínio particular.

¹⁰¹ Este documento está na pasta “Usina Filinto Muller” cedida pela profª Lori Gressler. Uma cópia deste material ficará disponível para pesquisa no CDR, “Coleção Patrimônio Cultural e Ambiental”, pasta “Usina Velha”.

¹⁰² Idem.

¹⁰³ Informações repassadas à autora por mensagem eletrônica – e-mail. Jun/2015.

Figura 6: Capa do livro *Poemas e Poesias “Memórias”*



Fonte: OLIVEIRA, 2009, p. 122.

Durante o lançamento do livro, no dia 28/04/1990, realizado no Samambaia Clube, a poetisa falou do seu grande sonho de que a *usina velha* fosse tombada e revitalizada, e neste momento recebeu o apoio de seus amigos vereadores Alberto Alves dos Santos e do Eduardo Laier, sendo que o primeiro seria o responsável pelo pedido do tombamento na câmara municipal (OLIVEIRA, 2009, p. 50).

Nesta época Heleninha também começou a publicar seus poemas sobre a *usina velha* nos jornais e a apresentar o projeto de revitalização que almejava. No jornal *Folha de Dourados* (23/11/1990, p. 6) a poetisa publicou seu poema “*Fotografia na história: usina Senador Filinto Muller*” e convocou os douradenses a se unirem para que o projeto de tombamento fosse aprovado e a usina transformada no Bosque e Casa da Cultura de Dourados, como mostra o fragmento abaixo:

Vamos todos cidadãos douradenses, vamos dar as mãos e realizarmos juntos o sonho, “sonhado” por tantos para que seja assinado o projeto que tanto espero para que: A VELHA USINA SENADOR FILINTO MULLER, **rainha que se mostra silenciosa** na capa do livro “MEMÓRIAS”, que seja no futuro O BOSQUE E A CASA DA CULTURA DE DOURADOS/MS (grifos meus).

Heleninha, ao utilizar-se do termo “rainha que se mostra silenciosa” para se referir à *usina velha*, traz a ideia de que aquele prédio, que durante os primeiros anos da década de 1950 foi tão sonhado e esperado pela população, neste momento estava esquecido e que era preciso relembrar a sua história evitando assim o seu completo abandono.

A solicitação do tombamento da usina não aconteceu como Heleninha pensava, porém foi concretizado. O pedido do tombamento na câmara municipal foi realizado pelo professor de história e vereador Carlos Roberto Cristino de Oliveira. Sobre este assunto Heleninha escreveu no seu livro “*Usina velha: raios da chaminé*” que:

Entretanto, ainda assim, não houve tempo, pois, ela tanto sonhou que outro político entrou com o pedido para o projeto de tombamento [...] Mas, o fato não mudou em nada o mérito da história, pois, a escritora que é natural de Dourados ficou feliz da mesma forma, visto que o professor Carlão como é conhecido, realizou seu esperado sonho: - o Tombamento da Velha Usina, a ele, o agradecimento sincero (OLIVEIRA, 2009, p. 50).

Sobre a relação de Heleninha com a *usina velha*, a poetisa relatou que este amor vem desde os oito anos e que as primeiras falas que ouviu sobre ela foram do seu pai Manoel de Matos, conhecido por Dequinho de Matos, e que:

Isso tudo constituiu o que para mim, figuraria após como um verdadeiro arcabouço histórico e um legado sagrado como um manto ao qual me consagraria mui respeitosamente como uma guardiã dessa tão nobre figura de tijolos e história que intitulo com tanto zelo e carinho como Usina Velha (OLIVEIRA, 2015).

Com base nas informações compreende-se que a *usina velha* foi lembrada na época do movimento em defesa do Clube Social, em que o prof. Biasotto destacou que este prédio, assim como o clube, era um patrimônio douradense e que deveria ser tombado e preservado. A retomada deste assunto aconteceu com a proposta da poder público, através especificamente da Funced, e da poetisa Heleninha. Apesar de identificarmos as propostas tanto do segmento “oficial” quanto do “não-oficial”, entende-se que o que os impulsionava a defender a ideia era por conhecer a história da usina e também por saber da necessidade de se preservar a história do município. Destaca-se também que com a exposição “Arte Memória” já se percebe o envolvimento dos artistas, dos professores e dos estudantes na preservação da *usina velha* e que após este evento esta foi lembrada e conhecida por segmentos da população e voltou a ser notícia nos jornais.

Para entender o “renascimento” da *usina velha* para Dourados, recorre-se ao conceito de semióforo, utilizado por Chauí (2001, p. 11). A palavra *semeiophoros* vem do grego e é “composta de outras, *semeio* ‘sinal’ ou ‘signo’, e *phoros* ‘trazer para frente’, ‘expor’, ‘carregar’, ‘brotar’ e ‘pegar’”. Entende-se por semióforo:

um acontecimento, um animal, um objeto, uma pessoa ou uma instituição retirados do circuito do uso ou sem utilidade direta e imediata na vida cotidiana porque são coisas providas de significação ou de valor simbólico, capazes de relacionar o visível e o invisível, seja no espaço, seja no tempo, pois o invisível pode ser o sagrado (um espaço além de todo espaço) ou o passado ou o futuro distantes (um tempo sem tempo ou eternidade), e expostos à visibilidade, pois é nessa exposição que realizam sua significação e sua existência (CHAUI, 2001, p.12).

Outra questão importante é que um semióforo “é também posse e propriedade daqueles que detêm o poder para produzir e conservar um sistema de crenças ou um sistema de instituições que lhes permite dominar um meio” (CHAUI, 2001, p. 13).

Para Chauí (2001, p. 14) a disputa pela posse dos semióforos acontece pela hierarquia religiosa, política e da riqueza, bem como a capacidade de produzi-los. Dessas disputas de “poder e de prestígio nascem, sob a ação do poder político, o patrimônio artístico e o patrimônio histórico-geográfico da nação”, ou seja, “os semióforos religiosos são particulares a cada crença, os semióforos da riqueza são propriedade privada, mas o patrimônio histórico-geográfico e artístico é nacional”.

A *usina velha*, após o tombamento, saiu do esquecimento para tornar-se símbolo de uma luta pela preservação da história douradense. A memória é um dos objetos da história e ao estudar as questões relacionadas ao patrimônio cultural é importante compreender alguns aspectos.

Ao utilizar-se da memória na história é relevante considerar que ambas resultam das interpretações dos sujeitos, portanto são subjetivas. Apesar deste aspecto comum as duas não são a mesma coisa: “a memória não é a história, mas um dos seus objetos e simultaneamente um nível elementar de elaboração histórica” (LE GOFF, 1992, p. 49).

Neste sentido, Peter Burke, em *Variedades de história cultural* (2000, p. 70), apresenta que:

Lembrar o passado e escrever sobre ele não mais parecem as atividades inocentes que outrora se julgava que fossem. Nem as memórias nem as histórias parecem mais ser objetivas. Nos dois casos, os historiadores aprendem a levar em conta a seleção consciente ou inconsciente, a interpretação e a distorção. Nos dois casos, passam a ver o processo de seleção, interpretação e distorção como condicionado, ou pelo menos influenciado, por grupos sociais. Não é obra de indivíduos isolados.

Para colaborar neste debate sobre a diferença entre a memória e a história, com enfoque na história cultural, considera-se que:

Compete ao historiador do cultural consentir na fábula, sem se deixar levar. E esclarecendo, em primeiro lugar, este velho idílio, porque história e memória se opõem. A história é um pensamento do passado e não uma rememoração. Forjou as suas próprias armas e codificou as suas leis. O historiador não é, portanto um memorialista, porque constrói e dá a ler a narrativa – sim, a narrativa: descoberta recente, importante e duradoura – de uma representação do passado (RIOUX, 1998, p. 308).

Compreende-se assim que a memória é um dos objetos utilizados pelos historiadores para fazer a narrativa dos fatos, porém deve-se cuidar para não se prender somente às memórias, mas lembrar-se dos silêncios e dos esquecimentos, pois estes também se relacionam à subjetividade dos homens (LE GOFF, 1992).

3.4 O tombamento da usina velha: patrimônio histórico-cultural

O tombamento dos bens materiais e imateriais é considerado uma das principais políticas e mecanismos de preservação do patrimônio cultural, “sendo este o primeiro instrumento de proteção do patrimônio cultural criado no Brasil e também o mais conhecido” (MENDONÇA, 2010, p. 178). No que se refere à expressão “tombamento” temos que:

vem do direito português, no qual o verbo “tombar” significava “inventariar” ou “inscrever” nos arquivos do reino, guardados na Torre do Tombo, Tombamento, portanto, significava inscrever em um dos quatro livros do Tombo: livro de belas-artes, Livro Histórico, Livro Arqueológico e Etnográfico, e Livro Paisagístico (OLIVEIRA, 2008, p. 120).

Nas discussões sobre a política patrimonial no Brasil os autores Pelegrini e Funari (2006, p.44) apresentam que na Constituição de 1934 foi declarado o impedimento à evasão de obras de arte do território nacional e introduzido o abrandamento do direito de propriedade nas cidades históricas mineiras, quando esta se revestisse de uma função social. Com a Constituição de 1937 estes aspectos foram sancionados e:

tornou-se decisiva para a proteção do patrimônio brasileiro, na medida em que submeteu o instituto da propriedade privada ao interesse

coletivo (sob a ingerência do Estado). Esse entendimento terminou viabilizando os processos de tombamento no país, instituídos por meio do Decreto-lei nº 25/1937 (PELEGRINI; FUNARI, 2006, p. 44-45).

A primeira lei brasileira que fez referência a esta prática foi o Decreto-lei nº 25/1937¹⁰⁴, que no capítulo II trata do tombamento e apresenta os quatro livros tombos: 1) Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; 2) Livro Tombo Histórico; 3) Livro do Tombo das Belas Artes; 4) Livro do Tombo das Artes Aplicadas.

Sobre o tombamento Fonseca (1996, p. 157) expõe que:

é na análise da prática de tombamentos que se tem mais elementos para poder avaliar o exercício da cidadania na política federal de patrimônio, **pois, no Brasil, este é o processo constitutivo por excelência do patrimônio histórico e artístico nacional** (grifos meus).

Ao longo da década de 1980 as propostas de tombamento aumentaram principalmente devido aos pedidos feitos por segmentos da sociedade e outras instituições do governo. Na interpretação de Fonseca (1996, p. 158) isto representa um:

indício de que o patrimônio estava sendo então considerado pela sociedade brasileira, mesmo que de maneira ainda bastante limitada, como um campo para afirmação de novas identidades coletivas, que se valiam dos bens culturais como referências materiais e simbólicas. Ao lado do interesse do Estado de circunscrever um universo de bens culturais que atestassem a “existência” da nação, surgiram novas motivações, por parte de grupos sociais diversos, que erigiam o exercício da preservação de “lugares da memória” em direito.

Ainda no que se refere às políticas de preservação do patrimônio histórico-cultural outra mudança importante foi que a partir de meados dos anos 1980 iniciaram-se as propostas a nível estadual e municipal e muitas delas têm se pautado na noção de “cidadania cultural” (FONSECA, 1996, p.2).

Na década de 1980 a Lei Estadual do MS de proteção do patrimônio cultural era a nº 245/1981. No seu artigo 2º apresenta que somente “passarão a integrar o patrimônio histórico e artístico do Estado, para os efeitos desta lei, depois de inscritos nos Livros de Tombo do Departamento Estadual de Cultura”. Entende-se assim que um bem móvel ou imóvel só é considerado patrimônio estadual a partir do momento que o

¹⁰⁴ Disponível em:< <http://www.planalto.gov.br>>.

mesmo estiver inserido no livro tomo, ressalta-se que os livros tomos estipulados nesta lei são os mesmos definidos pelo Decreto nº 25/1937.

No caso da solicitação de tombamento da *usina velha* realizado pela Funced, percebe-se que para fazer o pedido citaram como embasamento legal apenas o decreto federal de 1937 e a legislação estadual, não fazendo nenhuma referência a lei municipal (cf. CI nº 019/87/DC). Por não ter referência a lei municipal e com base nos dados levantados para a pesquisa, compreende-se que até aquele ano não existia no município nenhuma lei específica sobre o tema; na verdade, segundo informações obtidas em conversa informal que mantive com representantes da Procuradoria Geral do Município de Dourados (PGM), até a Constituição Federal de 1988 a legislação municipal era esparsa, em leis e decretos, não existindo sequer uma “lei orgânica municipal”.

Uma medida importante tomada pela Funced, após a deliberação favorável ao tombamento histórico da usina, foi a notificação do proprietário do terreno em que se encontra a *usina velha*. No que se refere à legislação sobre o tombamento de bens em propriedade particular, tanto o decreto federal quanto a lei estadual apresentam que nestes casos o tombamento deve ser feito de forma voluntária ou compulsoriamente.

Apesar do conselho deliberativo da Funced ter aprovado o tombamento histórico da *usina velha*, este não foi concluído através de atos legais e o pedido oficial de tombamento da usina aconteceu somente em 1991, através da proposta do vereador Carlos Roberto Cristino, também conhecido como *Carlão*.

Em entrevista realizada com Carlão¹⁰⁵ o mesmo relatou que achava importante o tombamento da usina por considerá-la um marco histórico, seu objetivo era o de preservar a memória e que na época teve apoio dos vereadores que aprovaram o projeto. Com relação à proposta de revitalização ele comentou que não pensou em transformar o lugar num museu ou algo assim, mas sim em deixar a *usina velha* com um “visual histórico para as futuras gerações, que nós tivemos uma usina termoelétrica em Dourados e tal” (OLIVEIRA, 2014).

Apesar de não ser o objetivo principal do vereador a transformação num espaço cultural, no projeto de lei de tombamento, nº 40/91, está como título MUSEU e a justificativa do vereador era de que Dourados, sendo a “2ª cidade do Mato Grosso do Sul, a mesma é desconstituída de um acervo histórico em que possa retratar a epopeia de seus desbravadores e colonizadores” e que “como educador e pai gostaria que o poder

¹⁰⁵Carlos Roberto Cristino de Oliveira. Entrevista em outubro de 2014. Dourados/MS.

executivo, junto com a comunidade, preocupasse em deixar este legado histórico para nossos filhos e sucessores” (cf. Projeto de lei nº 40/91¹⁰⁶).

Na documentação encontrada na câmara municipal aparecem, na sequência do projeto apresentado pelo vereador, dois pareceres favoráveis: o primeiro da comissão de obras, serviços públicos e planejamento, que relata a importância da matéria, pois visa “resgatar a cultura e também a preservação do Patrimônio Histórico de Dourados”; o segundo parecer foi da comissão de justiça, legislação e redação, que considerou o projeto legal e constitucional e enfatizou que “é uma das mais antigas edificações que existe em Dourados”; o mesmo parecer observou também que na Lei Orgânica do Município estava prevista a preservação do patrimônio histórico cultural e lembrou ainda que “a execução do projeto virá sem dúvida reativar um antigo sonho dos douradenses, a implantação de um museu, onde possam ser cultivadas as mais antigas memórias, cultural, objeto e outros” (cf. Processo do Projeto de lei nº 40/91).

Em seguida destes pareceres estão inseridos os documentos elaborados pela Funced, sendo estes já citados e explicados anteriormente: o ofício nº 275/87/Funced e a CI nº 019/87/DC; um levantamento da planta baixa; dados de localização da área da usina; memorial descritivo de 1987 e os dados históricos.

Este ofício, a CI, os dados e as informações históricas da *usina velha* que estão no projeto de lei são todos os elaborados pelo departamento de cultura da Funced e utilizados no pedido de tombamento feito ao conselho deliberativo do órgão em 1987. Não é possível afirmar, mas a impressão que se tem, ao analisar esta documentação, é que foi dado seguimento à proposta iniciada pela Funced, pois um dos pontos que ainda não tinham sido cumpridos, conforme o plano da fundação, eram os atos legais, conforme já assinaléi. Isso porque, pouco antes da lei que determinou o tombamento (Lei nº 1.694, de 15 de julho de 1991), o poder executivo municipal já tratou de editar um decreto (nº 117/91) declarando de utilidade pública, para fins de desapropriação, os imóveis onde estavam as ruínas da usina.

De fato, estão inseridos na sequência do processo uma cópia da lei de tombamento, publicada n’*O Progresso*, dia 17/07/1991; cópia da lei Estadual que dispõe sobre o tombamento – nº 245/1981 e do decreto nº 117 de 12/06/1991.

¹⁰⁶ Na análise que se segue, utilizo a documentação existente no arquivo da Câmara Municipal de Dourados, a saber, todo o processo burocrático referente ao projeto então apresentado pelo vereador Carlos Roberto (Projeto de lei nº 40/91).

O referido decreto nº 117 declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, os imóveis nº 0662 e 21.136, que possuem como benfeitorias parte das ruínas da Usina Filinto Muller, especialmente para a preservação e recuperação do prédio onde funcionou a usina. As considerações para tal medida foram: a sugestão do conselho deliberativo da Funced em 05/12/1987 para o tombamento do imóvel e a Lei Orgânica do Município de 1990, inciso VIII do artigo 14, que dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico-cultural. No decreto, foi definido, conforme o artigo 2º, parágrafo único, que por serem os “imóveis sem benfeitorias com valor comercial, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da publicação deste decreto, será requerida a imissão provisória na posse, depositando-se em juízo o valor apurado [...]” (cf. Processo do Projeto de lei nº 40/91).

Um detalhe interessante é que neste mesmo processo, na sequência dos documentos acima referidos, está inserida a cópia de uma minuta para o regulamento de um (futuro) Conselho de Proteção ao Patrimônio do Município de Dourados, onde constam as competências e diretrizes deste conselho, a definição de patrimônio histórico, artístico e cultural e as regras para o tombamento municipal. No final da minuta consta o ano de 1985, isto é, anterior às discussões do tombamento da *usina velha*.

Conforme as pesquisas para este trabalho entende-se que o ao longo do referido ano de 1985, como já foi observado, foram desenvolvidas várias atividades relacionadas à preservação do patrimônio cultural e da história local, principalmente devido às comemorações do cinquentenário, sendo interessante para o momento a criação do Conselho. Apesar deste interesse nada foi concluído, já que o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental só foi instituído em 1990.

Por fim, foram inseridas no processo cópias das matrículas nº 0662 e 21.136; mapas; localização e as cópias das fotografias da usina (estes últimos documentos foram os elaborados pela Funced em 1987); cópia do Decreto nº 25/1937; do Código Penal – artigo 165 que dispõe sobre as penalidades para o abandono de bens tombados e o Decreto-lei nº 3.365, de 21/06/1941, sobre os espaços de utilidade pública.

Este projeto de lei foi aprovado e tornou-se a lei nº 1.694, de 15 de julho de 1991. No artigo 1º temos que foi “tombado como patrimônio histórico municipal o prédio da antiga Usina Filinto Muller”; o artigo 2º dispõe que a área onde se encontra a usina será desapropriada e no artigo 3º que “o prédio, objeto desta lei, será restaurado

pelo Poder Público e transformado no Museu de Dourados” (cf. Processo do Projeto de lei 40/91).

Considera-se importante destacar que quando a Lei de tombamento da *usina velha* foi promulgada já estava em vigor a Lei Orgânica Municipal – LOM (1990) e tinha sido aprovado o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental, ou seja, existia uma legislação municipal para subsidiar o tombamento e proteger um bem já tombado como patrimônio.

3.5 As promessas de revitalização da usina ao longo da década de 1990

Após a promulgação da lei de tombamento da *usina velha* iniciou-se uma nova etapa na história deste patrimônio histórico-cultural, caracterizado principalmente por um processo de divulgação do espaço através de atividades culturais; cobranças da população para que a prefeitura municipal fizesse uma revitalização e a apresentação de projetos de reutilização do espaço. Para entender este processo a imprensa é uma das fontes, pois se tornou um importante meio para a divulgação da usina e um espaço sempre utilizado para fazer as cobranças e divulgar os projetos que estavam em desenvolvimento.

Sobre a atuação da imprensa, o jornalista Luis Carlos Luciano considera que desde a época que começou a trabalhar nesta profissão a história e o abandono da *usina velha* já era uma constante nos jornais e que este assunto ainda permanece na pauta jornalística (LUCIANO, 2015).

Após a aprovação da lei de tombamento da usina Filinto Muller o jornal *O Progresso* (22/08/1991, p. 6) publicou numa página inteira informações sobre a *usina velha* e a implantação do centro cultural neste espaço.

Sobre o centro cultural é interessante destacar que foi enfatizado que este espaço era uma solicitação antiga dos douradenses, principalmente das pessoas do meio cultural, pois a cidade não tinha um lugar adequado para a realização de atividades culturais o que até inviabilizava atrações que precisavam de maior estrutura. As expectativas de melhorias neste setor, com a transformação da *usina velha*, estão presentes nos depoimentos de pessoas entrevistadas para a publicação d’*O Progresso*, como o do diretor cultural da Funced desta época, Luis Carlos Nunes Pael:

Essa obra histórica proporcionará uma completa revolução cultural em

toda a região. Será a concretização de uma antiga aspiração da comunidade douradense que poderá a partir de então dispor de um local para se reunir. O local oferecerá condições para abrigar as mais diversas atividades culturais [...] (*O Progresso*, 22/08/91, p. 6).

É interessante destacar que na lei de tombamento da usina foi estipulada a construção do museu, porém a maioria dos projetos prevê a transformação da *usina velha* num centro cultural. Este fato deve estar relacionado a uma tentativa da prefeitura municipal de minimizar as cobranças que eram feitas para a construção deste espaço e assim seriam resolvidos dois problemas: investimento no setor cultural, através de espaços para as atividades, e a preservação do patrimônio cultural do município.

Posteriormente a esta notícia d' *O Progresso*, o jornal *Enfoque* (14/09/1991, p. 2), publicou uma pequena nota na coluna "A Semana" com a imagem das ruínas da usina e a informação de que esta seria transformada num centro cultural.

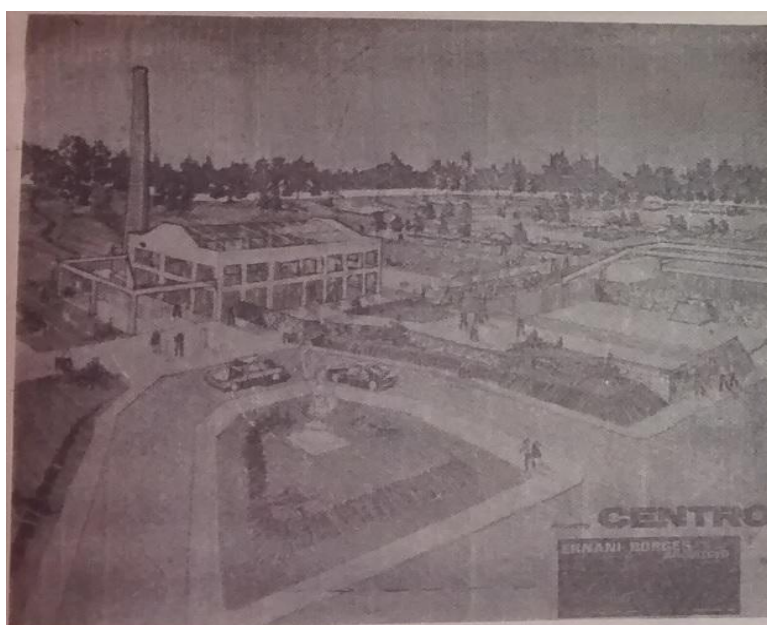
Conforme já foi observado, essa questão da reivindicação e da construção de um espaço cultural era algo presente nos discursos das pessoas envolvidas com a cultura douradense desde meados da década de 1980, quando se iniciou a luta pelo tombamento do Clube Social e a reutilização do seu espaço, pois entre os anos de 1980-1990 os principais espaços da cidade para os eventos eram os auditórios do Ceud e do Cine Ouro Branco. A década de 1990 iniciou-se com perspectivas de realização do sonho destes artistas, pois existia a promessa da construção do Teatro Municipal e do Centro Cultural.

Na reportagem da *Folha de Dourados* (01/10/1991, p. 2) foi noticiado que o prefeito Braz Melo (1989-1992) tinha solicitado à câmara uma área para a construção do teatro e a princípio seria instalado juntamente com o *shopping center*, próximo ao terminal rodoviário, sendo que a prefeitura estava tentando negociar uma troca em que ela cederia o espaço para o *shopping* e os empresários fariam o teatro. Com relação ao centro cultural, a promessa era de que até o final do ano este estaria pronto e seria instalado na usina Filinto Muller. Conforme o projeto que estava em andamento, as ruínas seriam preservadas e seria construído:

um salão de artes, teatro de arena sofisticado para apresentações de show, sem o compromisso único de ser um teatro exclusivo. Também será construído um parque infantil todo arborizado, estacionamento e vasta área de lazer, onde a família douradense poderá passar horas de muita descontração e lazer (*Folha de Dourados*, 01/10/1991, p. 2).

Logo no início do último ano do mandato do prefeito Braz Melo, a então diretora executiva da Funced, Elizabeth Salomão, em reportagem publicada no *Enfoque* (29/02/1992, p. 11), destacou que os maiores desafios da Funced eram as construções do centro cultural e do teatro, sendo que com relação ao primeiro, a ser localizado na antiga usina Filinto Muller, estava prevista uma recuperação do prédio, construção de um salão permanente, biblioteca e anfiteatro, e a inauguração seria em julho; já com relação ao teatro, a previsão era para ser na primeira quinzena de outubro.

Figura 7: Projeto do arquiteto Ernani Borges para o Centro Cultural a ser construído no espaço da *usina velha*



Fonte: *Enfoque* (29/02/1992, p. 11).

Em entrevista que realizei com o ex-prefeito Braz Melo¹⁰⁷, ao questioná-lo sobre o tombamento da usina, ele informou que, como conhecia a história da *usina velha*, achava muito importante preservá-la, e destacou que a ideia do tombamento era no sentido de evitar que ela fosse depredada ainda mais. Sobre a revitalização ele relembrou que considerava importante não apenas o tombamento, mas também transformar o espaço e dar uma utilidade para ele:

Não adianta você fazer o tombamento da usina e não ter nada lá pra mostrar, tá certo, vai chegar lá, coisa velha, tal, tem que ter alguma coisa diferente, então o primeiro estudo que nós fizemos, foi o Ernani Borges que fez, do lado da usina, pra baixo, onde era a serraria, ali teria um anfiteatro, e do lado que é pra baixo teria a casa de cultura

¹⁰⁷ Antônio Braz Genelhu Melo. Entrevista realizada em janeiro de 2015. Dourados/MS.

[...] (MELO, 2015).

Ainda em 1992, os artistas que se organizaram para participar do evento *Singulares* – exposição de artistas douradenses que aconteceu em Campo Grande (20/12), utilizaram-se da *usina velha* para fazer fotografias e a divulgação da exposição. As imagens foram publicadas em meios de comunicação impressos, como a reportagem d’*O Progresso* (19-10/12/1992, p. 1).

O ano de 1993 iniciou-se sem qualquer indício da construção do centro cultural e com o início do mandato do novo prefeito, Humberto Teixeira (1993-1996). Um dos marcos deste período foi a desapropriação do terreno onde está localizada a *usina velha*, estando este terreno agora em nome da prefeitura municipal.

A escritura pública de compra e venda do terreno¹⁰⁸ foi lavrada no cartório do 1º Ofício de Dourados, no dia 02/07/1993, de forma amigável. É relevante mencionar que neste documento foi feita referência a algumas legislações e dentre elas o decreto nº 117 de 12/06/1991, que considerou o terreno de utilidade pública para desapropriação e que a compradora pretende construir um centro cultural no local. O valor da compra foi de 12.477,718 UPFs, ou seja, CR\$ 1.758.671.963,00.

A partir da desapropriação a prefeitura municipal, através da Funced, era a responsável pelo espaço e a promessa era que o local passaria por um processo de recuperação e por uma perícia técnica e depois seria utilizado para a realização de manifestações culturais (*O Progresso*, 23/07/1993, p. 1).

Na entrevista que realizei com o diretor de Cultura da Funced durante a administração de Humberto Teixeira, o sr. Adilvo Mazzini¹⁰⁹, ele relatou que um dos fatores que os motivaram a trabalhar com a *usina velha* foi o fato dela estar tombada e que como um patrimônio histórico não podiam deixá-la “como um mausoléu jogado às traças. Então nós começamos, realmente na minha gestão, já começamos a olhar isso com muito cuidado” (MAZZINI, 2015).

No seu relato, Adilvo Mazzini contou que primeiramente verificaram a lei de tombamento e a documentação que existia sobre o assunto, posteriormente solicitaram ao departamento de serviços urbanos da Prefeitura uma limpeza do espaço e que “a

¹⁰⁸ Este documento faz parte dos anexos da Ação Civil Pública elaborada pelo Ministério Público contra a Prefeitura Municipal por abandono do bem tombado “Usina Filinto Muller”, denúncia que foi feita por Heleninha em 1999. Uma cópia do processo está disponível para pesquisa no CDR, na coleção Patrimônio Cultural e Ambiental, pasta Usina Velha.

¹⁰⁹ Adilvo Mazzini. Entrevista realizada em fevereiro de 2015. Dourados/MS.

partir dessa limpeza, que se descortinou de maneira mais clara o que seria tudo aquilo” (MAZZINI, 2015).

Adilvo destacou também que na época conversaram com um senhor que trabalhava no Tênis Clube e que conhecia a história da usina e este lhes informou que havia muita coisa soterrada. Para saber o que existia soterrado era preciso fazer uma limpeza mais profunda e como não eram especialistas neste assunto entraram em contato com o Iphan, que enviou uma especialista para Dourados e esta foi informando os passos que deveriam seguir para efetivar a limpeza completa. Após estes levantamentos e as orientações da professora solicitaram ao departamento de engenharia um projeto que “tratou cuidadosamente de transformar aquele espaço num espaço cultural, não só de preservação, mas de uso de fato e efetivo culturalmente” (MAZZINI, 2015).

Na entrevista o então diretor de cultura descreveu o projeto, o qual utilizaria todos os espaços da usina, do terreno onde ela está e tomando os devidos cuidados com a proteção do bem tombado. No projeto estava prevista a construção de uma sala para projeção, para banda, um anfiteatro no modelo dos teatros de arena, uma sala de exposições artísticas, uma concha acústica para apresentações musicais e outro espaço para lançamentos de livros, passarela e outras atividades (MAZZINI, 2015).

No que se refere a este projeto sabe-se que a prefeitura municipal, através da Funced, solicitou os trabalhos da arquiteta Marilda Grubert, da FCMS, para fazer uma vistoria na usina. Esta realizou, entre os dias 2 e 3 de agosto de 1994, um “levantamento métrico para analisar as condições atuais da estrutura, fundações, e conseqüentemente as restaurações das paredes”, para que posteriormente fosse realizada a construção da Casa da Cultura. Conforme as informações da então diretora-executiva da Funced, Noemi Ferrigolo, a *usina velha* “em breve vai abrigar a Casa de cultura de Dourados que também englobará o museu municipal, oficinas de artes, danças e músicas” (*O Progresso*, 03/08/1994, p. 1 – caderno B).

Sobre o projeto mencionado, enquanto era diretor de cultura o sr. Adilvo informou ao jornal *Diário do Povo* (10/11/1994, p. 2) que a usina seria transformada em Casa da Cultura e que o projeto já estava pronto, sendo este elaborado por uma arquiteta de Campo Grande. A expectativa era de que as obras seriam iniciadas e concluídas em 1995 e este seria o ano da Cultura em Dourados; destacou ainda que “a obra é um grande anseio da população, principalmente da classe artística da cidade, que hoje não conta com um espaço cultural”.

Para Adilvo, a transformação da *usina velha* em Casa da Cultura era importante porque criava um espaço para a cultura e ao mesmo tempo o patrimônio seria mais valorizado:

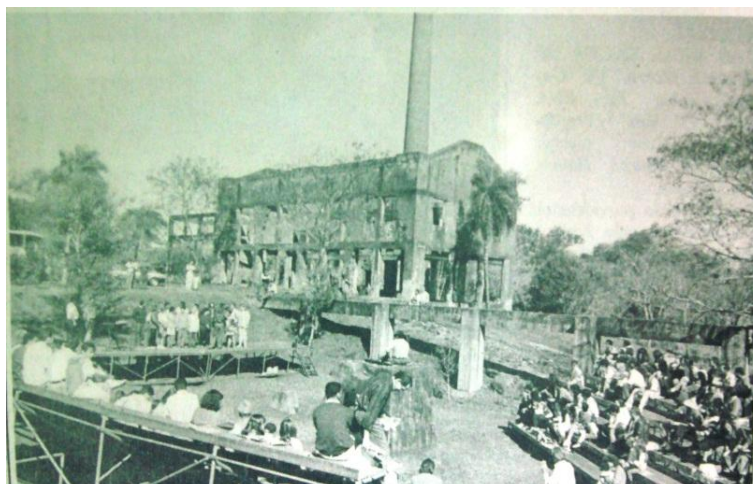
Além da falta de espaço, e na época muito mais do que hoje, porque hoje já temos alguns espaços graças a Deus, já temos alternativas, mas no nosso tempo não havia, então você imagina pegar um espaço preservado como patrimônio e transformar num espaço cultural, aumentaria muito mais o valor de uma preservação, muito mais, você tem algo que está sendo cuidado e ao mesmo tempo utilizado, na prática (MAZZINI, 2015).

Outro ponto mencionado pelo entrevistado foi sobre as atividades culturais realizadas na *usina velha* durante o período em que trabalhava como diretor de cultura da Funced, foram realizados na usina: os desfiles de moda, lançamentos de livros e o encontro de corais, sendo este encontro o 15º, realizado em 1994. Este evento contou com a participação de 19 corais, vindos do Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Alagoas, Mato Grosso do Sul e Paraguai. O primeiro dia foi no Cine Ouro Branco e recebeu um grande público, sendo necessário instalar um telão na Avenida Pres. Vargas para que todos pudessem assistir; já o encerramento foi no domingo, dia 08/08, com uma celebração de ação de graças na *usina velha*, sendo este considerado “uma grande festa! Um momento ímpar na cultura douradense” (cf. documento 17º Encontro de Corais “Dourados” – 03/08/96¹¹⁰).

Sobre a organização do evento aponta-se que a equipe da secretaria de serviços urbanos realizou uma grande limpeza na *usina velha* para poder receber as atividades do domingo (08/08) e que esta apresentação foi a primeira manifestação cultural da administração do prefeito Humberto Teixeira na *usina velha* (*O Progresso*, 03/08/1994, p. 1 – caderno B).

¹¹⁰ Documento disponível para pesquisa no CDR – Coleção Manifestações artístico-culturais diversas, pasta “Coral Santa Cecília”.

Figura 8: Encontro de corais realizado na *usina velha* em 1994



Fonte: *O Progresso*, 22/08/1994, p. 1 – caderno B.

Para Adilvo estes eventos eram relevantes para sensibilizar a população e a administração com relação à importância do patrimônio:

Quanto mais atividades fizessem mais você motivaria a que fosse olhado com maior carinho, então a gente tentou fazer uma série de coisas pra tentar provar que tinha que ser feito, que valia a pena, a comunidade seria altamente beneficiada, porque nós tínhamos um espaço alternativo fantástico, maravilhoso, que valorizaria não só a ruína propriamente dita que está lá, mas toda uma região que é fundo de vale [...] (MAZZINI, 2015).

Como já mencionado, desde o início da década de 1990 a poetisa Heleninha destacou-se na defesa da *usina velha*. Após o tombamento da usina e as propostas de revitalização a atuação da poetisa ficou mais evidente, sendo possível encontrar diversas reportagens relacionadas à usina e a sua “guardiã” nas páginas dos jornais douradenses. Como exemplo cita-se a publicação da *Folha de Dourados* (15/09/1993, p. 5) intitulada “O sonho tornando-se realidade”, em que Heleninha descreve um pouco da sua trajetória, sua expectativa em ver seu sonho tornar-se real e publica seu poema “Ruína”.

A atuação da Heleninha em divulgar seu projeto, as reportagens publicadas e as apresentações culturais que aconteceram na *usina velha* são pontos que merecem destaque, pois são fatores relevantes para tornar este patrimônio conhecido e reconhecido na cidade. A Funced, representando a administração municipal, era a entidade que estava envolvida e atuando em defesa da antiga usina, sua presença estava centralizada em procurar tornar o lugar conhecido e com utilidade, isto ficou evidente com as propostas de revitalização e dos eventos realizados.

3.6 Novos projetos, esperança renovada e nenhuma revitalização da usina velha

A promessa de revitalização da *usina velha* permanecia, mas além da limpeza no local nenhum outro procedimento de fato aconteceu. No ano de 1995, na matéria publicada no jornal *Correio do Estado* (06/10/1995, p. 1 – caderno B), intitulada “Dourados guarda muito pouco de sua memória”, os aspectos relacionados à história e à preservação do patrimônio do município foram os pontos centrais. Utilizando-se das informações repassadas pela diretora executiva da Funced, Noemi Siqueira Ferrigolo, destacam-se algumas ações da Funced, como: a pesquisa sobre a Colônia Agrícola Nacional – CAND; a reativação do museu municipal e a desapropriação da *usina velha*. Sobre a usina percebe-se que não houve nenhum avanço no processo de transformação do seu espaço em Casa da Cultura, pois foi apresentado que “a meta da Funced seria aproveitar a estrutura existente ainda para a criação de um centro cultural”.

A questão da falta de espaços em Dourados para a realização de eventos era algo muito presente nas discussões e reivindicações da sociedade, principalmente pelo meio artístico, a expectativa era que com a construção do teatro municipal e do centro cultural na *usina velha* esta ausência estaria resolvida. Na edição comemorativa do jornal *O Progresso* de 1995, o professor Paulo Nolasco destacou esta questão:

no reclamo geral acerca da carência de um espaço especialmente criado para abrigar nossos eventos e realizações culturais: o teatro de Dourados, que tem mobilizado tantas pessoas de boa consciência cultural, mas que tem sido vencidas pela debilidade de uma consciência ainda ligada a manifestações essencialmente folclóricas e fundadas na improvisação (*O Progresso*, 19-20/12, 1995).

A construção do teatro municipal teve sua proposta inicial com o prefeito Braz Melo, no seu primeiro mandato, porém devido a problemas na localização não foi possível iniciar a construção. Em 1995 foi definido o local, uma área doada pelo governo do Estado na região central da cidade, e neste espaço foi construído também o Parque dos Ipês, formando um “complexo” para atividades esportivas e culturais. Este parque foi inaugurado em 20/12/1995, com: pista de atletismo; quadra poliesportiva de vôlei de areia e peteca; lanchonete; sanitários; *play-ground*; fonte luminosa; quiosques, além de espaço destinado para Academia Douradense de Letras – ADL e biblioteca. O teatro municipal foi instalado num terreno ao lado (*O Progresso*, 19-20/12, 1995) e a

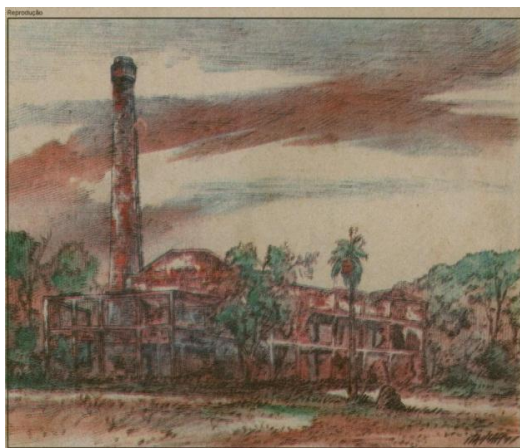
inauguração somente aconteceu em abril de 1998, durante o segundo mandato do prefeito Braz Melo (1997-2000).

Discutir esta questão do teatro municipal é interessante para se pensar alguns aspectos que envolvem a transformação da *usina velha* num centro cultural, pois compreende-se que, com a construção deste espaço (o teatro municipal), uma das reivindicações dos douradenses estava resolvida, bem como presume-se que existiu uma “seleção”, ou seja, entre a construção do teatro e a do centro cultural na usina, optou-se pelo primeiro.

Conclui-se que o mandato do prefeito Humberto Teixeira iniciou-se com grandes perspectivas para a transformação da *usina velha* no centro cultural, porém nada aconteceu e já no final do ano de 1996 estava nas páginas d’*O Progresso* o seu abandono. Na publicação intitulada “Usina pode ter o mesmo destino que o Clube Social”, o escritor Nicanor Coelho destacou a importância da Heleninha, como uma das primeiras a lutar pela preservação da *usina velha*, e acrescentou que se nada fosse realizado a antiga usina seria destruída, assim como foi o Clube Social (*O Progresso*, 18/11/1996, p. 1 – Caderno B).

A atuação da poetisa Heleninha, voltada para a cobrança dos administradores para preservarem a *usina velha*, ao mesmo tempo serviu para divulgar a imagem deste patrimônio. Neste sentido cita-se a reportagem publicada n’*O Progresso* (10/07/1997, p. 1 – caderno B) sobre o lançamento do poema “Ruína”, de Heleninha, e a ilustração, feita a bico de pena, do artista plástico Itamar Gonçalves, que recebeu o título de “Futuro bosque e casa da cultura de Dourados”.

Figura 9: Futuro bosque e casa da cultura de Dourados – Desenho de Itamar Gonçalves



Fonte: *O Progresso*, 10/07/1997, p. 1 – caderno B.

Desde o tombamento da *usina velha*, a sua história e importância para Dourados vem sendo discutida e em alguns momentos isto aconteceu de forma mais intensa, como no ano de 1999. É importante destacar que nesta época havia retornado à administração municipal o prefeito Braz Melo, o qual fez seu segundo mandato (1997-2000).

Ao longo do ano de 1999 foram identificadas várias reportagens nos jornais sobre a história e o projeto de revitalização da antiga usina. No jornal *Diário do Povo* (5/05/1999, p. 1 – segundo caderno) foram publicadas três reportagens, sendo estas sobre: a história, o projeto de revitalização e relatos do sr. Evaristo Ferreira da Silva, um dos construtores da usina Filinto Muller.

Uma das principais ações da prefeitura, nesta época, foi uma grande limpeza realizada na *usina velha*:

Há aproximadamente um mês a Prefeitura Municipal vem limpando a área da usina e a própria parte física da construção, cavando e retirando terra da fornalha, da caldeira, dos antigos geradores, de todo o ‘buraco’ que no passado teve alguma utilidade cujo valor histórico, hoje, torna-se indescritível. Em meio aos escombros, os operários encontram volta e meia pequenas peças que não se sabe exatamente que finalidade elas tiveram. Nada foi tirado do local, a não ser a vegetação rasteira que dificultava o acesso e escondia esse tesouro douradense (*Diário do Povo*, 17/05/1999, p. 1 – segundo caderno).

Foto 7 : Limpeza da *usina velha* (1999)



Fonte: Arquivo pessoal de Heleninha

A esperança de revitalização do espaço foi retomada com a divulgação da secretaria de obras de um novo projeto para a usina. A primeira informação é que

inicialmente não seria feita a restauração, pois requer um investimento financeiro alto, mas sim uma recuperação, em que:

O local será coberto, o piso será consertado, na área lateral que está aberta será colocado [sic] vidros blindados. Na chaminé que está tomada por rachaduras devido a queda de um raio será colocada cinta de amarração [...] Já com relação a duas paredes que estão prestes cair, estas serão de vez [sic] retiradas da usina velha Filinto Muller (*Diário do Povo*, 5/05/1999, p. 1 – segundo caderno).

Ainda conforme a reportagem, este projeto elaborado por Ernani Borges foi um pouco modificado pela secretaria municipal de obras, mas não descaracterizava o prédio da *usina velha*. Após os reparos o espaço estaria preparado para receber o museu municipal ou para exposições de artistas (*Diário do Povo*, 5/05/1999, p. 1 – segundo caderno). É relevante destacar que até 1998 foram apresentadas propostas de revitalização da usina e sua transformação num centro cultural, mas nesta proposta de 1999 já é mencionada a construção de um museu ou espaço para exposições – o que se deve, a meu ver, ao fato de que em 1998 já tinha sido inaugurado o teatro municipal, o que solucionou um problema antigo: a falta de espaços para apresentações culturais.

Com relação a projetos de revitalização na usina destaca-se a atuação do arquiteto Luiz Carlos Ribeiro, que fez alguns desenhos¹¹¹ sobre o que considerava importante fazer na *usina velha*. Ribeiro¹¹² relatou que os desenhos foram feitos no final da década de 1990, mas não era o projeto da usina, eram apenas ideias e sugestões. Para ele a reconstituição da usina, como no original, era algo inviável devido à questão dos custos e também por ser difícil de encontrar e fazer tudo igual, mas era possível preservar as ruínas, este era um procedimento mais fácil. Para o arquiteto, somente a preservação das ruínas não resolveria o problema, era preciso dar uma utilidade ao espaço:

não adianta você reconstituir isto aqui ou preservar as ruínas e deixar lá abandonado, se eu não der um uso pra aquilo ali, você esquece, com o tempo ele vai virar ruína tudo outra vez, ele vai se desgastar, o tempo vai se encarregar disso, então se nos dermos uma utilidade ele vai estar permanentemente sendo preservado, pô, qual seria a utilidade? Obviamente me parece claro isto, ele tem que ter um

¹¹¹ Os desenhos fazem parte dos anexos da Ação Civil Pública elaborada pelo Ministério Público contra a Prefeitura Municipal por abandono do bem tombado “Usina Filinto Muller”, cuja denúncia foi feita por Heleninha em 1999. O processo está disponível para pesquisa no CDR, na coleção Patrimônio Cultural e Ambiental, pasta Usina Velha.

¹¹² Luiz Carlos Ribeiro. Entrevista realizada em maio de 2015. Dourados/MS.

sentido cultural ali dentro (RIBEIRO, 2015).

Conforme a explicação de Ribeiro (2015) sobre seus desenhos, a ideia era deixar o antigo e inserir o moderno, de forma que ficasse claro o que pertence a usina e o que foi inserido, para assim poder dar utilidade à *usina velha*, sem descaracterizá-la. Apesar dessas considerações sobre o projeto, ele disse que tudo foi elaborado através de conversas informais, realizadas algumas vezes na usina, juntamente com o prefeito Braz Melo.

Estas conversas realizadas e os desenhos feitos pelo arquiteto Luiz Carlos Ribeiro não tiveram nenhuma relação com projeto elaborado oficialmente pelo arquiteto Ernani Borges, sendo que Luiz Carlos Ribeiro fez algumas críticas a este. Para Ribeiro não é que o projeto estava ruim, porém o Ernani teria pecado por fazer o seu projeto concorrendo com o prédio antigo, ou seja, “a usina é a protagonista na história, ela não pode ser coadjuvante” (RIBEIRO, 2015).

A proposta de transformação da *usina velha* num espaço para atividades culturais está relacionada a um processo de reutilização. Para Choay (2006, p. 219), este processo “consiste em reintegrar um edifício desativado a um uso normal, subtraí-lo a um destino de museu, é certamente a forma mais paradoxal, audaciosa e difícil da valorização do patrimônio”. A operação de transformar um monumento em um espaço de uso é difícil e complexo, deve-se levar em conta o estado material do edifício, o que requer uma avaliação do fluxo dos usuários potenciais, e as consequências da reutilização são: o monumento é poupado aos riscos do desuso, mas é exposto ao desgaste e usurpações do uso (CHOAY, 2006, p. 219).

Conforme Choay (2006, p. 221) as dificuldades surgem quando a ideia é reutilizar espaços, que formam as obras-primas da arquitetura pré-industrial, em funções culturais, como: museus, biblioteca, fundações, pois estas sofrem concorrência com as funções utilitárias, de prestígio ou comuns, como ministérios, sedes sociais, escritórios, comércio. Em todos esses casos é necessário ter profissionais capacitados e o custo é elevado e “é por isso que é difícil garantir que a reutilização seja rentável, o que em geral só se consegue em prejuízo da funcionalidade” (CHOAY, 2006, p. 221).

A prática da reutilização depende do bom senso, da sensibilidade das pessoas, dos comportamentos urbanos relacionados ao patrimônio, que varia em cada país, e é uma prática que deveria ser objeto de uma pedagogia especial (CHOAY, 2006, p. 221).

Ao longo do ano de 1999 a mobilização de parte da sociedade douradense em defesa da preservação da usina foi mais intensa, sendo realizadas reuniões para discutir possibilidades para a *usina velha*. Conforme as informações repassadas pela Heleninha, estas reuniões aconteceram na sede da ADL e o tema era “Revitalização ou Contemplação da Usina Velha”, eram convidados todos os segmentos culturais e estavam abertas ao público interessado (OLIVEIRA, 2015).

Neste sentido, cita-se também um documento elaborado por Adílvo Mazzini, datado de 18/05/1999¹¹³, em que este justifica sua ausência a uma reunião cujo tema era a *usina velha*, mas deixou registrada a sua opinião a respeito da discussão. Ao analisar tal documento percebe-se que a pauta da reunião era sobre se a usina deveria ser restaurada ou preservada e qual o seu destino enquanto espaço para atividades culturais. Para Mazzini a revitalização da usina era muito importante e destacou que:

repite as palavras que disse ao então prefeito Humberto Teixeira, enquanto era diretor de cultura, e que também externei recentemente ao prefeito Braz Melo: o administrador que, das ruínas, fizer brotar vida, há de inscrever o seu nome definitivamente no contexto histórico-cultural dessa terra (MAZZINI, 1999).

Ainda sobre esta reunião o prof. Jorge Eremites, do então Ceud, em texto publicado no *O Progresso*, 8/06/1999, informou que havia sido convidado a participar desta, realizada no dia 18/05/1999 na Casa Arandu – ADL, e que estavam presentes representantes da sociedade organizada e do poder público. Após a reunião o professor fez algumas considerações – estas publicadas no jornal citado – sobre o que era possível fazer para evitar que a *usina velha* fosse destruída, e completou que, após uma visita realizada na usina, constatou que:

trata-se sem dúvida alguma, de um sítio arqueológico importantíssimo para nossa região. Portanto, preservar a *Usina Velha* é, antes de mais nada, uma postura de respeito à legislação federal e à memória histórica de nossa região: a sociedade douradense como um todo, principalmente os ‘pioneiros’ e seus descendentes, e as gerações futuras agradecem (EREMITES, 1999)¹¹⁴.

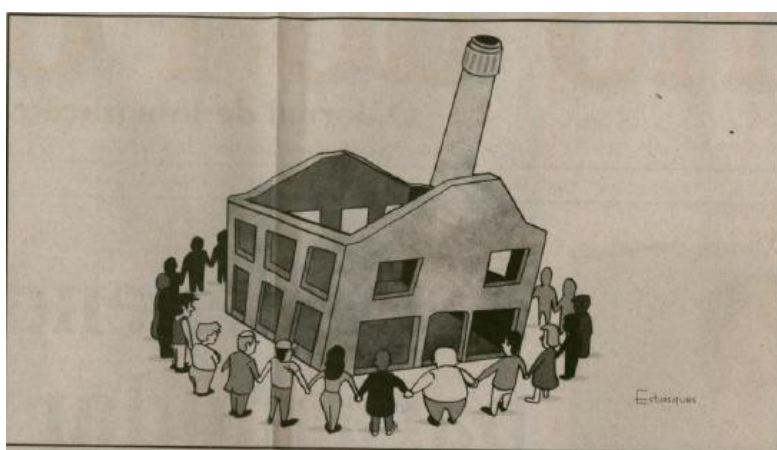
¹¹³ O documento faz parte dos anexos da Ação Civil Pública elaborada pelo Ministério Público contra a Prefeitura Municipal por abandono do bem tombado “Usina Filinto Muller”, cuja denúncia foi feita por Heleninha em 1999. O processo está disponível para pesquisa no CDR, na coleção Patrimônio Cultural e Ambiental, pasta Usina Velha.

¹¹⁴ OLIVEIRA, Jorge Eremites de. A Usina Velha: arqueologia, história e cidadania. Excerto do: jornal *O Progresso*, Dourados, 8 jun. 1999. Disponível para pesquisa no CDR, em “Separatas e excertos”.

Até esta época identificavam-se nas reportagens dos jornais apenas os artistas e a poetisa Heleninha se manifestando em defesa da usina, porém no dia 07/05/1999, p. 2, o *Diário do Povo* apresentou que parte da sociedade douradense estava mobilizada, sendo que as classes alta e média possuíam o interesse na recuperação da usina, já as classes menos favorecidas estavam preocupadas com a volta dos Cepers¹¹⁵. De acordo com outras informações publicadas no editorial intitulado “Fome de Cultura”, a sociedade douradense estava mobilizada e se manifestando a favor da preservação do patrimônio histórico: “A história de Dourados, **pelo menos a história que tem alguma relação com a usina velha**, está mais viva do que nunca na memória de cada pessoa entrevistada por esse diário” (grifos meus).

Diferentemente do que era apresentado anteriormente, de que a cidade era carente de espaços para as atividades culturais, neste momento foi apontado que existia uma carência de lugares que preservassem o passado e o pioneirismo. Neste editorial foi relatado que a equipe do jornal tinha realizado entrevistas com algumas pessoas e os entrevistados apresentavam interesse na preservação do patrimônio histórico e faziam sugestões com relação à recuperação da usina, e com base nestes dados e nas reportagens já publicadas concluíram que estes aspectos eram evidências de que o problema na usina fazia parte do cotidiano dessa população, mas enquanto alguns estavam preocupados com a cultura outros possuíam interesse em depredar o que foi construído (*Diário do Povo*, 07/05/1999, p. 2).

Figura 10: charge



Fonte: *Diário do Povo*, 07/05/1999, p. 2

¹¹⁵ Centros Poliesportivos.

Outro fato marcante nesta história de mobilização foi o 1º Fórum Cultural de Dourados, organizado pelo Movimento Cultural de Dourados (MCD), que era formado por artistas, jornalistas, intelectuais e produtores culturais de diversas áreas (MCD, 1999¹¹⁶). Este movimento surgiu na década de 1990 e suas atividades estavam centralizadas em reuniões para discutir reivindicações ligadas ao tombamento, ao museu, as apresentações e financiamentos para os artistas do interior; organizavam exposições e apresentações, como: “Comemora Dourados” e o “Projeto Singulares” (CHAMORRO, 2015¹¹⁷).

Destes momentos de reunião surgiu a ideia de realizar o Fórum (CHAMORRO, 2015). Neste sentido identifica-se nos documentos do MCD (1999) que um dos principais aspectos que motivaram a realização do Fórum era o de abandono e a falta de preservação do patrimônio cultural douradense. Este grupo considerava que o único bem cultural que ainda restava era a *usina velha*, e diante desta:

perda irreparável de nossa memória cultural, da carência e inexistência de espaços adequados para abrigar as diversas manifestações culturais e artísticas, da centralização e ineficácia da política cultural do estado, que desconsiderou o interior e concentrou suas atividades na capital, os produtores culturais, intelectuais e artistas do município de Dourados sentiram a necessidade de se reorganizarem para avaliar, debater e discutir esses e outros problemas e necessidades que afetam o setor artístico e cultural produtivo, iniciando o **MOVIMENTO CULTURAL DE DOURADOS** (MCD, 1999; grifos do autor).

A princípio o Fórum seria realizado entre os dias 21 e 23 de maio de 1999, porém devido à exposição agropecuária de Dourados este foi transferido para junho do mesmo ano. Conforme a publicação d’*O Progresso* (20/04/1999, p. 1 – caderno B), os produtores culturais já tinham realizado oito reuniões e uma das principais ações, antes do Fórum, foi a entrega de um documento ao Secretário de Cultura do Estado, Richard Perassi, com um diagnóstico e a proposta do grupo, que mencionava a carência de um centro cultural na cidade.

O evento promovido pelo MCD aconteceu nos dias 25, 26 e 27 de junho de 1999, no teatro municipal e no Ceud/UFMS. A realização deste evento foi considerada

¹¹⁶ Os documentos mencionados sobre o 1º Fórum Cultural de Dourados e o Movimento Cultural de Dourados – MCD foram disponibilizados por Francisco Chamorro (Kinho). Estes estão disponíveis para pesquisa no CDR, “Coleção Manifestações Artístico-Culturais Diversas”, pasta “Movimento Cultural de Dourados-MCD”.

¹¹⁷ Francisco Marcos Rosseti Chamorro. Conversa realizada em abril de 2015. Dourados/MS.

uma “luta muito grande, travada entre o movimento cultural e a comunidade sul-mato-grossense, para que esta tivesse consciência da importância deste evento” (MCD, 1999).

As instituições envolvidas no Fórum eram as ligadas ao desenvolvimento cultural do Estado e os objetivos, de forma simplificada, eram de integrar as pessoas envolvidas no setor artístico; estabelecer um diálogo sobre a cultura na cidade e na região; avaliar e debater a política e o planejamento cultural nas esferas públicas; assegurar e estabelecer um compromisso do setor público com a política cultural e propiciar o desenvolvimento da produção artística (MCD, 1999).

Durante o Fórum a programação foi intensa, com debates, painéis, grupos de trabalho, palestras e apresentações artísticas. Contou com a participação de autoridades ligadas às instituições de ensino, de cultura e políticos, considera-se que a participação de autoridades, das instituições e de grupos artísticos no evento era importante, pois uma das propostas do Fórum era o de “encontrar, conjuntamente, caminhos e alternativas para uma ‘política de ação cultural’ eficiente, descentralizada e satisfatória para os diversos segmentos que compõem o universo artístico e cultural de Dourados e região” (MCD, 1999).

A *usina velha* foi um dos temas e símbolos do fórum, pois havia um grupo de trabalho sobre a carência de espaço físico para atividades artísticas e culturais intitulado de “Centro Cultural, Teatro e Usina Velha (todas as áreas desse setor)” e a *logo* utilizada era uma imagem da usina estilizada. Conforme conversa realizada com Kinho (2015), um dos organizadores do Fórum, a seleção da *logo* foi um processo de escolha, onde foram apresentados diferentes modelos e escolhido o da *usina velha*, pois era o símbolo da memória e da busca da preservação do patrimônio, sendo estes pontos importantes para o MCD.

Figura 11: Logo – Fórum Cultural de Dourados



Fonte: MCD, 1999.

Figura 12: Material de divulgação do Fórum



Fonte: MCD, 1999.

A programação do Fórum não consistia apenas em debater a situação da política cultural de Dourados e região, mas também deixar documentado e fazer encaminhamentos sobre os temas apresentados, sendo então elaborado um “manifesto – síntese” das propostas. Os temas estavam agrupados em:

I - Cultura indígena e manifestações nativas; II - Artesanato, cultura popular e folclore; III - História, memória, patrimônio e bens culturais; IV - Educação, pesquisa e estudos científico-culturais; V - Artes visuais: artes plásticas, arte tecnológica, fotografia e cinema; VI - Teatro, música e dança; VII — Literatura, poesia e jornalismo (MCD, 1999).

No tema III – História, memória, patrimônio e bens culturais, ficaram estabelecidos vários pontos, como: uma política com envolvimento das universidades e outras instituições; articulação com o governo federal, estadual e municipal; estabelecimento e estruturação do museu, entre outros. No que se refere à *usina velha* foi decidido:

assegurar um projeto de conservação para a "Usina Velha" (em torno), com a finalidade de contemplação – para o que deverão ser consultados técnicos especializados e produtores culturais, bem como o seu tombamento em nível municipal e estadual (MCD, 1999).

Outro ponto importante foi o de “criação de um centro cultural com espaços adequados às exposições permanentes de artistas locais, estaduais, nacionais e internacionais”. Analisando estes dois pontos percebe-se que a decisão do Fórum foi diferente dos projetos iniciais na usina, ou seja, a proposta não era de transformá-la num espaço cultural, mas preservar as ruínas, deixar como estavam e estabelecer assim um espaço de contemplação. Sobre o centro cultural não foi mencionada nenhuma relação com a usina, mas que deveria ser criado (MCD, 1999).

Considerando as informações levantadas percebe-se que as pessoas que estavam envolvidas na defesa da *usina velha* eram as do meio artístico, os professores e estudantes, pessoas que de alguma forma conheciam a história da usina, sabiam das necessidades culturais da cidade e que desejavam um crescimento da política cultural municipal. Enfatiza-se esta questão de conhecer a história deste patrimônio, pois os artistas envolvidos eram, em sua maioria, filhos dos “pioneiros” e assim conheciam a história da cidade e tinham interesses em preservar o passado; e, como foi narrado no primeiro capítulo, nesta época Dourados recebeu novos migrantes e estes não sabiam a história do município, de modo que alguns procuraram tomar consciência disto.

Neste sentido, a publicação do *Diário do Povo* (17/05/1999, p. 1 – segundo caderno) destacou que a limpeza realizada pelo prefeito Braz Melo estava promovendo o renascimento e revelando a “história de Dourados que se encontra esquecida, principalmente entre as novas gerações e a leva de migrantes que aqui se instalou a partir da ‘explosão’ da soja, na década de 70”.

A questão da chegada de migrantes para Dourados na década de 1970 também foi apresentada pelos entrevistados, pois a maioria deles chegaram na cidade neste período e tiveram interesse e se sensibilizaram com a situação da antiga usina.

O sr. Adilvo Mazzini e o jornalista Luis Carlos Luciano vieram para Dourados no final da década de 1970 e comentaram que conheceram o prédio da *usina velha* porque na década de 1980 o Tênis Clube, que fica na frente, era muito frequentado e ficaram curiosos em saber o que era ali, naquele grande prédio, e foram perguntando para as pessoas, descobrindo a sua história. Luis Carlos aponta que ficou fascinado com o lugar e que:

Na realidade a gente ouvia muitas histórias, mas a gente acaba ouvindo muitas histórias e normalmente em uma conversa informal você acaba não memorizando tudo, então a ideia que eu tinha daquilo lá era que era um retrato de Dourados de antigamente, era a presença física de como era Dourados no passado, então foi dessa forma que eu acabei vendo a usina e sendo atraído por ela (LUCIANO, 2015).

Braz Melo relatou que conheceu a usina quando trabalhava na Sanemat¹¹⁸ “e ficamos encantados, a usina, ela, se você vai lá no final da tarde, você sente que ali a inspiração foi grande de fazer aquilo [...]” (MELO, 2015). Relatou também que tinha contato com a família Capilé e o Sinjão (João Augusto Capilé Júnior) lhe contou algumas histórias. Este contato com os moradores mais antigos também foi relatado por Luis Carlos (2015), o qual mencionou que quando começou a se envolver com a imprensa, com gente que conhecia melhor a cidade, é que ouviu mais histórias sobre a usina, até então ouvia pouco sobre o assunto.

A mobilização de parte da sociedade douradense para que a *usina velha* fosse preservada e transformada num centro cultural ou um espaço de contemplação continuava, mas Heleninha, sempre motivada e inquieta com o abandono deste patrimônio, optou por fazer uma denúncia no Ministério Público/MP. Ao analisarem-se os documentos, entende-se que a denúncia foi realizada em maio de 1999 e primeiramente o MP teve como procedimento o da investigação preliminar, sob nº 2/99, para averiguar a depredação do patrimônio histórico Usina Filinto Muller. Neste processo a denunciante recebeu o apoio do promotor de justiça Aroldo José de Lima, que atuou juntamente com ela na luta pela revitalização do prédio e bosque da usina (OLIVEIRA, 2009, p. 51).

Inicialmente, entre maio e agosto, o MP anexou cópias dos documentos fornecidos pela Heleninha, como: a monografia sobre a *usina velha* produzida por Analina Ferreira, acadêmica de História do Ceud (FERREIRA, 1999), reportagens referentes à usina e os desenhos de Luiz Carlos Ribeiro. Na sequência da investigação o MP solicitou informações junto à Prefeitura Municipal, ao Iphan-MS, à Cemat, vistoria pelo CREA e cópia da Ação Civil Pública referente à Morada dos Baís, de Campo Grande, ao Procurador de Justiça de Campo Grande.

A prefeitura municipal informou, no dia 24/04/2000, que o projeto de revitalização da usina existia e que grande parte não tinha sido executada por falta de recursos (cf. Ofício/198/00/GAB¹¹⁹). O Iphan informou que não constava nos seus registros o reconhecimento de sítio histórico ou arqueológico da Usina Filinto Muller,

¹¹⁸ Empresa de águas e saneamento do antigo estado de Mato Grosso; em Mato Grosso do Sul, essa empresa corresponde atualmente à Sanesul.

¹¹⁹ Documento anexado na Ação Civil Pública elaborada pelo Ministério Público contra a Prefeitura Municipal por abandono do bem tombado “Usina Filinto Muller”. O processo está disponível para pesquisa no CDR, na coleção Patrimônio Cultural e Ambiental, pasta Usina Velha.

sendo esta caracterizada como patrimônio de interesse municipal, prevalecendo assim a legislação municipal no processo de intervenção (cf. Ofício nº 007/2002¹²⁰).

Após praticamente dois anos de investigação do MP, em 17 de dezembro de 2001, este foi convertido em inquérito civil, nº 002/2001 (cf. Edital nº 002/2001¹²¹). Em abril de 2002, na fase de instrução do inquérito, o MP solicitou o comparecimento do secretário de indústria, comércio e turismo, Mário Cezar Tompes da Silva, na Promotoria de Justiça. Este secretário informou que a prefeitura municipal estava terminando de elaborar o projeto de revitalização e que para este ser implementando dependia de verba federal; com relação à chaminé, a prefeitura disponibilizaria a recuperação (TERMO DE DEPOIMENTO, 2002¹²²).

Apesar do depoimento do então secretário, não foi identificado nenhum plano de trabalho novo, apenas aquele elaborado em 26/05/2000, o qual solicitou recursos, junto ao Ministério do Esporte e Turismo, no valor de R\$ 150.000,00 e a contrapartida do município de R\$ 62.351,88, para a revitalização e restauração da Usina Filinto Muller (Ofício nº233/00/GAB.¹²³). Ressalta-se que o projeto enviado foi o do arquiteto Ernani Borges e do engenheiro Mário Edson de Barros Junior, datado de julho de 1999.

Apesar de vários projetos e de promessas de revitalização da usina, nada de fato aconteceu, muito provavelmente por falta de recursos para a cultura, prevalecendo interesses por outros setores.

Compreende-se que a partir da década de 1990, especificamente após o tombamento da *usina velha*, ela tornou-se visível e reconhecida pela sociedade douradense. As publicações nos jornais, as atuações da poetisa Heleninha, dos artistas, estudantes, professores, proporcionaram que a sociedade, de alguma forma, soubesse da existência deste patrimônio.

Considera-se que o fato de a *usina velha* estar tombada, por lei municipal, como patrimônio histórico-cultural foi um dos pontos que motivaram muitas pessoas a se envolver em sua defesa. Neste sentido, discute-se a questão do que Gonçalves (2002, p. 110) chama de “discursos do patrimônio cultural”, os quais estão:

presentes em todas as sociedades nacionais modernas, florescem nos

¹²⁰ Idem.

¹²¹ Idem.

¹²² Idem.

¹²³ Idem.

meios intelectuais e são produzidos e disseminados por empreendimentos políticos e ideológicos de construção de “identidades” e “memórias”, sejam de sociedades nacionais, sejam de grupos étnicos, ou de outras coletividades.

Para Gonçalves (2002, p. 111), ao pensar de forma analítica sobre os patrimônios culturais temos que entendê-los como:

determinado “gênero de discurso”, isto é, como modalidades de expressão escrita ou oral, que partem de um autor posicionado (individual ou coletivo) e se dirigem e respondem a outros discursos. Isto significa dizer que estou tomando como pressuposto que os “patrimônios culturais” não são simplesmente uma coleção de objetos e estruturas materiais que existem por si mesmas, mas são, na verdade, discursivamente constituídos. Desse modo, os objetos que identificamos e preservamos como “patrimônio cultural” de uma nação ou de um grupo social qualquer não existem como tais senão a partir do momento em que assim os classificamos em nossos discursos

Neste sentido entendemos que a questão da “escolha” da *usina velha* como patrimônio está relacionada a uma necessidade deste grupo formado por artistas, intelectuais, “pioneiros”, em buscar algo que estivesse relacionado à história, ao passado e interligado com a vida dos douradenses de antigamente. A *usina velha* tornou-se peça-chave, pois já não existiam muitos vestígios deste passado, era símbolo da época do “progresso” e do “desenvolvimento”; além disso, a sua monumentalidade, sua exuberância e grandiosidade chamam a atenção e a usina ganha um destaque por ser uma obra ímpar na arquitetura da região.

Gonçalves destaca ainda que nas sociedades modernas é possível identificar a “existência de modalidades de discurso de patrimônio em competição para representar com autenticidade a identidade e a memória da coletividade” e que no contexto brasileiro estes são chamados de “discurso da monumentalidade” e o “discurso do cotidiano” (2002, p. 117).

Ao perceber a história da usina, enquanto patrimônio cultural, destaca-se aqui o discurso da monumentalidade, pois essa modalidade de narrativa tenta reconstituir:

O fio partido da tradição. Esse fio é feito de monumentos, por meio dos quais se pode estabelecer uma relação com o passado. Objetos de arte e arquitetura (igrejas, fortes, palácios, casas de câmara e cadeia, conjuntos arquitetônicos e urbanísticos), o chamado patrimônio de ‘pedra e cal’ [...] O ponto fundamental é que o presente e, conseqüentemente, o futuro, embora estejam em construção, devem ser norteados pelo passado (GONÇALVES, 2002, p. 111).

O patrimônio cultural, quando definido pela monumentalidade, a nação é entendida como homogênea, o destino do monumento é permanecer, os objetos “escolhidos” estão associados a eventos históricos fundadores e a heróis nacionais. Na narrativa do “cotidiano” a percepção é diferente, pois:

os objetos são postos no tempo contingente das relações cotidianas. Daí passarem de “monumentos” (os chamados “monumentos de pedra e cal”) a “bens culturais”, que podem ser estruturas arquitetônicas, urbanísticas, objetos, atividades, mas existindo sempre dentro de uma rede atual e viva de relações entre grupos sociais (GONÇALVES, 2002, p. 120).

Considerando estas definições compreende-se que, apesar de a *usina velha* ser reconhecida pela população, esta não possui um envolvimento com este bem, apenas sabe identificá-lo. Presume-se que a ideia de transformar a *usina velha* num espaço cultural era uma das formas de tornar este patrimônio como um “bem cultural”, pois teria vida e sentido na sociedade, porém a falta de uma política cultural atuante impede que revitalizações como a da usina sejam concretizadas.

Atualmente a antiga usina continua aparecendo nas páginas dos jornais, que cita o seu abandono do poder público, com promessas de revitalização, bem como o processo no Ministério Público contra o município, de depredação do patrimônio, ainda está em tramitação, pois foi reaberto em 2009. Ao longo destes últimos 15 anos algumas ações foram feitas no espaço da *Usina Velha*, o prefeito Laerte Tetila (2001-2008) arrumou a chaminé que estava a ruir (2002), foram realizados alguns eventos, como o Projeto: Ação Cultural “Use sua Energia para Gerar Cultura” (2009) e a “Guardiã da Usina” juntou todas as informações que possuía e publicou o livro *Usina Velha: Raios na Chaminé* (2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história de Dourados é um dos temas recorrentes no mestrado em história da UFGD. Estes pesquisadores, em sua maioria, buscam entender aspectos econômicos e políticos deste município e cada vez mais esta história está sendo narrada pelo viés acadêmico, ou seja, utilizando de diferentes fontes históricas. Esta dissertação também analisou aspectos relacionados a esta cidade, porém inseriu um tema que ainda está ganhando adeptos na academia, o patrimônio cultural.

As discussões relacionadas ao patrimônio cultural tiveram maior destaque no Brasil a partir dos anos de 1920 e aos poucos foram construídas as políticas, surgiram órgãos responsáveis e os conceitos patrimoniais foram adaptados conforme o contexto vivido. Ao conhecer a história do patrimônio cultural brasileiro percebe-se a forte interferência das políticas patrimoniais do exterior, principalmente das recomendações da Unesco, e que inicialmente o patrimônio preservado eram os de “pedra e cal”, ou seja, as edificações.

Desde a criação do estado de Mato Grosso do Sul foi inserida na constituição e na legislação estadual a temática do patrimônio cultural e da preservação, estas formuladas com base na constituição e leis federais. A partir de 1983, com a campanha “Patrimônio Histórico Cultural: Registro de Nossa Memória. Preserve”, é que este assunto tornou-se mais presente nas discussões dos sul-mato-grossenses, mobilizando também as pessoas das cidades do interior, como foi o caso de Dourados, em que parcelas da população, como: professores, estudantes, artistas e os “pioneiros” se uniram para defender o tombamento do Clube Social e a transformação deste espaço num centro cultural.

Apesar deste movimento não ter conseguido alcançar seu principal objetivo, foi neste momento que se iniciaram as discussões sobre o abandono dos patrimônios históricos, a falta de uma política de preservação destes e foi apresentada a *usina velha*, objeto de estudo desta pesquisa, como um patrimônio histórico-cultural que precisava ser preservado.

Nos anos de 1980 a *usina velha* já estava em ruína, porém era uma construção que se destacava na cidade pela sua grandiosidade. Essa usina foi uma obra planejada durante o período do Território Federal de Ponta Porã, que tinha no seu projeto a

construção de uma usina (movidada a vapor), serraria, carpintaria e oficina mecânica. Era uma proposta ousada, que tinha como objetivo proporcionar o crescimento econômico da região de Dourados. Este complexo conjunto de obras começou a ser construído no período do Território, porém quando este foi extinto, em 1946, estavam prontas apenas a serraria e a casa do encarregado da obra, mas já tinham sido compradas as máquinas da usina termoelétrica.

O funcionamento da serraria foi de imediato, ou seja, desde que ficou pronta produzia o madeiramento para a construção do restante do conjunto de obras. A usina foi inaugurada somente em 1949 e recebeu o nome de “Usina Sen. Filinto Muller”, para a população da época a chegada da luz elétrica era a possibilidade de uma vida melhor e de crescimento econômico.

Apesar da grande expectativa a usina termoelétrica não funcionou como se esperava, a sua manutenção era cara, não se tinha técnicos para este setor na região, além dos desentendimentos políticos entre prefeitura e o governo do estado de Mato Grosso, o que burocratizava e impedia a resolução dos problemas que aconteciam na usina. Em 1954 a usina Filinto Muller foi desativada.

Com a desativação da usina termoelétrica a distribuição de energia elétrica tornou-se responsabilidade da prefeitura municipal que construiu a usina municipal, a qual funcionava com motores a diesel. Já em meados da década de 1960 a prefeitura recebeu a doação do governo do estado de um motor a diesel, sendo este instalado na antiga usina, ou seja, a Filinto Muller. Após quase uma década de desativação esta usina voltou a distribuir energia elétrica, porém neste momento funcionava com um motor a diesel. Em 1970, com a chegada da energia elétrica pela hidrelétrica de Urubupungá os motores a diesel foram desativados e a distribuição de energia elétrica tornou-se responsabilidade da Cemat (Centrais Elétricas Matogrossenses).

O que se percebe é que o projeto proposto pelo governo federal, de construir em Dourados um complexo conjunto de obras, formado por uma usina, serraria, carpintaria e oficina mecânica, estava relacionado ao projeto desenvolvimentista da época, mas este projeto não foi concluído por completo. A usina e serraria de Dourados atingiram seus objetivos parcialmente e, entre os fatores que impediram este pleno desenvolvimento, pode-se considerar o rápido crescimento econômico e populacional com a chegada dos migrantes da CAND e as divergências entre governo do estado e a prefeitura municipal na administração da usina.

Ao longo desta pesquisa, ao analisar a história da usina e seu conjunto de obras pode-se entender a relação desta com a história da cidade e a interferência na vida da população daquela época.

Retomando os movimentos que surgiram em Dourados durante os anos 1980 entende-se que a população envolvida com a preservação do patrimônio cultural tinha conhecimento da história desta usina e, considerando os fatores históricos, perceberam que a *usina velha* era um patrimônio histórico douradense e que precisava ser preservado.

Nos anos de 1980 e de 1990 aconteceram diversas atividades em Dourados relacionadas à história do município e ao patrimônio. Parcelas da população se organizaram no movimento independente pró-tombamento do Clube Social; durante o ano do cinquentenário (1985) a prefeitura organizou diferentes atividades para promover a história do município – estas valorizaram a atuação dos “pioneiros”; em 1987 foi realizado um evento na *usina velha* que contou com a colaboração de artistas e da Funced e a poetisa *Heleninha* começou seu trabalho em defesa da *usina velha*.

Em 1991, após o tombamento da usina este bem tornou-se pauta das políticas municipais, em que cada nova administração trouxe novos projetos de revitalização e da sua transformação em centro cultural; parcelas da população douradense manifestaram-se cobrando a execução destes projetos; em 1999 foi realizado o Fórum Cultural, que apresentou a situação de abandono do patrimônio cultural na cidade e *Heleninha* fez uma denúncia no Ministério Público contra a prefeitura municipal devido ao abandono da usina. Aponta-se também que a imprensa teve um papel importante neste processo de divulgação da imagem e da história da *usina velha*.

Esta dissertação procurou trazer contribuições para a história da *usina velha* e também para a de Dourados, pois através de um levantamento de diferentes fontes foi possível entender o processo de transformação da *usina velha* em um patrimônio histórico-cultural. Conclui-se que a ideia do tombamento da usina Filinto Muller e os projetos de revitalização que seguiram após a promulgação da lei nº 1694 de 1991 foram de “interesse” tanto de parcelas da população quanto da administração municipal, principalmente através da interferência da Funced, órgão responsável por promover e cuidar das atividades culturais e esportivas do município.

Apesar dos projetos de revitalização, das cobranças de parcelas da população, do inquérito civil público contra a prefeitura por abandono de patrimônio público, o que

prevaleceu foi a falta de uma política patrimonial municipal, pois nada foi realizado na antiga usina e atualmente restam apenas as ruínas do antigo prédio.

Tanto as temáticas do patrimônio cultural douradense quanto a história da *usina velha* são assuntos recentes, sendo assim muitas lacunas ficaram ao longo desta dissertação. A partir das indagações realizadas espera-se que outros pesquisadores possam desenvolver trabalhos nestas áreas, proporcionando uma maior problematização e reflexões sobre estes assuntos.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

ENTREVISTAS

1. Antônio Braz Genelhu Melo. Dourados, 29 de janeiro de 2015.
2. Adilvo Mazzini. Dourados, 3 de fevereiro de 2015.
3. Carlos Roberto Cristino de Oliveira. Dourados, 07 de outubro de 2014.
4. Edil da Silva. Dourados, conversa realizada em 2 abril de 2015.
5. Francisco Marcos Rosseti Chamorro. Dourados, conversa realizada em outubro de 2011.
6. Francisco Marcos Rosseti Chamorro. Dourados, conversa realizada em 6 abril de 2015. Dourados/MS
7. Jamil de Campus Aum. Dourados, 25/03/2014.
8. Luis Carlos Luciano. Dourados, 16 janeiro de 2015.
9. Luiz Carlos Ribeiro. Dourados, 6 de maio de 2015.
10. Wilson Valentin Biasotto. Dourados, 25 de novembro de 2014.

FONTES AUDIOVISUAIS

Entrevista com Ercília de Oliveira Pompeu. 2005. Produzida por Francisco Celso Cáceres. Dourados/MS.

Vídeo Exposição Arte Memória. 1987.

SITES E MENSAGEM POR CORREIO ELETRÔNICO

Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – <www.al.ms.gov.br>

Câmara Municipal de Dourados - <<http://www.camaradourados.ms.gov.br>>

FCMS - <<http://www.fundacaodecultura.ms.gov.br> .

Iphan - <<http://www.iphan.gov.br>>

OLIVEIRA, Maria Helena. Informações repassadas à autora por mensagem eletrônica – e-mail < heleninhadeoliveira@gmail.com > em 03 de junho 2015.

Palácio do Planalto - <<http://www2.planalto.gov.br/acervo/legislacao>>

DOCUMENTOS DO TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ

Relatório TFPP. *Relatório do Território Federal de Ponta Porã*. Elaborado pelo governador José Alves de Albuquerque e apresentado ao Presidente da República Getúlio Vargas, no ano de 1947. Disponível no Centro de Documentação Regional/CDR, coleção "Território Federal de Ponta Porã".

Relatório DPTC. *Relatório da Divisão de Produção, Terras e Colonização*. Elaborado por este setor no ano de 1946. Esta disponível no Centro de Documentação Regional/CDR, coleção "Território Federal de Ponta Porã".

OUTROS DOCUMENTOS

Ação Civil Pública elaborada pelo Ministério Público contra a Prefeitura Municipal por abandono do bem tombado "Usina Filinto Muller". Está disponível para pesquisa no CDR, na coleção "Patrimônio Cultural e Ambiental", pasta "Usina Velha".

Campanha pelo Tombamento do Clube Social de Dourados. Está disponível no Centro de Documentação Regional/CDR, coleção "Manifestações Artístico-Culturais Diversas".

Coral Santa Cecília. Está disponível no Centro de Documentação Regional/CDR, "Coleção Manifestações artístico-culturais diversas".

Movimento Cultural de Dourados-MCD. Está disponível no Centro de Documentação Regional/CDR, coleção "Manifestações Artístico-Culturais Diversas".

Projeto de lei nº 40/91. Está disponível no Centro de Documentação Regional/CDR, coleção "Patrimônio Cultural e Ambiental", pasta "Usina Velha".

Projetos, requerimentos e artigos sobre a preservação do patrimônio histórico, arqueológico, paisagístico, bibliográfico e artístico (1989-1992). Está disponível no Centro de Documentação Regional/CDR, "Coleção Patrimônio Cultural".

Usina Filinto Muller. Está disponível no Centro de Documentação Regional/CDR, coleção "Patrimônio Cultural e Ambiental", pasta "Usina Velha".

JORNAIS

Correio do Estado

Diário do Povo (atual Diário MS)

Enfoque

Folha de Dourados

O Douradense

O Progresso

LIVROS, ARTIGOS, TESES E OUTROS TRABALHOS ACADÊMICOS

ABREU, Regina. A emergência do patrimônio genético. In: CHAGAS, Mário; ABREU, Regina (orgs). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 34 - 48.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In: Pinsky, Carla (org.) *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 155-202.

ALÉM, Fernando de Castro. *O jornal O Progresso e a dinâmica política e eleitoral em Dourados (1954, 1958 e 1962)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – UFGD, Dourados.

ARAKAKI, Suzana. *Dourados: memórias e representações de 1964*. Dourados: Ed. UEMS, 2008.

ARRUDA, Gilmar. *Frutos da terra: os trabalhadores da Matte Larangeira*. Londrina : Ed. da UEL, 1997.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008. p.23-79.

BARRETO, Margarita. Turismo e legado cultural: *as possibilidades do planejamento*. Campinas-SP: Papirus, 2000.

BETONI, Walteir Luiz. *Dourados: entre a memória e a história*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) - UFMS, campus de Dourados, 2002.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. *Turismo cultural: orientações básicas*. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

BURKE, Peter. *Variedades de história cultural*. Trad. Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. *O que é História Cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CAPILÉ JÚNIOR, João Augusto; CAPILÉ, Júlio; SOUZA, Maria de Lourdes da Cruz e. *História, fatos e coisas douradenses*. Dourados: [s.n.], 1995.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: _____. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

CHAGAS, Wagner Cordeiro. *As eleições de 1982 em Mato Grosso do Sul*. 2014. 200f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do patrimônio*. 4ª edição. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CORREIA, Jovina Nevoleti (Org.). *Dourados: guia de leis*. Dourados, Câmara Municipal, 2000.

CREMONESE-ADAMO, Camila. *Fronteira, mitos e heróis: a criação e apropriação da figura do Tenente Antônio João Ribeiro no antigo Sul de Mato Grosso*. 2010. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

CUNHA, Maria Helena Melo da. *Gestão cultural: profissão em formação*. 2005. 210 f. Dissertação (Mestrado: Conhecimento e Inclusão Social em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/FAEC-856N9M/1000000598.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 6 de abril de 2015.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989.

DAL BOSCO, Maria Goretti. *Viajantes da ilusão: os pioneiros*. Dourados: ViaNova, 1995.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Sociedade, Estado e direito: campanha brasileira rumo ao século XXI. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Editora SENAC, 2000, p. 439-487.

DANTAS, Fabiana Santos. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan): um estudo de caso em direito administrativo. *Revista de Direito Administrativo* – RDA. Rio de Janeiro, v. 264, p. 223-243, set/dez. 2013. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/viewFile/14082/12951>>. Acesso em: 14 de jun. 2015.

ERNANDES, Mercolis Alexandre. *A construção da identidade douradense (1920-1990)*. 2009. 117 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

FERREIRA, Analina [atualmente CARVALHO]. *A Usina Termelétrica Senador Filinto Müller: história e patrimônio cultural (1940-2003)*. 2003. 43 f. + anexos. Monografia (Especialização em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados.

FICO, Carlos. O Brasil no contexto da Guerra Fria: democracia, subdesenvolvimento e ideologia do planejamento (1946-1964). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Editora SENAC, 2000, p. 163-182.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Nº 24, p. 152-163. 1996. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=reviphan&pagfis=8429&pesq=>>. Acesso em: 17 de abril de 2015.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro:Zahar, 2006.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: CHAGAS, Mário; ABREU, Regina (orgs). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2 ed. Rio de Janeiro:Lamparina,2009, p. 25-33.

_____. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi Oliveira (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed.Fundação Getulio Vargas, 2002. p. 108-123.

GRESSLER, Lori Alice; SWENSSON, Lauro Joppert. *Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul: destaque especial ao município de Dourados*. [Dourados], 1988.

_____; VASCONCELOS, Luíza M. *Mato Grosso do Sul: aspectos históricos e geográficos*. Dourados: L. Gressler, 2005.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Mato Grosso do Sul: Censo Demográfico 1980 dados distritais*. Rio de Janeiro, 1982.

KNACK, Eduardo Roberto Jordão. Reflexões acerca do conceito de “patrimônio”. In: ZANOTTO, Gizele. MACHADO, Ironita Policarpo (Orgs.). *Momento Patrimônio*. Coleção Memória & Cultura. Passo Fundo/RS: Berthier, 2012. Disponível em: <<http://historiaupf.blogspot.com.br/2012/09/coletanea-momento-patrimonio-disponivel.html>> Acesso em: 6 de abril 2015.

LE GOFF, Jacques. História. In. _____. *História e memória*. 2ª ed. Campinas: Edunicamp, 1992. p. 07-165.

LEMOS, Carlos A. C. *O que é patrimônio histórico*. 5ª ed. São Paulo: 2006.

LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil : Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste - os anos 30*. Campinas : Ed. Unicamp, 1985.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. *Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea*. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: EFGV, 2006. 8ªed.p. 15-25.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-153.

LUCIANO, Luís Carlos. *71 anos do Legislativo de Dourados: 1935-2006*. Dourados, MS. 2006.

MAGALHÃES, Ney Ramão. *Um século de histórias: sul do MT – território federal de Ponta Porã – Sul do MS*. Ponta Porã: Marindress. 2013.

MARTINS, Ana Luiza. Fontes para o patrimônio: uma construção permanente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 281-308.

MATO GROSSO DO SUL. Constituição do Estado, 1979.

MENEZES, José Newton Coelho. *História e Turismo Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MENDONÇA, Guilherme C. A tutela do patrimônio cultural no Brasil. In: PINHEIRO, Áurea e PELEGRINI, Sandra C. A. (orgs). *Tempo, Memória e Patrimônio Cultural*. Piauí: EDUFPI, 2010.

MOREIRA, Regina Heloiza Targa. *Memória fotográfica de Dourados*. Campo Grande: UFMS, 1990.

OLIVEIRA, Benícia Couto de. *A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937- 1945)*. 1999. 255 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis.

_____. Desdobramento da marcha para o oeste na fronteira Brasil-Paraguai: colonizar era preciso. In: _____(Org.). *Histórias que (re) contam história: análise do povoamento, colonização e reforma agrária do sul de Mato Grosso do Sul*. Dourados : Ed. UFGD, 2013. p. 13 -28.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Cultura e patrimônio: um guia*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.

OLIVEIRA, Maria Helena Izidório de. *Usina Velha: raios na chaminé*. Dourados, 2009.

PEREIRA, Juliana dos Santos. *A presença dos incentivos governamentais na economia douradense: expansão e desafios nos anos 70*. 2013. 123 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. 2º ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. Coleção História e Reflexões.

_____. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*. v.27, n.53, p. 11-23, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/263/26305302.pdf>>. Acesso em: 17 de abril de 2015.

POMPEU, Ercília de Oliveira. *Monografia do município de Dourados*. Dourados, 1965. Texto mimeografado.

PORTELLI, Alessandro. *Ensaio de história oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2010 (coleção ideias). Tradução Fernando Luiz Cássio e Ricardo Santhiago.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Uma ferrovia entre dois mundos: a E.F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20*. Bauru: EDUSC; Campo Grande: Ed. UFMS, 2004.

_____. A grande empresa conhecida como Mate Laranjeira e a economia ervateira na bacia platina (1882-1949): notas preliminares. In: Primeiro encontro de pós-doutores do PPGH/UFF, 2010, Niterói. *Anais do I e do II encontro de pós-doutores do PPGH/UFF*. Org. por Carolina Dantas e Martha Abreu. Niterói: PPGH História/UFF, 2010. p. 1-19.

RECH, Hélio. *A formação do setor energético de Mato Grosso do Sul: uma análise à luz da Teoria do Desenvolvimento de Celso Furtado*. 2010. Tese (Programa de Pós-Graduação em Energia) – USP, São Paulo.

RIOUX, Jean- Pierre. A memória coletiva. In: ____ e SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 307-334.

RODRIGUES, Marly. *A década de 80: Brasil: quando a multidão voltou às praças*. 2ª Edição. Editora Ática, 1994. Série Princípios.

ROSA, Pedro Angelo da. *Resenha histórica de Mato Grosso: fronteira com o Paraguai*. Campo Grande: Livraria Ruy Barbosa, 1962.

SALLUM JUNIOR, Brasílio. A condição periférica: o Brasil nos quadros do capitalismo mundial (1945-2000). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Editora SENAC, 2000, p. 405-437

SANT'ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. O patrimônio como categoria de pensamento. In:

CHAGAS, Mário; ABREU, Regina (orgs). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2 ed. Rio de Janeiro:Lamparina,2009, p. 49-58.

SANTOS, Juliana Pereira dos; QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *O Município de Dourados e o Ramal de Ponta Porã, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (1940-1970)*. [2006]. Relatório Final (Iniciação Científica) - PIBIC/ UFMS, Dourados. (Em CD-ROM).

SILVA, Mário Cezar Tompes da. *Os novos rumos da política habitacional e o processo de urbanização de Dourados*. 2000. Tese (Doutorado em Geografia) – FFLCH/USP, São Paulo.

SOUZA, Roney Salina de. *Uma vida entre dois mundos: imigrantes sírios e libaneses em Dourados (1910-1980)*. 2007. 207 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

VEYNE, Paul Marie. *Como se escreve a história*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

VIEIRA, Evaldo. Brasil: golpe de 1964 à redemocratização. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*.São Paulo: Editora SENAC, 2000, p. 185-218.

VOLDMAN, Danièle. *Definições e usos*.IN:FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína. (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: EFGV, 2006. 8ªed.p.33 -43.

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, 14 de agosto de 2015.

Maiara Laís Pinto